



**ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA**  
**DIRETORIA DE EDUCAÇÃO**

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO FISCAL E CIDADANIA**

**OBSERVATÓRIOS SOCIAIS COMO INSTRUMENTO DE CONTROLE SOCIAL NA  
GESTÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS – UMA ESTRATÉGIA PARA A EDUCAÇÃO  
FISCAL?**

**O CASO DO OBSERVATÓRIO SOCIAL DE MARINGÁ (OSM)**

Trabalho de conclusão de curso de Pós-graduação apresentado à Escola de Administração Fazendária, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Educação Fiscal e Cidadania.

**Fabiana Feijó de Oliveira Baptistucci**

**Brasília**

**2011**



**ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA  
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO**

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO FISCAL E CIDADANIA**

**OBSERVATÓRIOS SOCIAIS COMO INSTRUMENTO DE CONTROLE SOCIAL NA  
GESTÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS – UMA ESTRATÉGIA PARA A EDUCAÇÃO  
FISCAL?**

**O CASO DO OBSERVATÓRIO SOCIAL DE MARINGÁ (OSM)**

Projeto de trabalho de conclusão de curso de Pós-graduação apresentado à Escola de Administração Fazendária, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Educação Fiscal e Cidadania.

**Aluna: Fabiana Feijó de Oliveira Baptistucci**

**Professora-orientadora: Dr<sup>a</sup> Olgamir Francisco Carvalho**

**Brasília**

**Fevereiro 2011**

## **TERMO DE APROVAÇÃO DO PROJETO DE TRABALHO**

**ALUNA: FABIANA FEIJÓ DE OLIVEIRA BAPTISTUCCI**

### **OBSERVATÓRIOS SOCIAIS COMO INSTRUMENTO DE CONTROLE SOCIAL NA GESTÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS – UMA ESTRATÉGIA PARA A EDUCAÇÃO FISCAL?**

#### **O CASO DO OBSERVATÓRIO SOCIAL DE MARINGÁ (OSM)**

Este trabalho de conclusão de curso foi julgado adequado como requisito parcial para obtenção do título de especialista do Curso de Educação Fiscal e Cidadania da Escola de Administração Fazendária (ESAF).

---

**Profª Drª Olgamir Francisco de Carvalho**  
**Orientadora**

---

**Profº Drº. Bernardo Kipnis**  
**membro da banca**

---

**Profº Me. Antônio Henrique B. Lindenberg**  
**membro da banca**

**Brasília**  
**Fevereiro 2011**

## **CESSÃO DE DIREITOS**

### **OBSERVATÓRIOS SOCIAIS COMO INSTRUMENTO DE CONTROLE SOCIAL NA GESTÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS – UMA ESTRATÉGIA PARA A EDUCAÇÃO FISCAL?**

#### **O CASO DO OBSERVATÓRIO SOCIAL DE MARINGÁ (OSM)**

Trabalho apresentado à Escola de Administração Fazendária (ESAF) como parte dos requisitos para obtenção do título de Especialista em Educação Fiscal e Cidadania.

**“É concedida à Escola de Administração Fazendária (ESAF) permissão para publicar este trabalho por via impressa ou para divulgá-lo em meio eletrônico, para fins de leitura, impressão e/ou download pela Internet, a título de divulgação da produção científica produzida em conjunto com a ESAF, sem ressarcimento dos direitos autorais.”**

---

**Fabiana Feijó de Oliveira Baptistucci**

**Brasília, fevereiro de 2011**

## **AGRADECIMENTOS**

A minha mãe, ao meu marido e aos meus filhos, por terem acreditado que eu era capaz de concluir este trabalho.

A professora Olgamir, minha orientadora, e a professora Margarida que me deram os subsídios metodológicos para transformar o projeto de pesquisa em pesquisa de fato.

A Anselmo, Décio, Fernando, Marcílio e Michelle, amigos do Observatório Social de Maringá que me acolheram e atenderam minhas solicitações de informações para esta pesquisa.

Aos entrevistados que foram prestativos em me atender.

A todos os professores do curso de especialização pela dedicação de seu tempo e do apoio em todos os momentos.

A minha afilhada Bárbara e a Adriana pela paciência de ler o meu trabalho e apontar os erros gramaticais.

## LISTAS DE ABREVIATURAS

|         |   |                                                                |
|---------|---|----------------------------------------------------------------|
| Acim    | - | Associação Comercial e Empresarial de Maringá                  |
| Cepal   | - | Comissão Econômica para América Latina e o Caribe              |
| Cesumar | - | Centro Universitário de Maringá                                |
| CGU     | - | Controladoria Geral da União                                   |
| CIDE    | - | Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico               |
| CLAD    | - | Centro Latinoamericano de Administración para el Desarrollo    |
| Cocomar | - | Cooperativa Agroindustrial de Maringá                          |
| COFINS  | - | Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social         |
| CTN     | - | Código Tributário Nacional                                     |
| Faciap  | - | Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Paraná  |
| Finep   | - | Financiadora de Estudos e Projetos                             |
| GVT     | - | Global Village Telecom Ltda.                                   |
| IBGE    | - | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística                |
| ICMS    | - | Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviço |
| IDH     | - | Índice de Desenvolvimento Humano                               |
| Ipea    | - | Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada                       |
| IPI     | - | Imposto sobre Produtos Industrializados                        |
| IPTU    | - | Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana       |
| IPVA    | - | Imposto sobre Propriedade de Veículos                          |
| ISS     | - | Imposto Sobre Serviço                                          |
| LRF     | - | Lei de Responsabilidade Fiscal                                 |
| MCT     | - | Ministério da Ciência e Tecnologia                             |
| MDS     | - | Ministério do Desenvolvimento Social                           |
| OAB     | - | Ordem dos Advogados do Brasil                                  |
| ONG     | - | Organização Não Governamental                                  |
| ONU     | - | Organização das Nações Unidas                                  |
| OS      | - | Osservatório Social                                            |
| OSM     | - | Observatório Social de Maringá                                 |
| PIB     | - | Produto Interno Bruto                                          |
| PNEF    | - | Programa Nacional de Educação Fiscal                           |
| Pnud    | - | Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento                |
| PPC     | - | Paridade do Poder de Compra                                    |
| PR      | - | Paraná                                                         |
| Proe    | - | Programa Estágio                                               |
| RDH     | - | Relatório de Desenvolvimento Humano                            |
| RFB     | - | Receita Federal do Brasil                                      |
| RGF     | - | Relatório de Gestão Fiscal                                     |
| RREO    | - | Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária                  |
| Sebrae  | - | Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequena Empresa          |
| SER     | - | Sociedade Eticamente Responsável                               |

|         |   |                                                                                |
|---------|---|--------------------------------------------------------------------------------|
| Sicoob  | - | Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil                                   |
| Sicred  | - | Sistema de Crédito Cooperativo                                                 |
|         | - | Sindicato dos Logistas do Comércio e do Comércio Varejista de Maringá e Região |
| Sivamar |   |                                                                                |
| TCE     | - | Tribunal de Contas do Estado                                                   |
| TCU     | - | Tribunal de Contas da União                                                    |
| UEM     | - | Universidade Estadual de Maringá                                               |

## ILUSTRAÇÕES

| <b>Tipo</b> | <b>Descrição</b>                                                                             | <b>Pg</b> |
|-------------|----------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| Figura 01   | - Mapa-mundi indicando a classificação do IDH/2010                                           | 35        |
| Figura 02   | - Mapa-mundi – Indicando os valores do IDH/2010                                              | 36        |
| Figura 03   | - InfoGráfico do IDH/2010                                                                    | 37        |
| Figura 04   | - Cidade de Maringá – vista aérea                                                            | 40        |
| Figura 05   | - Reunião do Comitê Gestor do OSM para planejamento de atividades                            | 41        |
| Figura 06   | - Treinamento para os OSB oferecido pela CGU                                                 | 41        |
| Figura 07   | - Porta de entrada da SER                                                                    | 42        |
| Figura 08   | - Escritório do SER e a Gerente Sra. Rose                                                    | 42        |
| Figura 09   | - Escritório do OSM na Acim                                                                  | 42        |
| Figura 10   | - A Coordenadora do OSM, Sra. Michelle e o Prof. Manoel Quaresma membro do Comitê Gestor/OSM | 42        |
| Figura 11   | - Mesa redonda com autoridades                                                               | 57        |
| Figura 12   | - Seminário Brasileiro de Educação Fiscal e Controle Social                                  | 57        |
| Figura 13   | - Visita ao almoxarifado central                                                             | 57        |
| Figura 14   | - Visita ao almoxarifado central                                                             | 57        |
| Figura 15   | - Posse do novo Presidente do OSB - Sr. Ariovaldo da Costa Paulo                             |           |
| Quadro 01   | - Números do OSM – janeiro a junho de 2010                                                   | 45        |
| Quadro 02   | - Proposituras por autor de janeiro a junho de 2010                                          | 52        |
| Quadro 03   | - Atividades de capacitação para voluntários e colaboradores                                 | 54        |



## **TABELAS**

| <b>Tipo</b> | <b>Descrição</b>                                                | <b>Pg</b> |
|-------------|-----------------------------------------------------------------|-----------|
| Tabela 01   | - Posse d IDH dos estados do Brasil – 2008                      | 38        |
| Tabela 02   | - Execução Orçamentária                                         | 49        |
| Tabela 03   | - Redução das Despesas                                          | 50        |
| Tabela 04   | - Proposituras apresentadas de janeiro a junho de 2010          | 51        |
| Tabela 05   | - Participação nas sessões e votações de janeiro a junho de2010 | 52        |

## LISTA DE GRÁFICOS

| <b>Tipo</b> | <b>Descrição</b>                                                                                                                         | <b>Pg</b> |
|-------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| Gráfico 01  | - Despesas liquidadas de 2007 a 2010.                                                                                                    | 49        |
| Gráfico 02  | - Média anual de gastos com diárias recebidas por Vereadores                                                                             | 50        |
| Gráfico 03  | - Questionários distribuídos por macro região de Maringá                                                                                 | 60        |
| Gráfico 04  | - Percentual de Questionários distribuídos por macro região de Maringá                                                                   | 61        |
| Gráfico 05  | - Faixa etária dos questionados                                                                                                          | 61        |
| Gráfico 06  | - Percentual de gênero/sexo da amostra                                                                                                   | 62        |
| Gráfico 07  | - Percentual da renda da amostra questionada                                                                                             | 62        |
| Gráfico 08  | - Escolaridade                                                                                                                           | 63        |
| Gráfico 09  | - Atividade profissional da amostra                                                                                                      | 63        |
| Gráfico 10  | - Percentual de questionados que já ouviram falar de Educação Fiscal                                                                     | 64        |
| Gráfico 11  | - Educação Fiscal na mídia                                                                                                               | 64        |
| Gráfico 12  | - Credibilidade da Educação Fiscal como promotor de controle social                                                                      | 65        |
| Gráfico 13  | - Percentual de participação em atividade social/voluntária regular                                                                      | 66        |
| Gráfico 14  | - Percentual que já ouviram falar do OSM                                                                                                 | 67        |
| Gráfico 15  | - OSM na mídia                                                                                                                           | 67        |
| Gráfico 16  | - Conhecer a atuação do OSM nos gastos da Prefeitura através do acompanhamento das licitações                                            | 68        |
| Gráfico 17  | - Conhecer a atuação do OSM na Câmara Municipal de Maringá analisando a relevância e o retorno de suas proposituras para a sociedade     | 69        |
| Gráfico 18  | - Conhece a atuação do OSM nas contratações de terceirizados e cargos de confiança na Prefeitura CMM                                     | 70        |
| Gráfico 19  | - Acreditar que a atuação do OSM tem contribuído para viabilizar a transparência e a correta aplicação dos recursos públicos em Maringá. | 70        |
| Gráfico 20  | - Dificuldades dos questionados para ajudar no controle social                                                                           | 71        |

## RESUMO

Esta pesquisa é um estudo de caso sobre o Observatório Social de Maringá (OSM), um instrumento de controle social na gestão dos recursos públicos na cidade de Maringá/PR, criado em 2006 pela sociedade civil, com o apoio de vários órgãos públicos, de instituições privadas e de voluntários. O objetivo da pesquisa foi analisar se estratégias utilizadas pelo OSM para viabilizar a transparência e o correto aproveitamento dos recursos públicos são viáveis como estratégias para a Educação Fiscal. Para tanto se buscou conceituar Observatório Social (OS) e verificar se os objetivos do OSM se encontram alinhados com suas estratégias; identificar e analisar estas estratégias, avaliar a percepção da sociedade de Maringá sobre a atuação do Observatório e verificar a aplicabilidade dessas estratégias em outros contextos. Quanto aos meios de pesquisa foram utilizados os seguintes instrumentos: a pesquisa bibliográfica e documental; a pesquisa de campo realizada na cidade de Maringá, com visitas aos locais onde ocorre o fenômeno; entrevistas; e questionário. Os assuntos desenvolvidos para embasar a análise de dados foram educação fiscal, tributo, cidadania, controle social, democracia, participação popular, governança, responsabilização social, educação e desenvolvimento humano. O foco principal dos OS é o monitoramento dos gastos públicos do legislativo e executivo locais. Verificou-se que a implementação dos OS permitiu o exercício da Democracia Participativa, ou seja, o direito de influenciar as políticas públicas que afetam a comunidade, buscando a construção de uma cultura da cidadania fiscal, por meio do estímulo à participação da sociedade civil organizada no processo de avaliação da gestão dos recursos públicos, visando defender e reivindicar a austeridade necessária na sua aplicação, dentro de princípios éticos com vistas à paz e à justiça social. Observou-se ainda que as ações visam incentivar e promover o voluntariado em atividades educativas e operacionais em favor dos direitos do cidadão e contra a corrupção, realizar e divulgar estudos relativos a atividades governamentais e empresariais de interesse da comunidade, participar da Rede da Cidadania Fiscal como forma de facilitar o cumprimento das ações locais de Educação Fiscal e o Controle dos Gastos Públicos. Assim, em resposta ao problema de pesquisa inicialmente proposto, pode-se concluir que acreditamos que o OSM pode ser replicado com sucesso, desde que dentro de uma estrutura organizada que lhe dê apoio ideológico, logístico e financeiro; uma organização em que o Observatório é uma ação de controle implementada dentro de um programa maior, com outras ações precedentes que objetivem educar e despertar o cidadão para o exercício da cidadania.

Palavras-chave: Observatório Social, Educação Fiscal, Controle Social, cidadania.

## **ABSTRACT**

This research is a case study of the Social Observatory of Maringá (OSM), an instrument of social control in the management of public resources in the city of Maringá, created in 2006 by civil society, with the support of some public agencies, private institutions and volunteers. The research objective was to analyze the strategies used by OSM to enable transparency and proper utilization of public resources as strategies are viable for Education Tax. For that we sought to conceptualize Social Observatory (OS) and verify if the objectives of the OSM if find lined up with its strategies; to identify and to analyze these strategies, assess society's perception of Maringá on the performance of the Centre and verify the applicability of these strategies in other contexts. How much to the ways of research the following instruments had been used: a bibliographical and documentary research; the research of field carried through in the city of Maringá, with visits to the places where the phenomenon occurs; interviews; e questionnaire. The developed subjects to base the analysis of data had been fiscal education, tribute, citizenship, social control, democracy, popular participation, governance, social accountability, education and human development. The main focus of the OS is the monitoring of the public expenses of legislative and executive of each local. It was verified that the implementation of allowed the exercise of the Participative Democracy, that is, the right to influence the public politics that affect the community, searching the construction of a culture of the fiscal citizenship, by means of the stimulation the participation of the organized civil society in the process of evaluation of the management of the public resources, aiming to defend and vindicate the austerity required in their application, inside of ethical principles with sights the peace and social justice It was also noted that actions designed to encourage and promote volunteering in educational activities and operational in favor of civil rights and against corruption, to carry through and to divulge relative studies the governmental and enterprise activities of interest of the community, participate in the Citizen's Network Audit as a means of facilitating compliance with the local actions of Fiscal Education and Control of Public Spending. So in answer to the research problem originally proposed, we can conclude that we believe the OSM can be successfully replicated, since that inside of an organized structure that gives to it ideological, logistic and financial support; an organization where the Centre is an implemented action of control inside of a larger program, with other preceding actions that objectify to educate and to awake the citizen to exercise their citizenship.

**Keywords:** Social Observatory, Fiscal Education, Social Control, citizenship.

## SUMÁRIO

|                                                                                   |           |
|-----------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>1 INTRODUÇÃO.....</b>                                                          | <b>14</b> |
| <b>1.1 Histórico.....</b>                                                         | <b>15</b> |
| 1.1.1 Observatório Social de Maringá.....                                         | 16        |
| 1.1.2 Observatório Social do Brasil.....                                          | 18        |
| 1.1.3 Fundamentação legal para a criação de Observatórios Sociais.....            | 20        |
| <b>1.2 Justificativa do tema.....</b>                                             | <b>20</b> |
| <b>1.3 Problema da pesquisa.....</b>                                              | <b>21</b> |
| <b>1.4 Objetivos.....</b>                                                         | <b>21</b> |
| 1.4.1 Objetivo geral.....                                                         | 21        |
| 1.4.2 Objetivos específicos.....                                                  | 21        |
| <b>2 REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>                                                 | <b>23</b> |
| <b>2.1 Educação Fiscal, Tributo e Cidadania .....</b>                             | <b>23</b> |
| 2.1.1 Conceito e considerações sobre Educação Fiscal.....                         | 23        |
| 2.1.2 Conceito e considerações sobre Tributo.....                                 | 25        |
| 2.1.3 Conceito e considerações sobre Cidadania.....                               | 27        |
| <b>2.2 Controle Social e seus múltiplos aspectos.....</b>                         | <b>28</b> |
| 2.2.1 Conceito e considerações sobre Controle Social e Orçamento Participativo... | 28        |
| 2.2.2 Governança e governabilidade.....                                           | 33        |
| <b>2.3 Educação e Desenvolvimento.....</b>                                        | <b>34</b> |
| 2.3.1 Desenvolvimento Humano.....                                                 | 34        |
| 2.3.2 Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH).....                              | 35        |
| 2.3.3 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).....                                 | 35        |
| 2.3.4 O IDH do Brasil.....                                                        | 38        |
| <b>3 METODOLOGIA.....</b>                                                         | <b>40</b> |
| <b>3.1 Tipo de Pesquisa.....</b>                                                  | <b>40</b> |
| <b>3.2 Local da pesquisa.....</b>                                                 | <b>41</b> |
| <b>3.3 Sujeitos da Pesquisa.....</b>                                              | <b>42</b> |
| <b>3.4 Detalhamento dos Instrumentos de Pesquisa.....</b>                         | <b>44</b> |
| <b>4 RESULTADO DA PESQUISA.....</b>                                               | <b>45</b> |

|                                                                                                                           |           |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>4.1 Resultados da Pesquisa Documental.....</b>                                                                         | <b>45</b> |
| 4.1.1 Apresentação do Relatório da Prestação de Contas do Observatório Social de Maringá (OSM) – 1º semestre de 2010..... | 45        |
| 4.1.2 Análise das materiais disponibilizados sobre voluntários.....                                                       | 55        |
| <b>4.2 Resultado da Pesquisa de Campo.....</b>                                                                            | <b>56</b> |
| 4.2.1 Observação direta.....                                                                                              | 56        |
| 4.2.2 Apresentação dos dados do questionário.....                                                                         | 61        |
| <b>5 CONCLUSÃO.....</b>                                                                                                   | <b>73</b> |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>                                                                                                   | <b>77</b> |

## **APENDICES**

- A -Entrevista
- B – Questionário

## **ANEXO**

- A - Relatório da Prestação de Contas do Observatório Social de Maringá (OSM)  
– 1º semestre de 2010
- B - Termo de adesão ao serviço voluntário
- C- Modelo de edital para seleção de voluntários

## 1 INTRODUÇÃO

A busca da cidadania fiscal e da transparência na administração dos recursos públicos motivou a sociedade civil a por em prática o projeto do Observatório Social de Maringá (OSM). Implantado, naquela cidade, o Observatório que tem por objetivo proporcionar à comunidade oportunidades que promovam a coesão social por meio da transparência e do zelo na gestão dos recursos públicos.

A partir dessa ferramenta que traz para prática o exercício da Educação Fiscal, do controle social e da cidadania, esta pesquisa analisou se as estratégias utilizadas pelo OSM para viabilizar a transparência e o correto aproveitamento dos recursos públicos são viáveis como estratégias para a Educação Fiscal.

Este trabalho buscou conceituar os Observatórios e identificar se os objetivos do OSM se encontram alinhados com suas estratégias; Fez-se a identificação e análise destas estratégias, avaliou-se a percepção da sociedade de Maringá sobre a atuação do Observatório e verificou-se a aplicabilidade dessas estratégias em outros contextos.

Tendo em vista estas finalidades, o estudo apresentou os conceitos de educação fiscal, tributo, cidadania, controle social e orçamento participativo, de *accountability* ou Responsabilização Social, Governança e Governabilidade e do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e suas aplicabilidades, de modo a demonstrar a evolução da participação popular e a importância dessa participação no crescimento econômico e social.

A metodologia adotada na pesquisa, do ponto de vista dos procedimentos técnicos, foi classificada na modalidade de estudo de caso intrínseco com objetivo exploratório. A abordagem adotada é a quali-quantitativa na qual foram utilizados os seguintes instrumentos: pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Cabe salientar que na pesquisa de campo foram empregadas a observação de campo, entrevistas e questionários.

Para melhor situar a pesquisa, foi feito breve histórico sobre a Sociedade Eticamente Responsável (SER), o OSM e o Observatório Social do Brasil (OSB).

## 1.1 Histórico<sup>1</sup>

A história do OSM começa em agosto de 2003, quando várias lideranças do município de Maringá reuniram-se para debater e refletir sobre a apatia da população em relação aos escândalos de corrupção, a falta de fiscalização do poder público, a violência no trânsito, a sonegação de impostos, a ausência de civismo, a destruição do meio ambiente e a falta de ética, e apontaram para a necessidade em se trabalhar temas como ética, cidadania e civismo.

Essa necessidade foi motivada por várias denúncias de corrupção no governo municipal de Maringá reveladas pela imprensa no ano de 2000. O caso resultou na prisão de um secretário municipal e em tentativas frustradas do Ministério Público Estadual de reaver o montante desviado; pois dos 100 milhões de reais, apenas 1% retornou aos cofres públicos.

O grupo, formado por religiosos, servidores públicos, professores, empresários, aposentados e estudantes, começou promovendo ações práticas voltadas para a inclusão social, responsabilidade social, educação ambiental e fiscal, com atividades voltadas para a mudança comportamental. Cabe ressaltar que as atividades começaram no bairro Santa Felicidade, de população carente, promovendo o dia da atenção integral aos moradores do bairro e arredores, onde foi feito um censo sócioeconômico junto aos residentes e levantadas suas principais necessidades. Foram oferecidos aos moradores vários serviços, entre eles: orientação jurídica civil; penal e trabalhista; declaração de isento; serviços previdenciários; várias orientações e atividades na área de saúde, voltadas a prevenção e qualidade de vida, bem como na área de esporte, cultura e lazer. Foram atendidos 700 moradores, aproximadamente.

O próximo passo desse grupo foi a realização do Seminário Paranaense de Educação Fiscal, em novembro de 2003, com o tema “Contribuição da Educação Fiscal”, sob a responsabilidade do Núcleo Regional de Educação de Maringá, da Universidade Estadual de Maringá e da Receita Federal. O objetivo foi conscientizar a sociedade sobre a função sócioeconômica do tributo, possibilitando a população a real compreensão do papel dos tributos e a importância de cada cidadão na fiscalização da aplicação do dinheiro público, foco do tema Educação Fiscal. Essas ações convergiram para a criação da SER, em 27 de março de 2004, concebida com a intenção de trabalhar a realidade de Maringá, tendo como

---

<sup>1</sup> As informações que compõe o histórico foram baseadas em informações coletadas em entrevistas com colaboradores do SER, na observação de campo e na página oficial do SER na Internet, acessada em 11/02/2011 - <http://www.sermaringa.org.br/index.php>



missão “promover ações que proporcionem à sociedade a coesão social por meio da vivência da ética e da cidadania”.

O alinhamento da SER com os princípios da Educação Fiscal é visível na sua missão e a atuação do OSM é a prática da cidadania participativa.

Na evolução das ações da SER, visando promover a transparência pública, foi criado o Movimento pela Cidadania Fiscal de Maringá em 2005 e o OSM em 2006.

### *1.1.1 Observatório Social de Maringá<sup>2</sup>*

Em 10 de julho de 2006, foi fundada a vice-presidência denominada Observatório Social de Maringá (OSM), na estrutura da SER.

Os mantenedores do OSM são a Cooperativa Agroindustrial de Maringá (Cocamar), o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicoob), a Associação Comercial e Empresarial de Maringá (Acim), o Sistema de Crédito Cooperativo (Sicredi), Porto Seco, Centro Universitário de Maringá (Cesumar), o Sindicato dos Lojistas do Comércio e do Comércio Varejista de Maringá e Região (Sivamar) e a GVT (Global Village Telecom Ltda.). Ainda como parceiros, o OSM conta com o apoio da Universidade Estadual de Maringá (UEM), da Melhor Comunicação, Arquidiocese de Maringá, dos Tribunais de Contas do Estado (TCE), da Receita Federal do Brasil (RFB), da DB1 Informática, da Receita Estadual, da Justiça Federal, da Federação das Indústrias do Estado do Paraná, da Programa Estágio Maringá (Proe), do *Rotary Club*, do *Lions Club*, do Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequena Empresa (Sebrae), da Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Paraná (Faciap), da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), entre outras instituições que indiretamente apóiam o trabalho.

Tem como missão “proporcionar à sociedade oportunidades que promovam a coesão social, por meio da transparência na gestão dos recursos públicos”, e o seu objetivo geral é “despertar a comunidade para a importância socioeconômica dos tributos e para a necessidade de um aumento na eficácia de sua aplicação”.

As ações na área de Educação Fiscal estão ligadas à atividades e projetos na área cultural e educacional; e as estratégias de controle social se dariam com a participação e o

---

<sup>2</sup> Sítio da SER, acesso em 11/02/2011 [http://www.sermaringa.org.br/atuacao/lista\\_atuacao.php?id=8](http://www.sermaringa.org.br/atuacao/lista_atuacao.php?id=8)

acompanhamento nas licitações dos órgãos públicos, desde o início do processo, passando pela entrega dos produtos e serviços, até a utilização desses produtos e serviços, e a verificação da sua aplicação no interesse do público; ao acompanhamento das contratações e dos gastos de custeio no Executivo e no Legislativo local, da assinatura do compromisso eleitoral com os possíveis candidatos à Prefeitura de Maringá, garantindo o direito a informação a população sobre o orçamento público e as ações para o fortalecimento dos conselhos municipais. O OSM atua ainda com diversas análises e sugestões, relativas aos recursos públicos, que são encaminhadas aos poderes Executivo e Legislativo locais.

O OSM conta com uma estrutura bem definida e recursos próprios. Possui Diretoria, Comitê Gestor e quadro funcional, sendo que as tarefas são executadas por funcionários efetivos, estagiários de diversas áreas, aposentados e voluntários em geral, que foram capacitados pela CGU e pelo Tribunal de Contas do Paraná. A atuação ocorre em conjunto com órgãos de controle e fiscalização governamentais e instituições públicas e privadas.

Além das atividades já descritas, cabe destacar a promoção da Educação Fiscal por meio de concursos de monografias e o de redação aplicada à Cidadania Fiscal, Festivais de Música e Teatro, a consultoria gratuita sobre procedimentos licitatórios, a divulgação de todas as licitações da Prefeitura, inclusive da modalidade convite, além de oferecer ao empresariado informações sobre os certames licitatórios que ocorrerão.

O OSM tem reconhecimento público nacional e internacional recebendo vários prêmios entre eles:

- a) Prêmio da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep)<sup>3</sup> – 2008 de Inovação, vencendo na categoria Tecnologia Social – Etapa regional;
- b) Prêmio Voluntariado Transformador, ocorrido em Curitiba no dia 4 de dezembro de 2008;
- c) V Concurso Experiências em Inovação Social, promovido pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) ligada à Organização das Nações Unidas (ONU), com o apoio da Fundação *Kellogg*, o Observatório Social de Maringá conquistou o 1º lugar. O evento aconteceu no campus da *Universidad San Carlos de Guatemala*, na Cidade da Guatemala, no dia 13 de novembro de 2009.

De acordo com o júri da CEPAL:

Observatório Social de Maringá coloca o dedo na ferida latino-americana e caribenha: a má gestão dos recursos públicos, que compromete a possibilidade do Estado investir em áreas

---

<sup>3</sup> Finep é uma empresa pública vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) que atua em toda a cadeia da inovação, com foco em ações estratégicas, estruturantes e de impacto para o desenvolvimento sustentável do Brasil.

essenciais para o desenvolvimento sustentável, como educação, saúde e estímulo à produção. (Sítio do SER – [http://www.sermaringa.org.br/atuacao/lista\\_atuacao.php?id=8](http://www.sermaringa.org.br/atuacao/lista_atuacao.php?id=8) - acessado em 11/02/2011).

Com o sucesso e a divulgação das atividades do OSM, o movimento foi institucionalizado, o modelo foi replicado em outras cidades do Paraná e em outros estados, disseminando e formando uma Rede de OS.

### 1.1.2 Observatório Social do Brasil<sup>4</sup> (OSB)

O OSB é uma Organização Não Governamental (ONG), que é gestora da Rede de Observatórios Sociais, criada a partir da solicitação de outras cidades para a divulgação do modelo de controle social proposta pelo OSM. Assim, passou a disseminar a instalação de Observatórios Sociais no Paraná e em outros Estados, formando a Rede de Controle Social, com ações integradas e metodologia padronizada pelo Manual de Implantação e Operacionalização de um Observatório Social, anexo a pesquisa. O OSB funciona em estrutura e endereço desassociado do OSM, pois os objetivos são diferentes. Em janeiro de 2011, contabilizou 31 Observatórios implantados no país.

Segundo sua página na Internet, tem:

Por missão:

Auxiliar todas as cidades que se dispuserem a implantar o seu próprio processo de monitoramento dos gastos públicos, desenvolvendo uma metodologia capaz de sintetizar e orientar o trabalho local, de maneira a organizar e padronizar as ações dos Observatórios Sociais. Ao criar e congrega a Rede de Observatórios Sociais, o OSB poderá acelerar ainda mais o processo de cidadania fiscal nos municípios e contribuir significativamente para uma maior qualidade na aplicação dos recursos públicos, ação necessária para se alcançar a verdadeira justiça social.

Por objetivos:

- I. Atuar como organismo de apoio à comunidade para pesquisa, análise e divulgação de informações sobre o comportamento de entidades e órgãos públicos com relação à aplicação dos recursos, ao comportamento ético de seus funcionários e dirigentes, aos resultados gerados e à qualidade dos serviços prestados.
- II. Congregar, localmente, representantes da sociedade civil organizada, Executivos e profissionais liberais de todas as categorias, sem vinculação político-partidária, dispostos a contribuir no processo de difusão do conceito de cidadania fiscal, servindo a seu grupo profissional e à sociedade em geral.
- III. Possibilitar o exercício do direito de influenciar as políticas públicas que afetam a comunidade, conforme está assegurado pelo artigo 1º da Constituição Federal de 1988: "todo poder emana do povo".
- IV. Incentivar e contribuir com o aprimoramento pessoal e profissional de membros da comunidade e de profissionais ligados às áreas de interesse do OS, através de cursos, seminários, palestras, debates, grupos de estudos, entre outras atividades.

<sup>4</sup>Sítio do OSB, acesso em 11/02/2011 - [http://www.observatoriosocialdobrasil.org.br/como\\_atuamos](http://www.observatoriosocialdobrasil.org.br/como_atuamos)

- V. Incentivar e promover eventos artísticos e culturais que possam contribuir para a criação da cultura da cidadania fiscal e popularização das ferramentas de participação dos cidadãos na avaliação e monitoramento da gestão dos recursos públicos.
- VI. Contribuir, diretamente, para que haja maior transparência na gestão dos recursos públicos, de acordo com o previsto no artigo 5º, incisos XIV e XXXIV; no artigo 37, parágrafo 3º da Constituição Federal de 1988.
- VII. Estimular a participação da sociedade civil organizada no processo de avaliação da gestão dos recursos públicos, visando defender e reivindicar a austeridade necessária na sua aplicação, dentro de princípios éticos com vistas à paz e à justiça social.
- VIII. Incentivar e promover o voluntariado nas ações educativas e operacionais em favor dos direitos do cidadão e contra a corrupção.
- IX. Realizar e divulgar estudos relativos a atividades governamentais e empresarias de interesse da comunidade.
- X. Participar da Rede da Cidadania Fiscal como forma de facilitar o cumprimento das ações locais de Educação Fiscal e Controle dos Gastos Públicos.
- XI. Reverter o Quadro de desconhecimento, por parte de indivíduos, empresas e entidades, de mecanismos capazes de possibilitar o exercício da cidadania fiscal e o controle da qualidade na aplicação dos recursos públicos.
- XII. Apresentar propostas para o desenvolvimento de projetos, atividades, estudos, que contemplem a promoção de mudanças fundamentais e essenciais no processo de gestão dos recursos públicos, principalmente nas áreas de saúde, educação, recursos humanos, licitações, gastos do poder Legislativo e assistência social.

### 1.1.3 *Fundamentação legal para a criação de Observatórios Sociais*

Os Observatórios foram motivados e legitimados pelas seguintes prerrogativas:

- a) na Constituição Federal nos artigos 5º, incisos XXXIII e XXXIV, e 31, § 3º: “todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado”;
- b) na Constituição Federal no artigo 31§ 3º- “As contas dos Municípios ficarão, durante sessenta dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei”;
- c) na Constituição Federal artigo 14 garantiu a iniciativa popular como iniciadora de processos Legislativos e o artigo 29 sobre a organização das cidades, requereu a participação dos representantes de associações populares no processo de organização das cidades. Outros artigos requereram a participação das associações civis na implementação das políticas de saúde e assistência social;

- d) nos princípios que regem toda a Administração Pública, seja a União, os Estados, o Distrito Federal ou os Municípios, que são: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, contemplados no art. 37 da Constituição;
- e) na Lei Complementar nº 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com amparo no Capítulo II, do Título VI, da Constituição;
- f) na Lei Complementar nº 131/2009, que acrescenta dispositivos à LRF, nos artigos 48, 49, 73, 73-ABC, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Importante destaque tem a constituição por trazer elementos culturais emergidos da sociedade, abrindo espaço para prática da democracia participativa.

Tendo em vista o histórico, o OSM pretende ser esse instrumento de controle social na promoção da cidadania, visto que promover oportunidades de coesão social, por meio da transparência na gestão dos recursos públicos é cidadania, pois ela expressa um “conjunto de direitos” que possibilita a participação social do povo no governo, como conceitua Dallari (1998).

Em uma observação preliminar dos documentos e relatórios disponibilizados no sítio da SER observa-se que o OSM tem como público-alvo o cidadão, focalizando o acompanhamento dos gastos públicos para o desenvolvimento social, tendo como premissas a Educação Fiscal para a cidadania e o controle social.

Considerando todas as situações expostas, foram definidos para o trabalho o problema da pesquisa e seus objetivos que são apresentados a seguir.

## **1.2 Justificativa do tema**

A relevância do trabalho para o meio acadêmico justifica-se por abordar aspectos do controle social, criado e executado pela sociedade civil, de maneira científica, pouco estudado pela academia, por ser inovador e recente, mas de muita aplicabilidade e importância social.

O problema analisado também é relevante pela necessidade de analisar se as estratégias utilizadas pelo OSM para viabilizar a transparência e o correto aproveitamento dos recursos públicos são passíveis de aplicação em outros municípios de forma eficaz. Foram

aprofundados temas que são as linhas de pesquisa centrais do Programa de Pós-Graduação em Educação Fiscal e Cidadania, tais como: educação fiscal, a mobilização da sociedade civil para o exercício da cidadania, o *accountability* ou Responsabilização Social, e a Democracia não-hegemônica ou Participativa da qual tratou Habermas (1997), importantes instrumentos de participação popular que auxiliam no controle social dos recursos públicos.

Outro aspecto importante que justifica esta pesquisa é a falta de material de pesquisas sobre as estratégias empregadas pela sociedade para o controle social do gasto público e no acompanhamento do Legislativo local.

### **1.3 Problema da pesquisa**

As estratégias utilizadas pelo OSM para viabilizar a transparência e o correto aproveitamento dos recursos públicos são viáveis como estratégias para a Educação Fiscal?

### **1.4 Objetivos**

#### *1.4.1 Objetivo geral*

Analisar se as estratégias utilizadas pelo OSM para viabilizar a transparência e o correto aproveitamento dos recursos públicos são viáveis como estratégias para a Educação Fiscal.

#### *1.4.2 Objetivos específicos*

- a) Conceituar Observatório Social e identificar se os objetivos do OSM se encontram aliados a suas ações;
- b) Identificar e analisar as estratégias do OSM;

- c) Avaliar a percepção da sociedade sobre a atuação do Observatório;
- d) Verificar a aplicabilidade dessas estratégias em outros contextos.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Tendo em vista que o foco do estudo é analisar se as estratégias utilizadas pelo OSM para viabilizar a transparência e o correto aproveitamento dos recursos públicos são passíveis de aplicação em outros municípios de forma eficaz, é primordial trazer os conceitos que os fundamenta.

### 2.1 Educação Fiscal, Tributo e Cidadania

#### 2.1.1 Conceito e considerações sobre Educação Fiscal:

Educação Fiscal é um termo técnico, criado em 1998, pela Receita Federal do Brasil (RFB) em substituição feita ao termo Educação Tributária para fundamentar o hoje denominado Programa Nacional de Educação Fiscal (PNEF), criado em 2002. Segundo o sítio da RFB<sup>5</sup>, Educação Fiscal é “um processo que visa à construção de uma consciência voltada ao exercício da cidadania, objetivando e propiciando a participação do cidadão no funcionamento e aperfeiçoamento dos instrumentos de controles social e fiscal do Estado.”

A abordagem didático-pedagógica sugerida pelo PNEF, no caderno pedagógico 1 do curso de Disseminadores da Educação Fiscal, diz que “Educação Fiscal deve ser entendida como capaz de interpretar as várias teorias financeiras da arrecadação e dos gastos públicos, instigando o cidadão a aprender e entender o seu papel como contribuinte solidário e participativo que beneficia a todos, inclusive a ele próprio, mas não apenas a ele. Para que isso ocorra, deve-se estar consciente da importância da participação no acompanhamento da aplicação dos recursos públicos, ou seja, do controle social, que deve ser pautado na justiça, transparência, honestidade e eficiência, minimizando o conflito de relação entre o cidadão, contribuinte, e o Estado, arrecadador”.

---

<sup>5</sup> Sítio da Receita Federal do Brasil – RFB – Acessado em 11/02/2011 - <http://www.receita.fazenda.gov.br/educafiscal/default.htm>



Segundo dados do Observatório da Equidade<sup>6</sup>, em estudo realizado em 2009 sobre as políticas educacional e fiscal, foram apontados dois macros problemas centrais que impactam no desenvolvimento do país. Na política Educacional seria o nível de escolaridade da população brasileira que é baixo e desigual; e na fiscal que o sistema tributário nacional é injusto.

Foi constatado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), que a média de anos de estudo da população brasileira de 15 anos ou mais, era de 7,4 anos em 2008, sendo a média desejável pelo Pnud de 13,8 anos. Além desses problemas foram elencados vários problemas históricos como: elevado contingente de analfabetos, acesso restrito a educação infantil e superior de qualidade; insuficiência nos sistemas de educação técnica e formação profissional continuada; e problemas no acesso a educação aos alunos com deficiências.

Em relação ao Sistema Tributário Nacional o estudo verificou que o sistema é injusto. É injusto por desrespeitar o princípio da equidade na distribuição de recursos no âmbito da federação, favorecendo a desigualdade; o retorno social é baixo em relação à carga tributária; apresenta tributação em cascata; excesso de burocracia; e não se verificam as condições necessárias para o exercício da cidadania tributária ou fiscal, por falta informação e fóruns apropriados para a participação popular.

Tais abusos sistemáticos têm a ver com a falta de formação e o desinteresse da sociedade sobre o tema, e das elites em sanar problemas e abusos na legislação vigente. Observa-se que existem no país 27 legislações estaduais de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS); e para o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) são 5.564 legislações, por ser municipal. Além desses existem o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) que a União arrecada e são tributados sobre diferentes bases de incidência e de cobrança não harmonizada, segundo informações do Observatório da Equidade. Apesar da nossa carga tributária ser em média de 33,8%, apenas 9,5% retornam para a sociedade na forma de investimentos em educação, saúde, segurança pública, habitação e saneamento. Em decorrência destes fatores é que surge a necessidade premente do controle social como ferramenta de apoio ao Estado para melhorar a gestão dos recursos disponíveis que são escassos e não podem ser desperdiçados com aplicações mal feitas, ou perdidos na corrupção dos agentes públicos.

---

<sup>6</sup> O Observatório da Equidade e Iniciativa do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social ligado a Presidência da República. Disponibiliza dados estatísticos e análises sobre políticas públicas na Internet. <http://www.ibge.gov.br/observatoriadaequidade/> - acessado em 16/11/2011.

A Educação Fiscal, por meio do Programa Nacional de Educação Fiscal, desenvolve importante política pública, com ações de capacitação e atividades que visam ampliar a percepção do cidadão sobre a importância solidária do tributo, que se encontram contemplados na sua missão que é: “contribuir para conscientização do cidadão sobre direitos e deveres, relativos aos tributos e à aplicação dos recursos públicos, incentivando o controle social para o efetivo exercício da cidadania”<sup>7</sup>.

Todas essas questões nos remetem para a importância da educação fiscal no desenvolvimento do país. A informação da importância do tributo como recurso que movimenta toda a vida do cidadão tem a ver com o seu nascimento, com o seu lazer, com o seu trabalho e com a sua segurança, citando apenas algumas de suas dimensões.

### *2.1.2 Conceito e considerações sobre Tributo*

Para definir tributo, devemos contextualizá-lo como lei e também como instrumento de transformação social.

Como lei, devemos contextualizá-lo dentro do Sistema Tributário Brasileiro. Primeiramente, Sistema Tributário entende-se como sendo o complexo orgânico formado pelos tributos estabelecidos em um país ou região independente e os princípios e normas que os governam, segundo Musgrave (1976). Podemos concluir que o Sistema Tributário Brasileiro é composto por tributos instituídos, e dos seus princípios e normas que regulam tais tributos. No caso do Brasil os instrumentos utilizados que ilustram os princípios e a normas que regem o Sistema Tributário são a Constituição Federal e as Leis Complementares relativas ao tema, dentre elas, a mais importante, por dispor sobre o Sistema Tributário Nacional e instituir normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios e ao Distrito Federal, é a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, usualmente chamada de Código Tributário Nacional (CTN).

O conceito legal de tributo, encontrado no CTN, no seu art. 3º, define tributo como sendo: “toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção ao ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada”.

---

<sup>7</sup> Sítio do Programa Nacional de Educação Fiscal – PNEF - [http://www.esaf.fazenda.gov.br/esafsite/educacao-fiscal/Edu\\_Fiscal2008/INDEX.htm](http://www.esaf.fazenda.gov.br/esafsite/educacao-fiscal/Edu_Fiscal2008/INDEX.htm) - acessado em 15/02/2011.

Em uma segunda abordagem foi trazido o conceito de tributo como instrumento de transformação social encontrado no sítio da RFB na internet<sup>8</sup>, que define Tributo como sendo “um instrumento que pode e deve ser utilizado para promover as mudanças e reduzir as desigualdades sociais”. Ou seja, o cidadão solidário, consciente da função social do tributo como forma de redistribuição da renda nacional e elemento de justiça social, é capaz de participar do processo de arrecadação, aplicação e fiscalização do dinheiro público.

Voltamos aqui à questão do cidadão entendendo a importância de ser solidário e deixando de lado o egoísmo social, ao procurar formas de sonegar. O tributo deve ser justo e beneficiar quem mais precisa, porque sendo assim todos serão favorecidos em escala. A violência diminuirá e os índices sociais melhorarão como preconiza o Observatório da Equidade<sup>9</sup> ao pregar uma política fiscal mais justa. Devemos entender que quem ganha mais, deve pagar mais, como rege o art.153, §2º, Inciso I, da Constituição Federal.

Neste caso, explica Novaes (2001), a solidariedade da sociedade significa a cooperação da maioria em favor da minoria, até mesmo da totalidade em benefício do indivíduo. Esse dinamismo social consiste na alteração constante dessas parcelas de contribuição, assim, num dado momento, todos contribuem, noutro, muitos se beneficiam desta participação, em termos financeiros, o valor não utilizado por uns é canalizado para outros.

É necessário entender esse dinamismo social, pois estamos acostumados com uma gama de estruturas, serviços e produtos que o governo nos oferta através dos tributos, muitos deles de difícil visualização para o contribuinte. Uma parcela significativa da sociedade tem a idéia de que se não paga imposto de forma direta como o Imposto de renda, Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) ou Imposto Sobre a Propriedade de Veículo (IPVA), não se contribui para a arrecadação; logo não tem direito de participar e opinar. Contudo, isso não é verdade, portanto todos pagam tributos. Existem muitos impostos indiretos embutidos em todos os produtos e serviços que consumimos; e os que recebem salário mínimo pagam, proporcionalmente, mais impostos, porque o peso do imposto indireto nos alimentos, no aluguel e nos produtos para a subsistência é alto e mais representativo nos salários menores como verificado no Relatório sobre Indicadores de Iniquidade do Sistema Tributário Nacional, produzido pelo Observatório da Equidade em 2010<sup>10</sup>. Essas

---

<sup>8</sup> Sítio da Receita Federal do Brasil – RFB – Acessado em 11/02/2011 - <http://www.receita.fazenda.gov.br/educfiscal/default.htm>

<sup>9</sup> O Observatório da Equidade é Iniciativa do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social ligado a Presidência da República. Disponibiliza dados estatísticos e análises sobre políticas públicas na Internet. <http://www.ibge.gov.br/observatoriadaequidade/> - acessado em 16/11/2011.

<sup>10</sup> O Observatório da Equidade é uma estrutura do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social - CDES, ligado a Presidência da República. Acesso ao relatório em <http://www.ibge.gov.br/observatoriadaequidade/>

discrepâncias ferem o princípio da seletividade, que garante que quanto mais essencial o produto à sobrevivência, menor deveria ser a carga sobre os impostos indiretos sobre os produtos em questão, como determina o art.153, §3º, Inciso I, da Constituição Federal.

### 2.1.3 Conceito e considerações sobre Cidadania

A palavra cidadania tem origem no latim, *civitas*, "cidade", que tem correspondente grego na palavra *politikos*, aquele que habita a cidade<sup>11</sup>. Para Platão, em *A República*<sup>12</sup>, a cidadania era entendida como “o direito do cidadão em participar das decisões nos destinos da cidade por meio da assembléia popular, na praça pública onde se reuniam para deliberar sobre as decisões de comum acordo.” A cidade-estado tinha como regime a democracia direta, inviável nos dias atuais, pelo tamanho que o Estado se apresenta.

Segundo Pinsky (2003), o conceito de cidadania evoluiu a partir das lutas e guerras que alcançaram o seu ápice na Revolução Francesa, que alterou o quadro político e social da França do século XVIII e os conceitos de cidadão, cidadania e democracia, e na Declaração dos Direitos Humanos de 1948, que foi proposta pela Assembléia Geral das Nações Unidas, devido à comoção mundial causada pelo fim da Segunda Guerra Mundial e por todas as atrocidades e descaminhos acontecidos com os direitos dos cidadãos. Esses dois fatos mudaram o princípio de legitimidade que reinava até então, fundamentado nos deveres dos cidadãos, e que passaram a estruturá-lo a partir dos seus direitos, instaurando uma nova ordem mundial. Desse período em diante ampliaram-se o conceito e a prática de cidadania no mundo ocidental e os direitos foram estendidos a mulheres, crianças, minorias nacionais, étnicas, sexuais e etárias. Em decorrência desses fatos Pinsky (2003) afirma que: “cidadania é a expressão concreta do exercício da democracia na sua acepção mais ampla e não é uma definição estanque, mas um conceito histórico, o que significa que seu sentido varia no tempo e no espaço.”

No dizer de Dallari:

A cidadania expressa um conjunto de direitos que dá à pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo. Quem não tem cidadania está marginalizado ou excluído da vida social e da tomada de decisões, ficando numa posição de inferioridade dentro do grupo social. (DALLARI, 1998, p.14)

<sup>11</sup> BRASIL. **Programa Nacional de Educação Fiscal. Educação Fiscal No contexto social**. 2. ed. Brasília, 2005.

<sup>12</sup> Sítio na Internet que disponibiliza o acesso a obra de Platão – Acessado em 11/02/2011 - [www.scribd.com/.../Apostila-de-Direitos-Humanos](http://www.scribd.com/.../Apostila-de-Direitos-Humanos)

Pinsky (2003) ressalta que a história da cidadania mistura-se com a história das lutas pelos direitos humanos. A cidadania orienta-se por aqueles que sempre buscam mais direitos, maior liberdade, melhores garantias individuais e coletivas, e não se acomodam frente à ascendência dos arrogantes, seja do próprio Estado, ou de outras instituições ou pessoas que não abdicam de suas regalias, da opressão e das injustiças contra uma maioria necessitada e que não se faz ouvir, justamente por que lhe é negada a cidadania plena “cuja conquista, ainda que tardia, não será obstada”.

Concluo essas considerações citando que para assegurar a igualdade de direitos dos cidadãos e começarmos a fazer cidadania de fato e não apenas de direito, é primordial que as democracias saibam conjugar a máxima popular, atribuída a Aristóteles, que é: “Isonomia consiste em tratar desigualmente os desiguais, à exata medida que se desigualem.”

## **2.2 Controle Social e seus múltiplos aspectos**

### *2.2.1 Conceito e considerações sobre Controle Social e Orçamento Participativo*

#### **2.2.1.1 Controle Social:**

Termo usualmente adotado com o sentido de expressar o controle exercido pelo povo sobre os atos de governo utilizando a visão de Franco Garelli *apud* Bobbio (2002)<sup>13</sup> e Corrêa e Ribeiro (2008).

Os conceitos de participação e controle social estão profundamente relacionados para a Controladoria Geral da União (CGU)<sup>14</sup>, que entende que a participação na gestão pública permite aos cidadãos interferir na tomada das decisões administrativas, orientando-os no sentido do interesse público e, ao mesmo tempo, exercendo o controle sobre a ação do Estado, exigindo que o gestor público preste contas de sua atuação.

<sup>13</sup> Contribuições decisivas para a significação do controle social são buscadas na extensa teoria sobre a política de BOBBIO, em Estado Governo Sociedade para uma teoria geral da política.

<sup>14</sup> Disponibilizado no Portal da Transparência do Governo Federal - <http://www.portaltransparencia.gov.br/controleSocial/> - em 06/02/2011, às 17h.

A CGU ressalta ainda que a participação contínua do cidadão na gestão pública é um direito garantido pela Constituição Federal, permitindo que os cidadãos não só participem da formulação das políticas públicas, mas, também, fiscalizem de forma permanente a aplicação dos recursos públicos. Assim, o cidadão tem o direito não só de escolher, de quatro em quatro anos, seus representantes, mas também de acompanhar de perto, durante todo o mandato, como esse poder delegado está sendo exercido, supervisionando e avaliando a tomada das decisões administrativas.

O controle social para o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS)<sup>15</sup> está relacionado com “a capacidade da sociedade intervir nas políticas públicas para garantir seus direitos” e o “exercício do controle social implica o planejamento, acompanhamento, avaliação e fiscalização da oferta dos programas, serviços e benefícios sócio-assistenciais”.

No que se aplica ao OSM, a participação e o controle social se encontram garantidos na constituição Federal, na Lei de Responsabilidade Fiscal e em várias ações governamentais que visam estimular essa participação popular, para criarem caminhos para que a interação Estado-sociedade aconteça com benefícios, tais como a melhoria das políticas públicas.

No Brasil a participação popular é recente, aparecendo mais fortemente a partir de 1990. Destacam-se as experiências: do orçamento participativo em Porto Alegre e em algumas cidades de Minas Gerais; o surgimento dos Conselhos Municipais e Estaduais; e, em 2006, dos Observatórios Sociais, experiência inovadora para o controle e gestão dos recursos públicos.

Para compreender o processo da participação deve-se entender que as abordagens teóricas de participação popular estão divididas em dois grandes grupos: a Democracia Hegemônica e a Democracia Não-hegemônica (Miguel, 2005). O primeiro grupo, com características personalistas, tem como expoente o economista Joseph Schumpeter, que defende que a obrigação do cidadão seria votar e escolher seu representante, sendo que a partir desse momento findaria a participação do cidadão, pois a ação política já não seria mais de sua responsabilidade, e sim do candidato eleito. Observa com descrença os debates que abarcam tradições culturais diferentes, bem como a argumentação e a participação de “homens comuns” em sociedade com administração burocrática complexa, como as ocidentais. Todos esses fatores, de acordo com Schumpeter (1984), levam ao desenvolvimento de “vontades desordenadas” nos cidadãos, obrigando-os a desenvolverem abordagem teórica em que privilegia o chamado “elitismo democrático”. Outro expoente é o

---

<sup>15</sup> Disponibilizado no sítio do MDS - <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/controlesocial> - em 14/02/2011

pensador e historiador Norberto Bobbio (1986) que acreditava que os problemas políticos, à medida que a sociedade fosse ficando mais complexa, requereriam competências técnicas, logo seria difícil para o cidadão comum a participação popular ativa. Esta linha de pensamento, predominante na sociedade, reduz a participação a um único momento de cidadania: o do voto.

Portanto, a teoria Democrática Hegemônica tem como principais noções: (a) a confiança de que as diferenças culturais não seriam resolvidas por meio da argumentação, (b) a defesa da inter-relação entre a administração pública não participativa e a eficiência burocrática racional e, (c) a defesa da idéia de que o processo eleitoral deve ser apenas a aferição de preferências individuais pré-formadas. Em síntese, cabe aos cidadãos comuns formar o governo, mas não governar (Miguel, 2005).

O segundo grupo que defende a abordagem Não-hegemônica, tem como o expoente Habermas (1997). Defende que a Democracia Deliberativa ou Participativa tem no diálogo, no agir comunicativo buscando o consenso, no processo de cooperação e na ação participativa popular, o exercício efetivo da cidadania. A democracia deliberativa assegura o imperativo de explicar as decisões tomadas pelos cidadãos e pelos seus representantes.

O método de discussão racional “habermasiano” acontece no domínio público e se estende a partir da premissa teórica de “situação de fala ideal”, situação esta caracterizada por três princípios:

- a) qualquer contribuição pertinente pode ser apresentada durante o debate;
- b) os participantes buscam o consenso; e
- c) somente a argumentação racional é considerada válida, por isso, discussão racional.

A razão é, na visão de Habermas (1997), condição para que se constitua o processo deliberativo democrático.

No Brasil, o modelo proposto por Habermas (1997) de Democracia Deliberativa para que as sociedades contemporâneas desenvolvam relações políticas mais justas e igualitárias, tem poucos reflexos, porque a estrutura político-administrativa se baseia no modelo hegemônico personalista. Alguns autores acreditam que no Brasil, nas próximas décadas, emergirão diversificadas nas esferas, com características que as aproximam da descrição do modelo de Habermas (apud, SANTOS, 2007).

Os Observatórios Sociais, nascidos da vontade popular, focam no diálogo com o Executivo e Legislativo, no controle dos gastos públicos e na eficaz aplicação dos recursos públicos, com a participação popular em todas as fases de aquisição dos bens e serviços, bem

como no controle de contratação de pessoal, interagindo, opinando e ajudando o Legislativo e o Executivo local, dando um exemplo de democracia deliberativa e apresentam características do modelo sugerido por Habermas (1997).

#### 2.2.1.2 Orçamento Participativo:

A CGU informa que Orçamento Participativo é:

Importante instrumento de complementação da democracia representativa, pois permite que o cidadão debata e defina os destinos de uma cidade. Nele, a população decide as prioridades de investimentos em obras e serviços a serem realizados a cada ano, com os recursos do orçamento da Prefeitura. Além disso, ele estimula o exercício da cidadania, o compromisso da população com o bem público e a corresponsabilização entre governo e sociedade sobre a gestão da cidade (Sítio CGU<sup>16</sup>)

Santos e Avritzer comentam que no Brasil o orçamento participativo surgiu ao combinar, o Partido dos Trabalhador, elementos da democracia participativa com a representativa (*apud*, SANTOS, 2007, P. 65).

O orçamento participativo como define a CGU cria uma parceria entre o cidadão e o município, fazendo com que ele se sinta parceiro no ônus e no bônus das ações e atividades do seu município, ajudando para que dê certo.

De acordo com Santos:

Orçamento participativo surge dessa intenção que, se manifesta em três das suas características principais: (1) participação aberta a todos os cidadãos sem nenhum status especial atribuído a qualquer organização, inclusive as comunitárias; (2) combinação da democracia direta e representativa, cuja dinâmica institucional atribui aos próprios participantes a definição das regras internas e (3) alocação dos recursos para investimentos baseado na combinação de critérios gerais e técnicos, ou seja, compatibilização das decisões e regras estabelecidas pelos participantes com as exigências técnicas e legais da ação governamental, respeitando também os limites financeiros. (SANTOS, 2007, P. 66).

Santos e Avritzer salientam ainda que existem três formas de institucionalidade participativa:

- a) assembleias regionais nas quais a participação é individual, aberta a todos os membros das comunidade e cujas regras de deliberação e de decisão são definidas pelos próprios participantes;

<sup>16</sup>Disponibilizado no Sítio da CGU – Acessado em 11/02/2011 -<http://www.portaltransparencia.gov.br/controlSocial/OrcamentoParticipativo.asp>



- b) as tabelas de carências, que são um princípio distributivo, que antecedem o próprio processo deliberativo capaz de reverter desigualdades pré-existentes. Informa que essa forma foi encontrada em Porto Alegre e Belo Horizonte.
- c) conselho ou similar que utilizaria mecanismo de compatibilização entre o processo de participação e de deliberação do poder público. Apresenta como exemplo um conselho na cidade de Porto Alegre que seja capaz de deliberar sobre o orçamento e de negociar prioridades com a Prefeitura local. *Accountability* ou Responsabilização Social.

O Orçamento Participativo cria entre o Estado e o cidadão uma co-autoria que cria vinculação e compromisso entre o público e o privado.

#### 2.2.1.3 *Accountability* ou Responsabilização Social.

O *Centro Latinoamericano de Administración para El Desarrollo (CLAD)* (2000) entende o termo como sendo a obrigação que o governo tem de prestar contas à sociedade.

Segundo Schedler (1999), *accountability* deriva de duas conotações básicas:

- a) a capacidade de resposta dos governos, ou seja, a obrigação dos oficiais públicos informarem e explicarem seus atos (*answerability*); e
- b) a capacidade das agências de *accountability* imporem sanções e perda de poder para aqueles que violaram os deveres públicos (*enforcement*). Essas noções pressupõem a existência de um poder e a necessidade de que este seja controlado.

Foram identificadas, de acordo com Schedler (1999), três formas básicas pelas quais se podem prevenir o abuso de poder:

- a) sujeitar o poder ao exercício de sanções;
- b) obrigar que seja exercido de forma transparente; e
- c) forçar que os atos dos governantes sejam justificados.

A primeira remete à capacidade de *enforcement* e as duas outras têm a ver com a capacidade de resposta dos oficiais públicos (*answerability*).

Podemos perceber que o OSM como ferramenta de Educação Fiscal está intimamente ligado ao conceito de *accountability* ao cobrar dos órgãos públicos que informem e expliquem seus atos e também as agências de *accountability* que imponham sanções e perda de poder àqueles que violarem seus deveres públicos.

### 2.2.2 Governança e governabilidade

A questão da governança e governabilidade, perpassa pela reforma do Estado, pela idéia de que a Democracia Participativa que buscamos e atuação estatal eficiente, longe de serem exigências contraditórias são complementares entre si, como salienta Valles Bento (2003), na visão da “Nova Administração Pública”<sup>17</sup>. Essa postura do Estado que assegura a participação, o torna mais ágil, permitindo uma governança mais eficiente e permeável à influência da sociedade.

Nesse sentido, as reformas e a maior participação popular geralmente apontam para algumas direções, sendo as mais relevantes:

- a) na esfera legislativa para a utilização de instrumentos de democracia, como o referendo, o plebiscito e a iniciativa popular, que não são tradição no Brasil e foram pouco utilizados, tendo em vista as questões logísticas e de custo em função da dimensão territorial do país;
- b) na implementação e controle das políticas públicas, permitindo uma participação mais ativa dos grupos interessados, que pode ser sentida com a participação das minorias nas elaborações dessas políticas, e também no aperfeiçoamento da gestão fiscal, na promoção da transparência e na simplificação da informação, frutos do aprimoramento da LRF e das legislações orçamentárias; e
- c) na esfera social, buscando a prestação de serviços mediante parcerias com entes da sociedade civil ou do terceiro setor.(BRESSER e CUNILL GRAU, 1999).

A implementação e controle das políticas públicas, permitindo a participação mais ativa da sociedade é foco de trabalho dos Observatórios Sociais.

Essas questões levantadas apontam para as seguintes indagações: qual o tamanho ideal desta fiscalização? Qual a estrutura ideal para que a fiscalização seja eficiente e traga justiça social?

O tamanho ideal da fiscalização tributária nunca poderá ser o da necessidade real de coação, pois o Estado faria somente esse trabalho. A visão de futuro de um Estado Democrático Participativo e com atuação estatal eficiente, dependerá do grau de educação fiscal e de solidariedade da sociedade nele inserida.

---

<sup>17</sup> Valles Bento utiliza esta expressão em seu livro Governança e governabilidade na reforma do estado.

Segundo Habermas (1997), para podermos assegurar a efetividade das normas somente com a promessa de sanção, dever-se-ia colocar um fiscal ao lado de cada cidadão e, nesse plano, um fiscal para controlar o fiscal, e assim sucessivamente até o infinito.

Por exemplo, o Paraná tem 399 municípios, que totalizam uma população, segundo dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)<sup>18</sup>, de 10.686.246 milhões de pessoas, a CGU e o TCU juntos tem um total de 59<sup>19</sup> servidores para fiscalizar este estado. Assim, nota-se que a saída para evitar o mau uso dos recursos públicos é o Poder Público contar com a ajuda de uma sociedade mais consciente de seus direitos e deveres, principalmente o de pagar tributos, e não apenas de instrumentos de coação aplicados por 59 servidores públicos, no caso do Paraná, quando da aplicação de recursos federais neste estado.

O fato de a espécie humana ser imaginada a partir da inclusão social, isto é, o indivíduo só existe dentro da sociedade, deveria ser suficiente para justificar a obrigação constitucional de pagar tributos, à medida que a sociedade se organiza na figura do Estado, que, em uma economia capitalista, não prescinde da arrecadação desses tributos (BUFFON, 2007).

## **2.3 Educação e Desenvolvimento**

### *2.3.1 Desenvolvimento Humano*<sup>20</sup>

O conceito de Desenvolvimento Humano surgiu em 1990, quando o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) recomendou substituir a visão clássica de desenvolvimento, que considerava apenas os indicadores econômicos tais como o crescimento da renda e da produtividade, por um enfoque mais amplo e abrangente, levando em conta características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida de sua população.

---

<sup>18</sup> Consulta ao sítio do IBGE - <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1> - em 18/07/2010.

<sup>19</sup> Dado retirado de apresentação do OSB, disponibilizado pela CGU e disponível no sítio da entidade, em 18/07/2010.

<sup>20</sup> Disponibilizado no sítio do PNUD - <http://www.Pnud.org.br/idh/> e <http://www.Pnud.org.br/rdh/> - acessado em 14/11/2011

### *2.3.2 Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH)*

O Desenvolvimento Humano, segundo o sítio do Pnud, é apurado anualmente tendo por base o IDH publicado pelo Pnud no Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH), que além de apresentar o índice e suas dimensões, propõem uma agenda sobre temas relevantes ligados ao desenvolvimento humano e reúnem tabelas estatísticas e informações sobre o assunto. A cargo do Pnud, o relatório foi idealizado pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq com a colaboração do economista indiano Amartya Sen, ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1998. Atualmente, é publicado em dezenas de idiomas e em mais de cem países.

### *2.3.3 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)*

De acordo com o Pnud, o IDH é uma aferição comparativa usada para classificar os países pelo seu grau de "Desenvolvimento Humano" e para separar aqueles com grau elevado daqueles com grau médio e baixo. A estatística é composta a partir de dados de expectativa de vida ao nascer, educação e Produto Interno Bruto (PIB) - per capita. Anualmente, os países membros da ONU são classificados de acordo com essas medidas.

Para efeito de análise comparada, o Pnud estabeleceu três principais categorias:

- a) de baixo desenvolvimento - apresentando IDH menor que 0,5;
- b) de médio desenvolvimento - exibindo IDH entre 0,5 e 0,8; e
- c) de elevado desenvolvimento - traduzidos por IDH superior a 0,8.

Até 2009, o IDH usava os três índices seguintes como critério de avaliação:

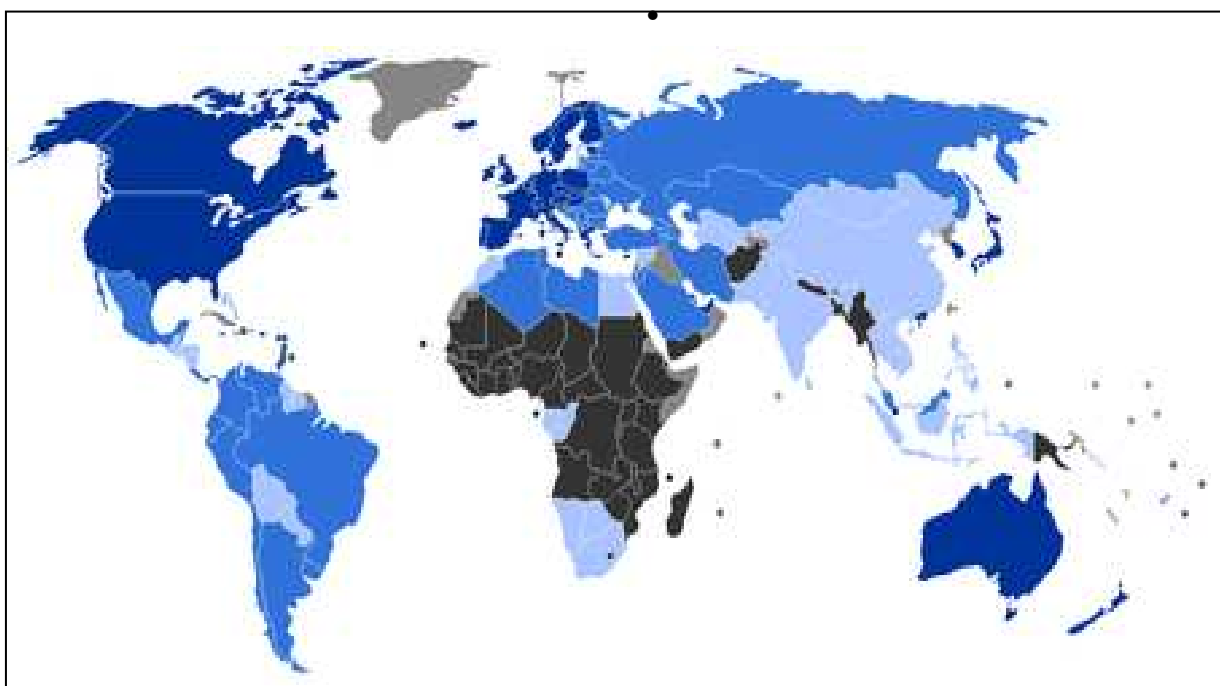
- a) Índice de educação: a avaliação considerava dois indicadores: taxa de alfabetização: com peso dois, de pessoas com 15 anos ou mais de idade; e taxa de escolarização: somatório das pessoas, independentemente da idade, matriculadas em algum curso, seja ele fundamental, médio ou superior, dividido pelo total de pessoas entre 7 e 22 anos da localidade.
- b) Longevidade: avaliado considerando a expectativa de vida ao nascer. Esse indicador mostra a quantidade de anos que uma pessoa nascida em uma localidade, em um ano de referência, deve viver. Reflete as condições de saúde e de

salubridade no local, já que o cálculo da expectativa de vida é fortemente influenciado pelo número de mortes precoces.

- c) Renda: é calculada tendo como base o PIB *per capita* do país, a renda medida pelo IDH é em dólar. Paridade do Poder de Compra (PPC), que elimina essas diferenças.

A partir do relatório de 2010, o IDH combina três dimensões:

- a) O acesso ao conhecimento: anos médios de estudo e anos esperados de escolaridade;
- b) Uma vida longa e saudável: Expectativa de vida ao nascer; e
- c) Um padrão de vida decente: PIB (PPC) per capita.



**Figura 1** – Mapa-mundi indicando a classificação do IDH/2010  
Fonte: baseados em dados publicados em 04/11/2010 pelo Pnud

#### LEGENDA

Muito elevado  
Elevado

Médio  
Baixo

Sem dados

O IDH baixo e médio tem maior concentração na África e na Ásia. A América do Sul tem IDH considerado elevado, excetuando pela Guiana, Suriname, Paraguai e Bolívia que é considerado médio e pela Guiana Francesa que é baixo.

A América do Norte, Europa e Oceania têm a maior concentração de IDH muito elevado.

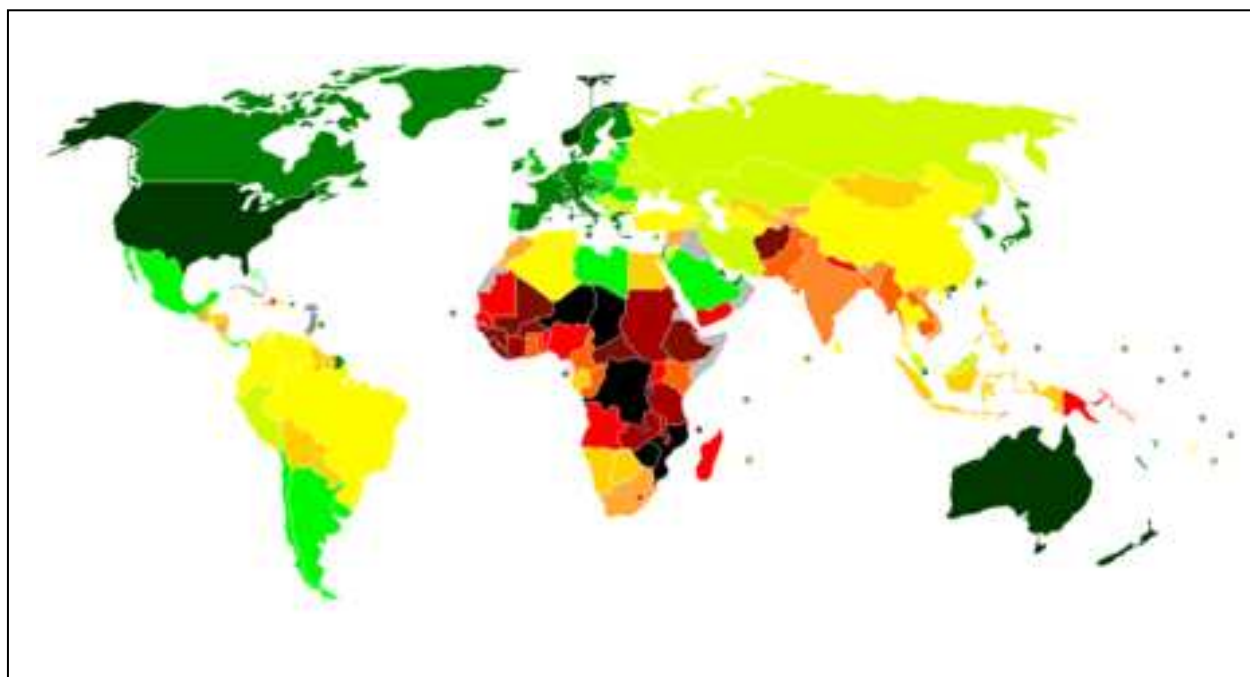


Figura 2 - Mapa-mundi – Indicando os valores do IDH/2010  
Fonte: baseados em dados publicados em 04/11/2010 pelo Pnud

#### LEGENDA

|                |             |                 |
|----------------|-------------|-----------------|
| acima de 0,900 | 0,650–0,699 | 0,400–0,449     |
| 0,850–0,899    | 0,600–0,649 | 0,350–0,399     |
| 0,800–0,849    | 0,550–0,599 | 0,300–0,349     |
| 0,750–0,799    | 0,500–0,549 | abaixo de 0,300 |
| 0,700–0,749    | 0,450–0,499 | Sem dados       |

A Figura 2, demonstram mundialmente, como se encontram os países em relação ao seu IDH e percebe-se as diferenças regionais com maior precisão.

Os vinte países com maior IDH em 2010, na ordem são: Noruega, 0,938; Austrália, 0,937; Nova Zelândia, 0,907; Unidos Estados Unidos, 0,902; Irlanda, 0,895; Liechtenstein, 0,891; Países Baixos, 0,890; Canadá, 0,888; Suécia, 0,885; Alemanha, 0,885; Japão, 0,884; Coreia do Sul, 0,877; Suíça, 0,874; França, 0,872; Israel, 0,872; Finlândia, 0,871; Islândia, 0,869; Bélgica, 0,867; Dinamarca, 0,866; Espanha, 0,863.

### 2.3.4 O IDH e o Brasil

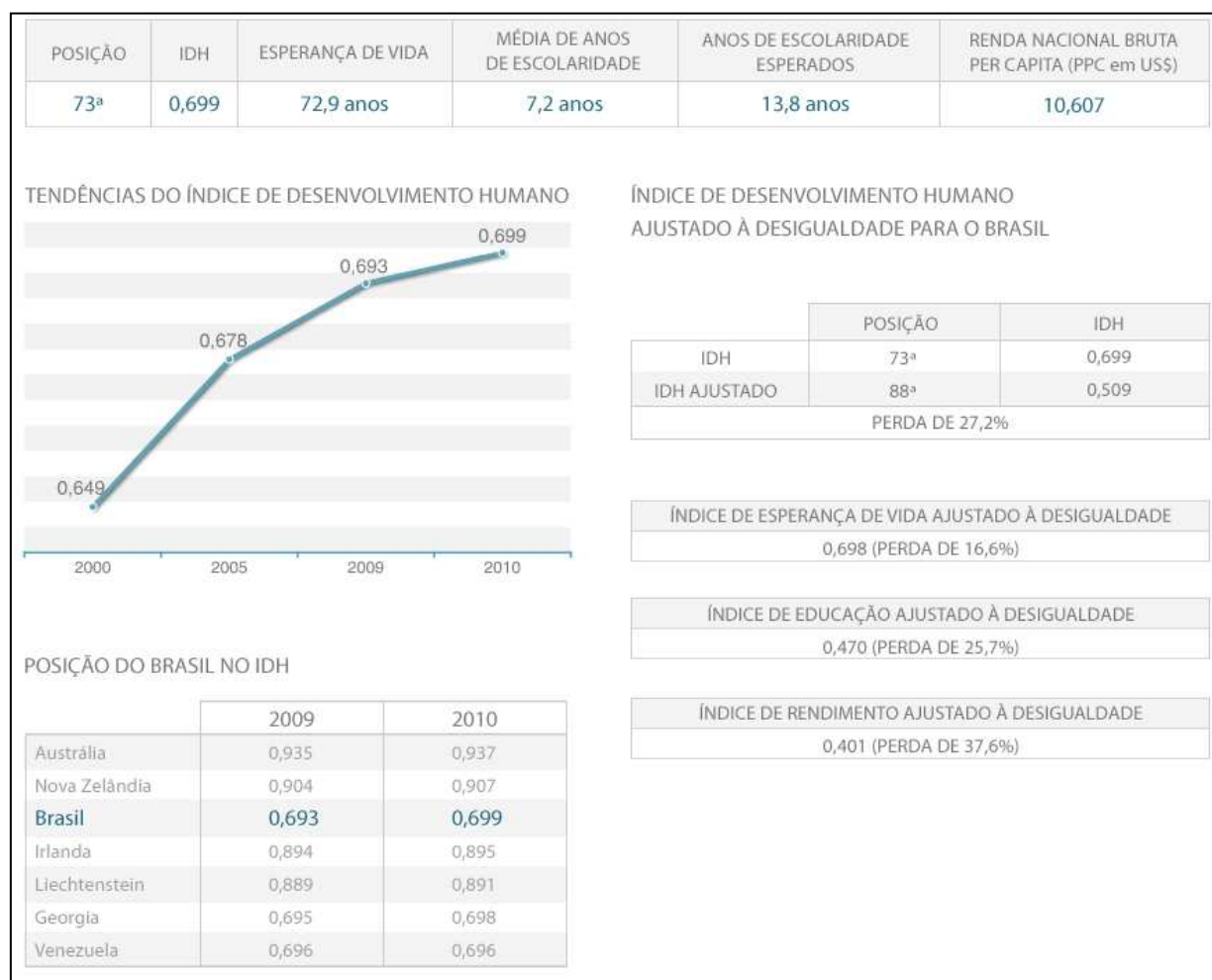


Figura 3 – InfoGráfico do IDH/2010

Fonte: Sítio do jornal O Globo - <http://oglobo.globo.com/economia/info/idh/> - acessado em 04/11/2010

Na aferição de 2010, disponibilizada em 04/11/2010, o país encontrava-se na 73ª posição do ranqueamento do Pnud, com IDH de 0,699.

A nova metodologia de aferição considera, no quesito educação, um mínimo de 13,8 anos de permanência na escola. No Brasil, a média é 7,2 anos, o IDH é puxado para baixo, como se observa na Figura 3, quando considerado o IDH ajustado 0,509 o Brasil passaria para posição 88ª, caído 27,2% no ranqueamento mundial.

Essa nova metodologia, contudo, ainda não foi aplicada para o cálculo dos estados brasileiros. Sendo assim, a posição dos estados segue o modelo e dados divulgados em 2008 pelo Pnud Brasil, onde observamos, conforme Tabela 01, que as diferenças socioeconômicas

no país: as regiões sul e sudeste possuem os maiores IDH no ranqueamento, enquanto o nordeste possui os menores. Nesse sentido, verifica-se que o estado do Paraná encontra-se em 6º lugar.

| <b>Tabela 1 - IDH DOS ESTADOS DO BRASIL - 2008</b> |                     |       |
|----------------------------------------------------|---------------------|-------|
| Posição                                            | Estado              | IDH   |
| 1                                                  | Distrito Federal    | 0,874 |
| 2                                                  | Santa Catarina      | 0,840 |
| 3                                                  | São Paulo           | 0,833 |
| 4                                                  | Rio de Janeiro      | 0,832 |
| 5                                                  | Rio Grande do Sul   | 0,832 |
| 6                                                  | Paraná              | 0,820 |
| 7                                                  | Espírito Santo      | 0,802 |
| 8                                                  | Mato Grosso do Sul  | 0,802 |
| 9                                                  | Goiás               | 0,800 |
| 10                                                 | Minas Gerais        | 0,800 |
| 11                                                 | Mato Grosso         | 0,796 |
| 12                                                 | Amapá               | 0,780 |
| 13                                                 | Amazonas            | 0,780 |
| 14                                                 | Rondônia            | 0,756 |
| 15                                                 | Tocantins           | 0,756 |
| 16                                                 | Pará                | 0,755 |
| 17                                                 | Acre                | 0,751 |
| 18                                                 | Roraima             | 0,750 |
| 19                                                 | Bahia               | 0,742 |
| 20                                                 | Sergipe             | 0,742 |
| 21                                                 | Rio Grande do Norte | 0,738 |
| 22                                                 | Ceará               | 0,723 |
| 23                                                 | Pernambuco          | 0,718 |
| 24                                                 | Paraíba             | 0,718 |
| 25                                                 | Piauí               | 0,703 |
| 26                                                 | Maranhão            | 0,683 |
| 27                                                 | Alagoas             | 0,677 |

Fonte: Baseado Relatório de Desenvolvimento Humano – RDH/Pnud - 2008



### 3 METODOLOGIA

#### 3.1 Tipo de Pesquisa

Para Gil (2009) pode-se conceituar pesquisa como o método coerente e ordenado que tem como alvo proporcionar respostas aos problemas que são sugeridos. Existem várias razões para determinar a realização de uma pesquisa, e esta foi motivada pelo desejo de conhecer melhor o objeto com intuito de avaliar a eficácia de suas estratégias para aplicação em outros municípios.

Tomando por base os objetivos a pesquisa se classifica como exploratória. Do ponto de vista dos procedimentos técnicos, esta pesquisa foi classificada como um estudo de caso, na modalidade de estudo de caso intrínseco, ou seja, aquele em que o caso constitui o próprio objeto da pesquisa como define Gil (2009, p.138).

Gil (2009) comenta que não há como definir *a priori* as etapas a serem seguidas no estudo de caso, mas na maioria dos casos as etapas abaixo são observadas:

- a) elaboração do projeto inicial;
- b) exploração preliminar;
- c) pré-teste dos instrumentos e procedimentos de pesquisa;
- d) coleta de dados;
- e) análise do material; e
- f) redação do relatório.

Quanto aos meios foram utilizados os seguintes instrumentos de pesquisa: a pesquisa bibliográfica, documental e pesquisa de campo realizada na cidade de Maringá, com visitas aos locais onde ocorre o fenômeno.

Segundo Ventura (2002, p.76-77), são incontáveis e absolutamente diversas as classificações da metodologia que se pode encontrar na literatura especializada.

Para o presente trabalho, a pesquisa adotará uma abordagem quali-quantitativa, por considerar necessárias as duas formas de analisar as informações disponíveis. Para Bauer e Gaskell (2003), não há quantificação sem qualificação, ou seja, tomadas isoladamente os dois tipos são limitados, o ideal é poder conjugar as duas abordagens.

### 3.2 Local da pesquisa

A coleta de dados foi realizada no município de Maringá, no estado do Paraná, onde se localiza a ONG SER e seus parceiros. A cidade foi fundada em 10 de maio de 1947 e passou à categoria de município em 14 de novembro de 1951.



Figura 4 – Cidade de Maringá – vista aérea

Fonte: Acervo de fotos disponibilizados no sítio da Prefeitura de Maringá - <http://www2.maringa.pr.gov.br/site/gallery.php?album=15&foto=153> – Acesso em 24/02/2011

Cidade planejada (Figura 4), possui taxa de alfabetização de 95,1% e de urbanização de 98,4%. Tem uma população de 357.117 habitantes, dos quais 171.748 são homens e 185.369 são mulheres; e o seu número de eleitores é de 233.015. Além disso, 349.120 são moradores da zona urbana e 7.997 da zona rural e o PIB per capita a preços correntes é de R\$ 18.558,68, de acordo com o Censo do IBGE em 2010. Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em pesquisa de 2005, é considerada a cidade mais segura do Brasil, com índice de homicídio de 7,94 para cada 100 mil habitantes. É a 7ª cidade com melhor saneamento básico do Brasil. Possui 79% de cobertura de esgoto e 81% do esgoto é tratado. A Associação Comercial e Empresarial de Maringá (Acim), em parceria com

o Departamento de Economia da Universidade Estadual de Maringá (UEM), realizou pesquisa que demonstrou que dois terços dos maringaenses pertencem às classes A e B (65,7%).

Os indicadores sociais, vitais, de saúde, de habitação e infra-estrutura, bem como de educação do município tem destaque se comparados com o resto do país. O Coeficiente de *Gini*, que é um parâmetro internacional usado para medir a desigualdade de distribuição de renda entre os países, consiste em um número entre 0 e 1, onde 0 corresponde à completa igualdade de renda e 1 corresponde à completa desigualdade. O Coeficiente de Maringá é de 0,42, o do Paraná 0,47 e do Brasil 0,54 demonstrando a superioridade estrutural, educacional e social da cidade.

### 3.3 Sujeitos da Pesquisa

A pesquisa de campo foi realizada no mês de outubro de 2010, em visita de quatro dias a Maringá, e posteriormente mantido o contato com o OSM para complementar o levantamento documental em novembro e dezembro de 2010. A coleta de dados para a pesquisa exploratória realizada em Maringá foi baseada em observação de campo no local nos seguintes pontos: escritório da SER e do OSM, onde foram observados o funcionamento do Observatório e de suas atividades diárias, houve a participação em reunião do Comitê Gestor onde são planejadas ações e apresentados os resultados (Figura 5) e reuniões de treinamento oferecido pela CGU aos Observatórios sociais mas realizadas nas dependências do SICOOB, parceiro do OSM (Figura 6).



Figura 5 – Reunião do Comitê Gestor do OSM para planejamento de atividades

Fonte: Acervo de fotos da pesquisa de campo da autora



Figura 6 – Treinamento para os OSB oferecido pela CGU

Fonte: Acervo de fotos da pesquisa de campo da autora

Realizei ainda em Maringá levantamento documental e apliquei questionário para 185 pessoas.

A SER se localiza em um prédio comercial (Figuras 7 e 8) no centro de Maringá e conta com uma equipe fixa de cinco pessoas: gerente, coordenadora de projetos, relações públicas, um estagiário efetivo e um não remunerado. A SER tem 70 voluntários cadastrados que trabalham de acordo com a demanda de suas vice-presidências.



Figura 7 - Porta de entrada da SER  
Fonte: Acervo de fotos da pesquisa de campo da autora



Figura 8 – Escritório do SER e a Gerente Sra. Rose  
Fonte: Acervo de fotos da pesquisa de campo da autora

O OSM também ocupa um espaço maior e com mais recursos, cedido pela Associação Comercial e Empresarial de Maringá (Acim), no centro de Maringá. Tem uma equipe fixa de treze pessoas: coordenador de equipe máster, quatro coordenadores de equipe, quatro estagiários efetivos e quatro não remunerados, além de uma equipe de quinze voluntários. O local é bem equipado, tem linha de telefone própria e acesso à Internet e outras mídias, conforme apresentado nas Figuras 9 e 10.



Figura 9 – Escritório do OSM na Acim  
Fonte: Acervo de fotos da pesquisa de campo da autora



Figura 10 – A Coordenadora do OSM, Sra. Michelle e o Prof. Manoel Quaresma membro do Comitê Gestor/OSM.

Fonte: Acervo de fotos da pesquisa de campo da autora



### 3.4 Detalhamento dos Instrumentos de Pesquisa

A pesquisa foi realizada a partir do uso de alguns instrumentos e procedimentos vinculados aos objetivos propostos por Gil (2002) dentre eles:

- a) Pesquisa bibliográfica: a partir da qual foi desenvolvido o referencial teórico, abordando os conceitos institucionais, históricos e contemporâneos de Educação Fiscal, Tributo, Cidadania, Controle Social, Responsabilização Social, Governança e Educação e Desenvolvimento, assuntos que interagem com a Democracia Participativa de Habermas que servirá de embasamento para a análise dos dados coletados;
- b) Pesquisa documental: análise da prestação de contas que o Observatório disponibiliza para a sociedade; reportagens, relatórios, sítios na internet, tabelas, publicações disponibilizadas pelo OSM, e OSB;
- c) Pesquisa de campo:
  - Observação de campo – foi feita em locais e eventos pontuados como de relevância para a pesquisa, como: visita às dependências da SER e do OSM para conhecer as dependências e a equipe; participação no Seminário Brasileiro de Educação Fiscal e Controle Social realizado em Maringá, promovido pela SER e seus parceiros; reunião de planejamento mensal do OSM; e treinamento da CGU aos representantes de vários Observatórios sociais que estavam visitando Maringá naquele período;
  - Entrevistas – com o Prefeito de Maringá, com o Presidente da Câmara de Maringá, e com representantes e colaboradores do OSM conforme roteiro básico constante no apêndice;
  - Questionário – Aplicação do instrumento em 185 (cento e oitenta e cinco) habitantes de Maringá em ambientes sensibilizados pela SER. A saber: no Seminário citado anteriormente, na Associação Comercial, e na Universidade Estadual de Maringá (UEM). Optou-se por aplicar o questionário em lugares onde o OSM é conhecido para sentir o grau de absorção dos conteúdos tratados. O questionário foi dividido em duas partes: a primeira identifica o perfil do cidadão (bairro, idade, gênero, renda, escolaridade e trabalho/atividade profissional) e a segunda sobre o conhecimento do assunto Educação Fiscal, Controle Social e as atividades desenvolvidas pelo OSM. O modelo de questionário consta no apêndice.

## 4 RESULTADOS DA PESQUISA

A seguir é apresentada análise dos documentos, das entrevistas e do questionário relativos à visita feita ao OSM, que ocorreu em outubro de 2010, a fim de investigar se as estratégias do OSM são efetivas e replicáveis em outros municípios brasileiros.

A dinâmica de apresentação dos dados foi dividida em: resultado da Pesquisa Documental e da Pesquisa de Campo. A pesquisa documental foi sendo complementada durante todo processo de elaboração do estudo, por meio de documentação enviada pelo OSM quando solicitado pela autora. Em relação às entrevistas, que faz parte da Pesquisa de Campo, apareceram ao longo da análise, pois serviram de contraponto ou confirmação da análise. Elas foram feitas com o Prefeito e o Presidente da Câmara e com alguns componentes importantes do Observatório.

### 4.1 Resultados da Pesquisa Documental

#### *4.1.1 Apresentação do Relatório da Prestação de Contas do Observatório Social de Maringá (OSM) – 1º semestre de 2010.*

Semestralmente, o OSM presta conta ao Executivo, ao Legislativo e à sociedade civil por meio de um Relatório da Prestação de Contas do Observatório Social de Maringá onde descreve sua estrutura e atividades. O objetivo desta apresentação, segundo o OSM, é mostrar à sociedade sua efetividade. A título de informação será apresentado parte deste relatório, onde foi feita a seleção dos aspectos mais importantes deste documento.

O Quadro 2 apresenta um apanhado geral das atividades do Observatório neste período, quantificando suas atividades, onde observamos que:

- a) A participação representativa de voluntários para acompanhar as estratégias do OSM aumentou em 86% em 2010;
- b) Para participar das atividades do OSM os colaboradores recebem treinamento inicial e sempre que a atividade necessitar;

- c) Sempre que possível é oferecido treinamento aos servidores das Secretarias de Educação e Saúde, para melhorar a qualidade de seus trabalhos, com consultores contratados ou parceiros com experiência comprovada em licitações e temas correlatos; e
- d) Foi feito o acompanhamento presencial de cerca de um terço das licitações ocorridas.

| Nº    | Descrição                                                                                         | Comentários                                                                                                                 |
|-------|---------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1.200 | Horas disponibilizadas por voluntários                                                            | São 25 voluntários, dos quais 10 são os membros do Comitê Gestor do OSM.                                                    |
| 86%   | Aumento do número de voluntários                                                                  | A participação de voluntários passou de 22 em 2009 para 41 em 2010.                                                         |
| 14    | Reuniões de trabalho                                                                              | Onde se planejam atividades e ações específicas                                                                             |
| 12    | Apresentações do OSM                                                                              | São apresentações de sensibilização social em escolas, universidades, associações, seminários e eventos em geral.           |
| 08    | Reuniões do Comitê Gestor do OSM                                                                  | Apresentação de resultados da equipe do OSM aos dirigentes para aprovação e planejamento das ações                          |
| 16    | Ofícios – Informam sobre projeto de indicadores para a Câmara Municipal                           | O acompanhamento dos trabalhos da Câmara fornece parâmetros que ajudam o cidadão a avaliar a atuação de seus representantes |
| 18    | Ofícios Administrativos                                                                           | Envio de agradecimentos, pedidos de disponibilização de espaços, etc.                                                       |
| 385   | Licitações no semestre                                                                            | Todas as licitações que ocorreram na Prefeitura                                                                             |
| 111   | Processos licitatórios acompanhados presencialmente pelo OSM                                      | No 1º semestre de 2010 o OSM acompanhou presencialmente 29% de todos os certames do município.                              |
| 42    | Processos licitatórios com requerimento de providências                                           | O acompanhamento gerou os requerimentos. 86% dos requerimentos foram acatados pela Prefeitura                               |
| 07    | Requerimentos encaminhados ao Ministério Público e ao Legislativo sobre os processos licitatórios | Os requerimentos sem resposta ou com respostas insatisfatórias são encaminhados ao Ministério Público                       |
| 04    | Treinamentos com as Secretarias de Saúde e Educação da Prefeitura                                 | O Observatório oferece capacitação para seus colaboradores e para os servidores da Prefeitura.                              |
| 03    | Treinamento para capacitação de novos voluntários                                                 | São oferecidos aos voluntários treinamentos regulares.                                                                      |

Quadro 1 – Números do OSM – janeiro a junho de 2010

Fonte: Dados disponibilizados na Prestação de Contas do OSM - 1º semestre de 2010

Além da apresentação da prestação de contas à sociedade, todos os problemas encontrados são informados, por Ofício, à Prefeitura e ao Legislativo para as respectivas tomadas de providências, e ao Ministério Público quando não atendido o pleito.

No relatório em análise foram apresentadas várias ações que serão comentadas a seguir.

#### 4.1.1.1 Metodologia de acompanhamento das licitações e seus desdobramentos em 2010

A metodologia de acompanhamento das licitações é a estratégia mais conhecida e premiada do Observatório, tendo recebido vários prêmios, já comentados, entre eles o Prêmio *Experiencias en innovación social, en America Latina e Caribe*, promovido pela CEPAL/ONU<sup>21</sup>. O relatório informa que a comissão da CEPAL visitou novamente o OSM para coletar informações tendo em vista a publicação de um livro sobre o funcionamento do OSM, e convidou seus representantes para divulgar sua metodologia a outros países. Em novembro de 2010 foram agendadas três apresentações: uma no México, outra na Califórnia e a terceira na Colômbia.

A metodologia, cabe lembrar, envolve três etapas, que compreendem desde a publicação do edital de licitação, à apreciação dos processos e a entrega do produto ou serviço. Na primeira etapa é analisado o edital da licitação e, sendo necessário, é solicitado ao Poder Público a impugnação ou possíveis alterações. Após a conclusão de que o edital está de acordo com a lei e sem vícios, ele é divulgado para as empresas. Na segunda etapa o enfoque se volta para o processo de licitação, especialmente para os preços, as quantidades e a qualidade dos produtos e/ou serviços adquiridos. Na terceira etapa é feito o acompanhamento da entrega dos produtos ou serviços, e comprovado se o que foi pedido na licitação é o que está sendo entregue. Também é feita uma análise do controle de estoque e do consumo efetivo.

O relatório informa ainda que o acompanhamento contínuo do OSM nas aquisições da Prefeitura motivou a organização dos almoxarifados. Antes das ações do Observatório, haviam 24 unidades com muitos problemas na estocagem; hoje há apenas uma unidade central, grande, limpa e organizada, que conta com controle de estoque informatizado, diminuindo o desperdício dos produtos estocados e melhorando o planejamento para as futuras aquisições. Esse novo almoxarifado foi objeto de visita da autora, na pesquisa de campo, onde foi comprovado essas informações do relatório. Foram disponibilizadas fotografias das unidades antigas para observarmos como era antes.

Observou-se, de acordo com o relatório, que existia uma carência de informação e capacitação de empresários e dos servidores da Prefeitura sobre os certames, o que motivou

---

<sup>21</sup> A metodologia foi publicada no livro da CEPAL – *Histórias de êxito na América Latina e no Caribe – da Inovação Social à Política Pública: Historias de éxito en América Latina y el Caribe tanto, replicables - D. Voluntariado y participación comunitaria - 3. Observatório social de Maringá*, Brasil, pag. 148 - Acesso ao livro - <http://www.cepal.org/publicaciones/xml/2/41582/innovacion-social-politica-publica-2010.pdf>



duas ações: a) a oferta de treinamento contínuo do OSM sobre as Leis que envolvem todo o processo de aquisição de serviços e bens aos servidores da Prefeitura e aos seus colaboradores; e b) aos empresários locais, a oferta de consultorias semanais agendadas, com o objetivo de sanar dúvidas em relação a licitação e motivá-los a participar. Nesse processo o Sebrae oferece o serviço dos consultores, a Acim cede o espaço físico e o OSM faz o contato com as empresas interessadas em participar das consultorias gratuitas.

A Prefeitura de Maringá disponibilizou para o OSM seus programas de controle de estoque, almoxarifado e licitações para facilitar o acompanhamento do OSM, e a partir de 2008, passou a apresentar seus gastos no Portal da Transparência Municipal<sup>22</sup>, onde disponibiliza dados de 2004 a 2011, sobre:

a) almoxarifado: estoque; listagem das entradas de produtos; e listagem de centros de custos (mensal).

b) contabilidade: acompanhamento da execução orçamentária - lei complementar 131, de 27/05/2009; datas das entregas das notas de empenho; entrada e saída de recursos públicos (mensal); fontes de recursos recebidos (mensal); despesas relativas aos empenhos mensais (mensal); extratos de contas bancárias (mensal); e diárias recebidas (mensal).

c) convênios vigentes

d) convênios vigentes em 2011

e) recursos humanos: cadastro dos cargos comissionados

f) Relatório de Gestão Fiscal (RGF)

g) Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária (RREO)

h) subvenções vigentes: subvenções vigentes em 2011

i) licitações

j) leis municipais

l) mensagem de lei

m) orçamento

Ainda sobre o acompanhamento, o relatório apresentou a análise de três dos certames acompanhados; para se entender a dinâmica do processo será apresentado um deles a seguir:

a) Análise do Processo nº 460/2010 – Pregão 061/10

- Assunto: 36ª Prova Rústica Tiradentes.

- Alguns problemas levantados pelo OSM:

---

<sup>22</sup> Informações disponíveis no Portal da Transparência do Município de Maringá – <http://www2.maringa.pr.gov.br/site/index.php?sessao=30ae7882328n30> – acessado em 18/02/2011

- no acompanhamento das entregas foi detectada a troca de produtos licitados por outros similares (troca desfeita a tempo);
- os valores dos exames médicos solicitados no orçamento estão diferentes da proposta do memorial descritivo, além de estar bem acima dos preços de mercado pesquisado;
- a planilha do memorial descritivo dos serviços e matérias foi entregue parcialmente preenchida com o valor global;
- as refeições contratadas foram recebidas em quantidade menor e diferente da especificação do memorial;
- a divulgação em revista especializada, especificada no memorial, não foi realizada, entretanto foi cobrada do município.

Conclusão: o certame não foi aprovado pelo acompanhamento do OSM sendo encaminhado ofício à Secretaria de Controle Interno da Prefeitura que, segundo o OSM, respondeu com informações insuficientes, resultando em novo ofício ao Prefeito, que respondeu também insatisfatoriamente, gerando, então, encaminhamento para o Poder Legislativo e outro para o Ministério Público.

#### 4.1.1.2 Indicadores da Câmara Municipal de Maringá

Foram criados indicadores para a Câmara Municipal de Maringá, fornecendo parâmetros que ajudaram o cidadão a entender e a poder avaliar a atuação de seus representantes. As avaliações semestrais, que começaram em 2007 na Câmara, acompanham a evolução das despesas e da qualidade da produção Legislativa, fazendo a análise das proposições.

Sobre os indicadores da Câmara Municipal, que tem como objetivo acompanhar o trabalho realizado pelos Vereadores, nota-se que essa estratégia tem contribuído para a progressiva diminuição das despesas líquidas, demonstrada no Gráfico 1.

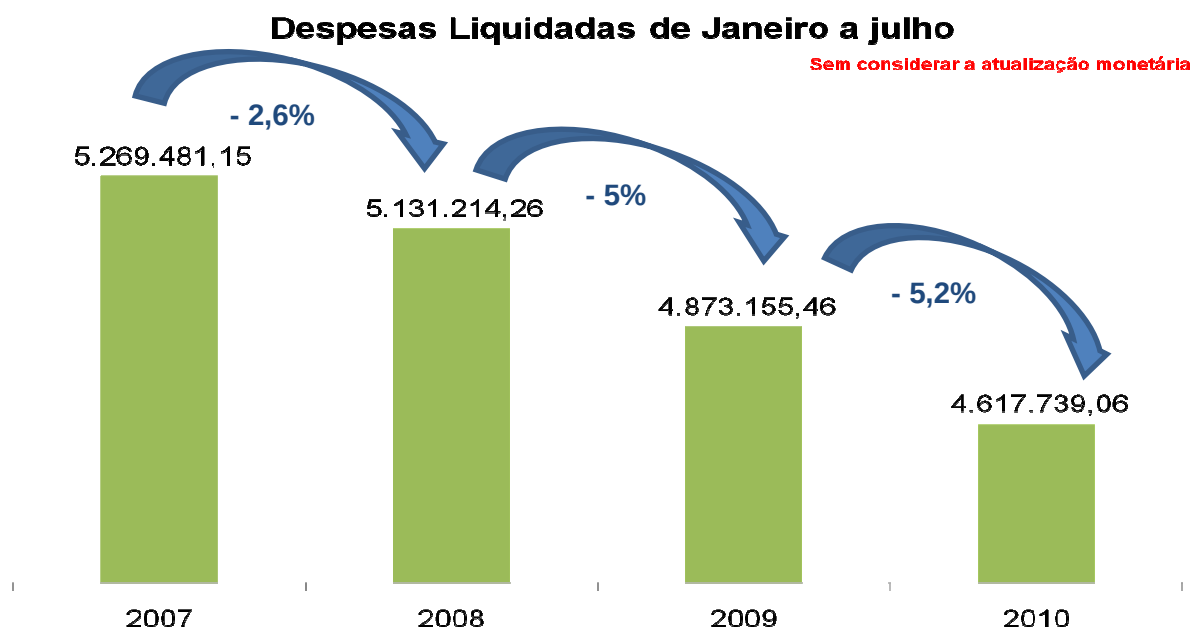


Gráfico 1 – Despesas liquidadas de 2007 a 2010.

Fonte: Relatório de Prestação de Contas do OSM relativo ao 1º semestre de 2010.

O Orçamento do município, para o 1º semestre de 2010, considerando programação financeira de 1/12 por mês, projetava uma despesa de R\$ 6.204.488,50, tendo sido executado apenas R\$ 4.617.739,06, perfazendo entre esses dois valores uma economia de R\$ 1.586.749,44, como podemos verificar na Tabela 2, que também demonstra a economia feita depois de iniciado o acompanhamento do OSM, a partir de 2007. Esta mesma tabela projeta para o ano de 2010 uma economia total de R\$ 3.173.498,88, se considerado o valor já executado.

| Tabela 2 – Execução Orçamentária |               |                      |           |
|----------------------------------|---------------|----------------------|-----------|
| Ano                              | Janeiro/Junho | Orçamento            | Executado |
| 2007                             | 5.269.481,15  | 10.438.556,00        | 50,5%     |
| 2008                             | 5.131.214,26  | 11.599.415,00        | 44,2%     |
| 2009                             | 4.873.155,46  | 12.957.677,00        | 37,6%     |
| 2010                             | 4.617.739,06  | <b>12.408.977,00</b> | 37,2%     |

Fonte: Relatório de Prestação de Contas do OSM apresentado em 08/04/2010

A redução das despesas na Câmara Municipal de Maringá para 2010 é também verificada na Tabela 3, observando que somente nessas dotações a economia alcançou R\$ 766.889,22.

| Tabela 3 – Redução das Despesas                  |           |           |      |              |
|--------------------------------------------------|-----------|-----------|------|--------------|
| Dotação                                          | 2009      | 2010      | Var. | 2010/2009    |
| Despesas Liquidadas de Janeiro a Junho           | 4.873.155 | 4.617.739 | -5%  | -R\$ 255.416 |
| Remuneração Efetivos, Comissionados e Vereadores | 3.545.316 | 3.386.057 | -4%  | -R\$ 159.258 |
| Comissionados - não efetivos                     | 1.839.603 | 1.652.025 | -10% | -R\$ 187.578 |
| Material de Consumo                              | 187.363   | 85.493    | -54% | -R\$ 101.870 |
| Serviços de Pessoa Jurídica                      | 379.671   | 339.556   | -11% | -R\$ 40.115  |
| Publicidade – Campanhas                          | 153.642   | 130.991   | -15% | -R\$ 22.652  |

Fonte: Relatório de Prestação de Contas do OSM apresentado em 08/04/2010

Outro ponto de acompanhamento do OSM é o feito nas diárias. Essa ação trouxe resultados imediatos, pois foi o questionamento do motivo dos deslocamentos, gerando constrangimento para o Legislativo, que ocasionou uma redução drástica nesta despesa, como apresenta o Gráfico 2, abaixo.

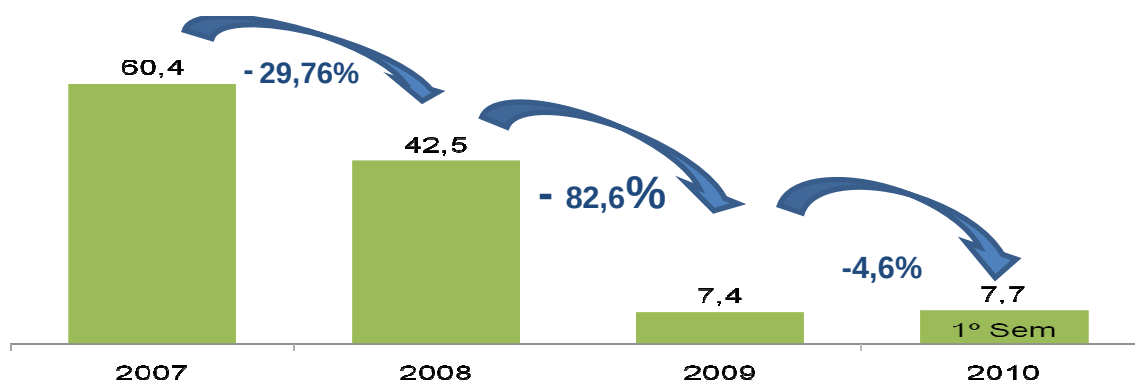


Gráfico 2 – Média anual de gastos com diárias recebidas por Vereadores  
Fonte: Relatório de Prestação de Contas do OSM relativo ao 1º semestre de 2010.

Sobre a produção legislativa o relatório informa que teve início no dia 2 de fevereiro e término em 15 de julho de 2010, tendo sido acompanhadas todas as sessões por meio da presença formal, através da TV Câmara ou por meio do portal do Legislativo na Internet.

Analisando as proposições do Legislativo apresentadas na Tabela 4, referentes ao primeiro semestre de 2010, observa-se que antes do acompanhamento do OSM o tipo de proposição concentrava-se em indicações que são sugestões do Legislativo à Prefeitura para ações expressamente do Executivo, como poda de árvores e solicitações de conserto de buracos. Sobre a poda de árvores, segundo informação do OSM, cabe informar que Maringá é muito arborizada, e em função da grande demanda, algumas solicitações de poda demoram de um a dois anos para serem atendidas pela Prefeitura. Essas solicitações são contabilizadas

como produção legislativa do tipo indicação, o que evidencia a baixa qualidade de proposições e acaba sendo um engodo à sociedade, pois geralmente não é atendida pelo respeito à lista.

| <b>Tabela 4 – Proposituras apresentadas de janeiro a junho de 2010</b> |             |             |             |             |
|------------------------------------------------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| <b>Tipo de proposição</b>                                              | <b>2009</b> |             | <b>2010</b> |             |
|                                                                        | <b>Qtde</b> | <b>%</b>    | <b>Qtde</b> | <b>%</b>    |
| - Indicação                                                            | 437         | 56,24%      | 199         | 37,76%      |
| - Intervenção Setorial                                                 | 27          | 3,47%       | 76          | 14,42%      |
| - Homenagem                                                            | 35          | 4,50%       | 50          | 9,49%       |
| - Requerimentos Administrativos                                        | 86          | 11,07%      | 39          | 7,40%       |
| - Autorizativos                                                        | 51          | 6,56%       | 38          | 7,21%       |
| - Aspectos Internos                                                    | 9           | 1,16%       | 12          | 2,28%       |
| - Req. Cumprimento de Lei                                              | 13          | 1,67%       | 10          | 1,90%       |
| - Segmento Institucional                                               | 25          | 3,22%       | 4           | 0,76%       |
| - Outros Requerimentos                                                 | 94          | 12,10%      | 99          | 18,79%      |
| <b>Total</b>                                                           | <b>777</b>  | <b>100%</b> | <b>527</b>  | <b>100%</b> |

Fonte: Relatório de Prestação de Contas do OSM em 2010

Pode-se perceber nas Tabelas 4 e 5, uma melhora significativa nos trabalhos do Legislativo, com o começo da divulgação da análise da sua produção à sociedade civil, explicando do que se trata cada proposição, a autoria e a quantidade/por tipo, facilitando a compreensão de sua relevância para a sociedade, possibilitando o controle social dos eleitores sobre o trabalho de seus representantes.

Em entrevista à autora sobre a relevância deste acompanhamento, o Presidente da Câmara de Vereadores de Maringá, Mário Hossokawa, afirma que:

[...] Hoje, por exemplo, sabendo que os membros do OBS estão lá participando de todas as sessões, acompanhando voto por voto, quem faltou às sessões, que saiu e deixou de votar determinado projeto está sendo anotado e também as proposições, no caso: os projetos de lei, requerimentos, indicações, tudo isso é observado, para compor o relatório que o OSM divulga através dos órgãos de comunicação, então o vereador sabendo que se ele não tiver um rendimento a altura esse relatório vai aparecer nos órgãos da imprensa, nas páginas dos jornais e etc. Enfim, o próprio vereador mudou muito o seu comportamento, não só em relação a gastos abusivos mas também com relação ao seu comportamento em plenário (Informação verbal).

As proposições do tipo indicação concentraram-se em dois Vereadores, como evidencia no Quadro 2, que juntos propuseram 56% das indicações em 2010, sendo que essas têm como atividade a poda, remoção de árvores, limpeza de bueiros e de passeios públicos.

| Vereador           | Aspectos Internos | Autorizativo | Homenagem | Intervenção Setorial | Segmento Institucional | Indicação  | Req. Cumprimento Lei | Req. Administrativo | Outros Req. | Total      |
|--------------------|-------------------|--------------|-----------|----------------------|------------------------|------------|----------------------|---------------------|-------------|------------|
| Luiz do Postinho   | 0                 | 6            | 2         | 6                    | 1                      | 59         | 1                    | 2                   | 20          | 97         |
| Dr. Heine Macieira | 1                 | 0            | 7         | 5                    | 1                      | 52         | 0                    | 2                   | 6           | 74         |
| Evandro Junior     | 1                 | 6            | 3         | 6                    | 0                      | 30         | 0                    | 0                   | 17          | 63         |
| Marly Martin       | 4                 | 7            | 0         | 8                    | 0                      | 3          | 1                    | 6                   | 14          | 43         |
| Zebrão             | 0                 | 6            | 5         | 10                   | 0                      | 16         | 0                    | 0                   | 4           | 41         |
| Bravin             | 0                 | 4            | 5         | 7                    | 0                      | 1          | 0                    | 5                   | 15          | 37         |
| Flávio Vicente     | 2                 | 1            | 11        | 6                    | 2                      | 10         | 1                    | 1                   | 1           | 35         |
| Humberto Henrique  | 0                 | 0            | 3         | 3                    | 0                      | 2          | 3                    | 14                  | 6           | 31         |
| Mário Verri        | 0                 | 1            | 1         | 0                    | 0                      | 9          | 0                    | 6                   | 9           | 26         |
| Dr. Sabóia         | 3                 | 3            | 4         | 10                   | 0                      | 2          | 1                    | 0                   | 1           | 24         |
| Dr. Paulo Soni     | 1                 | 1            | 0         | 4                    | 0                      | 8          | 2                    | 3                   | 4           | 23         |
| Dr. Manoel         | 0                 | 3            | 5         | 8                    | 0                      | 1          | 0                    | 0                   | 1           | 18         |
| Mário Hossokawa    | 0                 | 0            | 3         | 1                    | 0                      | 6          | 1                    | 0                   | 1           | 12         |
| John               | 0                 | 0            | 1         | 1                    | 0                      | 0          | 0                    | 0                   | 0           | 2          |
| Wellington Andrade | 0                 | 0            | 0         | 0                    | 0                      | 0          | 0                    | 0                   | 1           | 1          |
| Ton Schiavone      | 0                 | 0            | 0         | 0                    | 0                      | 0          | 0                    | 0                   | 0           | 0          |
| <b>Total</b>       | <b>13</b>         | <b>38</b>    | <b>50</b> | <b>75</b>            | <b>4</b>               | <b>199</b> | <b>10</b>            | <b>39</b>           | <b>100</b>  | <b>527</b> |

Quadro 2 - Proposituras por autor de janeiro a junho de 2010

Fonte: Relatório de Prestação de Contas do OSM em 2010

Em relação à participação nas sessões e votações dos Vereadores o relatório acompanha e avalia como apresentado na Tabela 5. Segundo entrevista com o Presidente da Câmara de Maringá, houve uma melhora significativa na participação dos Vereadores nas sessões devido à presença do OSM nas mesmas.

| Tabela 5 – Participação nas sessões e votações de janeiro a junho de 2010 |           |      |       |      |       |      |       |      |       |      |       |       |
|---------------------------------------------------------------------------|-----------|------|-------|------|-------|------|-------|------|-------|------|-------|-------|
| Vereador                                                                  | Fevereiro |      | Março |      | Abril |      | Maio  |      | Junho |      | Total |       |
|                                                                           | Sess.     | Voto | Sess. | Voto | Sess. | Voto | Sess. | Voto | Sess. | Voto | Sess. | Voto  |
| Bravin                                                                    | 0%        | 0%   | 78%   | 72%  | 88%   | 74%  | 100%  | 95%  | 100%  | 98%  | 75,0% | 72,4% |
| Heine Macieira                                                            | 100%      | 99%  | 100%  | 98%  | 100%  | 100% | 100%  | 99%  | 63%   | 63%  | 92,5% | 91,6% |
| Dr. Manoel                                                                | 100%      | 99%  | 100%  | 81%  | 100%  | 100% | 100%  | 97%  | 100%  | 98%  | 100%  | 94,6% |
| Dr. Paulo Soni                                                            | 100%      | 97%  | 89%   | 79%  | 100%  | 96%  | 100%  | 98%  | 88%   | 84%  | 95,0% | 90,4% |
| Dr. Sabóia                                                                | 100%      | 96%  | 89%   | 99%  | 88%   | 86%  | 100%  | 98%  | 100%  | 99%  | 95,0% | 95,8% |
| Evandro Junior                                                            | 100%      | 75%  | 89%   | 56%  | 88%   | 56%  | 88%   | 61%  | 75%   | 67%  | 87,5% | 62,0% |
| Flávio Vicente                                                            | 100%      | 93%  | 78%   | 74%  | 100%  | 95%  | 88%   | 78%  | 100%  | 96%  | 92,5% | 86,8% |
| Humberto Henrique                                                         | 100%      | 100% | 100%  | 100% | 88%   | 87%  | 100%  | 99%  | 88%   | 86%  | 95,0% | 94,2% |
| John                                                                      | 43%       | 34%  | 67%   | 31%  | 63%   | 39%  | 75%   | 62%  | 75%   | 52%  | 65,0% | 44,1% |
| Luiz do Postinho                                                          | 100%      | 97%  | 100%  | 99%  | 100%  | 98%  | 88%   | 85%  | 100%  | 99%  | 97,5% | 95,6% |
| Mário Hossokawa                                                           | 100%      | 86%  | 89%   | 87%  | 100%  | 97%  | 100%  | 96%  | 100%  | 94%  | 97,5% | 92,5% |
| Mário Verri                                                               | 86%       | 72%  | 89%   | 82%  | 75%   | 76%  | 88%   | 83%  | 88%   | 69%  | 85,0% | 77,0% |
| Marly Martin                                                              | 100%      | 92%  | 100%  | 92%  | 63%   | 50%  | 100%  | 86%  | 88%   | 78%  | 90,0% | 79,1% |
| Ton Schiavone                                                             | -         | -    | -     | -    | 100%  | 84%  | 100%  | 93%  | 100%  | 92%  | 100%  | 89,6% |
| Wellington Andrade                                                        | 43%       | 34%  | 89%   | 59%  | -     | -    | -     | -    | -     | -    | 68,8% | 49,5% |
| Zebrão                                                                    | 100%      | 86%  | 100%  | 81%  | 88%   | 78%  | 100%  | 92%  | 88%   | 79%  | 95,0% | 82,9% |

Fonte: Relatório de Prestação de Contas do OSM em 2010

O foco dessas atividades varia ano a ano, mas em todos os relatórios disponibilizados, a partir de 2007, destaca-se a evolução das ações do Observatório e da metodologia do acompanhamento das licitações. Na Prestação de Contas do OSM em 2010 foram disponibilizados dados, relacionados nesta apresentação, com foco nas atividades da Câmara e nas compras da Prefeitura.

Em entrevista feita pela autora da pesquisa com o Prefeito de Maringá Sílvio de Barros II e com o Presidente da Câmara de Maringá, o Sr. Mário Hossokawa os dois afirmaram que acham as ações do Observatório importantes, mas que consideram a de maior relevância o acompanhamento das licitações. O Presidente da Câmara afirma que “quanto à aplicação do dinheiro em relação à licitação eu acho de fundamental importância o acompanhamento da sociedade” e o Prefeito confirma respondendo:

[...] Acho que todas as estratégias são importantes, mas não tem no meu entender o mesmo peso, tenho certeza absoluta que o acompanhamento dos gastos públicos é o que produz maior impacto mensurável, ou seja, algo que podemos quantificar. É possível dizer que essa ação tem maior visibilidade que as outras (Informação verbal).

Os dados disponibilizados evidenciam o alinhamento do OSM com o conceito de Educação Fiscal, como processo que foca na construção de uma consciência voltada para o exercício da cidadania, pois através de suas atividades propicia a participação do cidadão no controle dos gastos públicos.

Em relação ao desenvolvimento humano, este acompanhamento traz para a pauta social a necessidade de melhorar os nossos índices educacionais, tanto para dar condição ao cidadão de escolher seus representantes de forma mais correta e quanto na qualidade acadêmica dos mesmos, pois dos 15 (quinze) Vereadores, apenas 8 (oito) têm curso superior completo e 1 deles não tem o segundo grau completo. O relatório aponta para essa carência de formação acadêmica no Legislativo local.

Na Prefeitura, observa-se a necessidade de ajuda na capacitação de seus servidores para atuarem em suas áreas evitando o desperdício de recursos. Não temos dados sobre a formação acadêmica dos quadros funcionais da Prefeitura, mas acreditamos que não deve ser muito diferente da Câmara e da população brasileira em geral, onde os índices educacionais são baixos.

Essas constatações só foram possíveis com a abertura desses locais ao controle social, que além de sinalizar os erros ajuda na busca de soluções.

O alinhamento do OSM com os objetivos estratégicos da SER<sup>23</sup>, no que tange ao controle social quando comparado com suas atividades, demonstram a procura do cumprimento dos mesmos, como observamos nos objetivos abaixo relacionados:

- VIII– estimular e apoiar o voluntariado no atendimento às atividades do SER-Maringá;
- IX – estimular estudos e atividades voltados à promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza;
- X – estimular e apoiar a defesa dos direitos individuais e coletivos;
- XI – estimular e apoiar ações com vistas à promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais;
- XIII - estimular e apoiar estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades aqui mencionadas.

#### 4.1.2 Análise das materiais disponibilizados sobre voluntários

Os voluntários do Observatório são selecionados para demandas específicas por meio de editais publicados em jornais conforme apresentado no Anexo B. Para participar da seleção eles preenchem uma ficha cadastral conforme apresentado no Anexo C e devem trazer declaração de não filiação político partidária do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná e Certidão de Antecedentes Criminais. O OSM oferece o treinamento abaixo, especificado no Quadro 3, após a seleção e sempre que necessitarem, para desenvolver o seu trabalho.

Os voluntários são cidadãos de variadas faixas etárias. São aposentados, servidores públicos, estudantes, donas de casa, de modo a garantir a efetiva participação da sociedade civil em todas as ações do OSM.

| Atividades                                                                                                                                                                                                                                                                          |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Apresentação da SER – Sociedade Eticamente Responsável e dos trabalhos do OSM:</b><br>- Explanação de todos os projetos desenvolvidos pela SER e dos trabalhos realizados pelo OSM.                                                                                              |
| <b>Capacitação - Aspectos Gerais dos Processos Licitatórios</b><br>- O que é licitação<br>- Fases dos procedimentos licitatórios<br>- Registro cadastral<br>- Tipos de licitação<br>- Modalidades de licitação<br>- Sistema Registro de Preço<br>- Propostas de Preço<br>- Amostras |

<sup>23</sup> Sítio da SER, acesso em 11/02/2011 [http://www.sermaringa.org.br/atuacao/lista\\_atuacao.php?id=8](http://www.sermaringa.org.br/atuacao/lista_atuacao.php?id=8)



---

**Capacitação - Documentos para participar de licitação e CMM**

- Documentos exigidos para habilitação nas licitações;
  - Utilização do check-list de documentos na licitação presencial
- 

**Capacitação - Fiscal do Contrato**

- Introdução
- Exigência Legal da Fiscalização
- Atribuições/Responsabilidades do Fiscal de Contrato
- Quem não pode ser nomeado Fiscal de Contrato
- Consequências e Responsabilidades da Inexecução dos Contratos.

**Termo de Referência**

- Considerações Iniciais - Visão Geral do Assunto
  - Conceito de Termo de Referência
  - Benefícios do Termo de Referência
  - Normas de Regência
  - Finalidade do Termo de Referência
  - Conteúdo do Termo de Referência
- 

Quadro 3 – Atividades de capacitação para voluntários e colaboradores  
 Fonte: Tabela disponibilizada pelo OSM em 2011

Como salienta Bobbio, à medida em que a sociedade se torna complexa ela requer dos cidadãos novas especializações, principalmente para exercer o controle social sobre os atos do governo.

No referencial teórico desta pesquisa trouxemos à tona vários conceitos e fundamentações sobre tributo e sistema tributário nacional denotando sempre a dificuldade de entendimento sobre o tema, até mesmo para especialistas, devido à profusão de leis e normas; por isso a necessidade da sempre presente capacitação de todos os colaboradores para participar com qualidade das ações e atividades do OSM.

## **4.2 Resultado da Pesquisa de Campo**

### *4.2.1 Observação de Campo*

A seguir é relatada a visita de quatro dias, que a autora da pesquisa fez à cidade de Maringá em eventos e endereços estratégicos para o conhecimento da ONG SER e do OSM, tema desta pesquisa.

#### 4.2.1.1 Dia 13/09 – manhã e tarde

Neste dia foi observado o Seminário Brasileiro de Educação Fiscal e Controle Social, no centro de Maringá (Figura 11). Pela manhã, duas palestras e um painel: uma sobre a Lei da Ficha Limpa - inelegibilidade e a corrupção eleitoral, proferida pelo Dr. Luiz Fernando Casagrande Pereira, Chefe de Gabinete da Presidência da OAB-Paraná, e a outra pelo Juiz Federal da Vara de Execuções Fiscais de Maringá, Anderson Furlan Freire da Silva que abordou o tema “transparência e responsabilidade fiscal”. No período da tarde começou, mesa redonda, discutindo a “Cidadania fiscal no universo das profissões”. A mediação foi feita por Marcos Luchiancenkol, assessor de imprensa da Receita Federal de Maringá, e participaram da mesa o Prefeito, Silvio Barros; o Presidente da Câmara de Vereadores, Mario Hossokawa; o vice-presidente da SER e professor da UEM, Marcílio Hubner de Miranda Neto; Gilson Aguiar, representando a imprensa; Ariovaldo Costa Paulo, representando o Observatório Social de Maringá; e Luiz Fernando Otero, representando os estudantes. Em um segundo momento ocorreu visita ao almoxarifado central, seguido de atividade cultural.

Foi observado o apoio dos órgãos de controle e do judiciário às atividades do Observatório, sempre enaltecendo e valorizando sua atuação. Outro apoio importante foi o do Prefeito e do Presidente da Câmara que compareceram ao evento e prestaram todo o tipo de esclarecimento aos representantes de outros Observatórios e a todos os presentes.

À tarde, na mesa redonda (Figura 12) a fala do Prefeito de Maringá e do Presidente da Câmara de Vereadores foram muito importantes, pois relataram a experiência de serem auditados pela sociedade organizada, admitindo não ser fácil, apesar de necessário. O Prefeito contou que outros Prefeitos lhe telefonam para perguntar como é ter um OS acompanhando os gastos públicos, ao que ele responde: “Não é fácil, sempre haverá problemas, mas terão ajuda para resolvê-los.” Salientou ainda que não acredita que o Observatório é para qualquer cidade, que é preciso maturidade, e que Maringá tem essa maturidade. O Presidente da Câmara salientou que o acompanhamento permitiu uma visualização dos gastos desnecessários facilitando o corte dos mesmos.

Logo após houve apresentação teatral da peça “O Auto da Barca do Fisco”, contextualizada na temática da Educação Fiscal e visita ao Almoxarifado Central da Prefeitura de Maringá, com os representantes dos vários OS que estão se estruturando no Brasil e alguns convidados, onde foi apresentado a atual organização e o sistema informatizado de controle (Figura 13 e 14).



Figura 11- Mesa redonda com autoridades  
Fonte: Acervo de fotos da pesquisa de campo da autora



Figura 12 - Seminário Brasileiro de Educação Fiscal e Controle Social  
Fonte: Acervo de fotos da pesquisa de campo da autora



Figura 13 - Visita ao almoxarifado central  
Fonte: Acervo de fotos da pesquisa de campo da autora



Figura 14 - Visita ao almoxarifado central  
Fonte: Acervo de fotos da pesquisa de campo da autora

#### 4.2.1.2 Dia 13/09 – à noite

A autora da pesquisa foi à posse da diretoria do OSB biênio 2010/2012, onde observou-se o auditório lotado, com a presença de autoridades, visitantes, colaboradores e da sociedade civil.



Figura 15 – Posse do novo Presidente do OSB  
- Sr. Ariovaldo da Costa Paulo  
Fonte: Acervo de fotos da pesquisa de campo da autora

#### 4.2.1.3 Dia 14/09 – manhã e tarde

Pela manhã foi feita a observação em reunião da Rede OSB de Controle Social; e à tarde, a capacitação da CGU-Paraná sobre irregularidades e fraudes em licitações e contratos.

A autora participou e interagiu pela manhã de todo o evento, com os representantes dos OS e com os dirigentes do Observatório Social do Brasil, onde notou-se grande vontade de ajudar e de ensinar as metodologias, mas foi observado que o tempo foi curto para as respostas dos questionamentos dos presentes.

Observou-se que os colaboradores do OSM são bem melhor preparados para o exercício das metodologias desenvolvidas, do que os do OSB. O OSB parece muito com uma franquia de Observatórios e a autora da pesquisa foi informada que o OSB tem a estrutura e o quadro pessoal do antigo Instituto de Cidadania Fiscal, que não se institucionalizou, e o nome substituído pelo OSB, para suprir a crescente demanda de informações sobre as metodologias desenvolvidas pelo OSM e criar a rede de OS.

Observou-se que existem dois diferenciais do OSM das outras iniciativas: o primeiro é ter a SER dando a sustentação e a credibilidade necessárias, e segundo é o apoio do Prefeito, conquistado pelos colaboradores da SER, a partir da assinatura do Compromisso Eleitoral para os candidatos à Prefeitura de Maringá para a gestão 2009-2012, em que eles assumiram o compromisso de que, se eleitos, promoveriam total transparência no seu governo, foram muito importante e que sem ele pouco há que se fazer apenas com a ferramenta OSM, por isso a necessidade de sensibilização através da ajuda dos órgãos de controle federais e dos parceiros para que os novos OS busquem esse respaldo e consigam a efetividade procurada.

À tarde ocorreu a capacitação da CGU, foi feita realizada apenas uma palestra sobre alguns casos de licitações e contratos com fraudes, devido ao pouco tempo disponível e à agenda extensa dos representantes dos OS de outras cidades, valendo como iniciativa associativa e troca de informações, mas como treinamento foi muito rápido.

#### 4.2.1.4 Dia 15/09 – manhã e tarde

Foi feita visita ao SER e ao OSM para coleta de dados e finalização das entrevistas com os fundadores da SER: a Irmã Cecília e o Sr. Décio da RFB.

Na conversa com o Sr. Décio, cabe destacar na sua fala a fundamentação para a Criação da SER e posteriormente do OSM:

[...] Na 1ª reunião nós decidimos 3 princípios que embora não soubéssemos exatamente onde chegaríamos, nos sabíamos de 3 coisas:

1º Não poderia ter qualquer vinculação político-partidária;

2º Não poderia projetar uma pessoa ou instituição nesse trabalho;

3º Teria que ter um foco em resultados.

E uma das questões debatidas foi justamente a Educação Fiscal, porque ali muitas pessoas já percebiam que você não consegue realizar os sonhos de um país se não houver recursos e a única origem sustentável são os tributos e você não consegue realizar esses sonhos se esses recursos não são corretamente aplicados (Informação verbal).

Ele salienta ainda que “Quando você ouve a palavra Observatório você não vê uma instituição, você observa uma boa parte da sociedade civil”. Evidenciando o alcance do apoio popular às ações do OSM, que através da SER envolve a população nas ações culturais, sócio-educativas e informativas sobre temas de interesse da sociedade de Maringá, construindo a consciência cidadã necessária para o exercício do controle social através do OSM.

## 4.2.2 Apresentação dos dados do Questionário

Este questionário foi aplicado para medir o conhecimento dos cidadãos sobre as estratégias do OSM e avaliar a percepção da sociedade sobre a sua atuação.

Os 185 questionários foram aplicados na UEM para alunos e professores, em instituições parceiras, casualmente na cidade e em evento da SER, com a participação de políticos, professores, servidores públicos e estudantes da SER em Maringá no mês de outubro de 2010. Optou-se por esses lugares pela quantidade de pessoas presentes de vários bairros e por conhecerem de alguma maneira as atividades da SER e do OSM. A amostra focou em pessoas maiores de idade, com poder aquisitivo e nível de escolaridade elevados.

### 4.2.2.1 Identificação do perfil do Cidadão que respondeu ao questionário

Maringá é dividida em 5 macro regiões que são chamadas de zonas oeste, leste, norte, sul e central, sendo que foram contempladas na aplicação dos questionários todas as zonas, abrangendo 75 bairros. Como a distribuição foi casual nos locais, notou-se que houve uma participação maior da zona norte, região populosa de classe média.

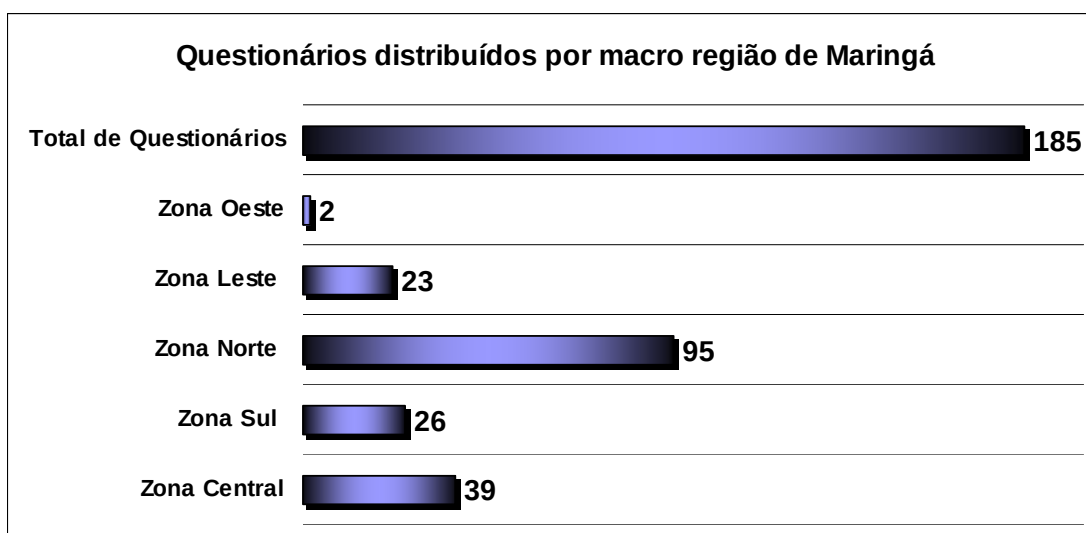


Gráfico 03: Questionários distribuídos por macro região de Maringá  
 Fonte: Dados levantados em Pesquisa de Campo da autora desta pesquisa em outubro de 2010

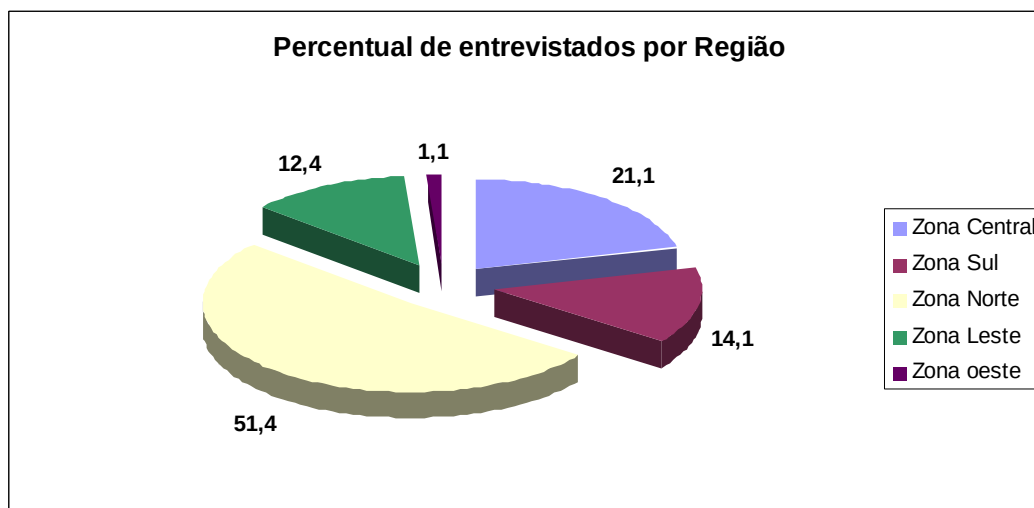


Gráfico 4: Percentual de Questionários distribuídos por macro região de Maringá  
 Fonte: Dados levantados em Pesquisa de Campo da autora desta pesquisa em outubro de 2010

Como informado anteriormente a faixa etária foi de pessoas acima de 17 anos. A amostra concentrou-se em um perfil de pessoas de 17 e 38 anos, cerca de 54%.

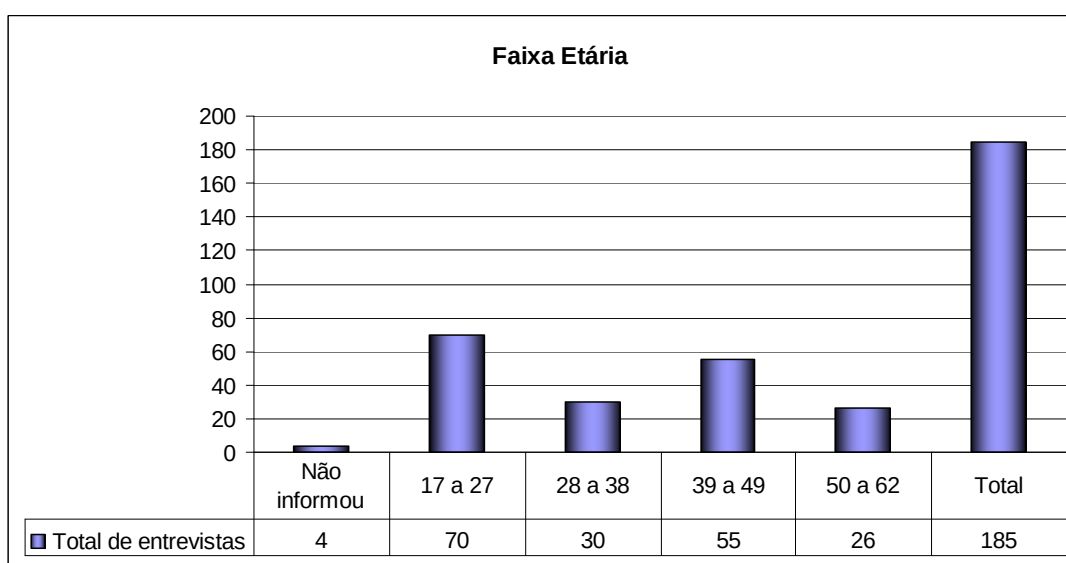


Gráfico 5: Faixa etária dos questionados

Fonte: Dados levantados em Pesquisa de Campo da autora desta pesquisa em outubro de 2010

Quanto ao sexo da amostra, 59% do sexo feminino e 41% do sexo masculino. Em Maringá, segundo o Censo 2010, disponível no Sítio do IBGE, confirmada a maioria de 52% do sexo feminino.

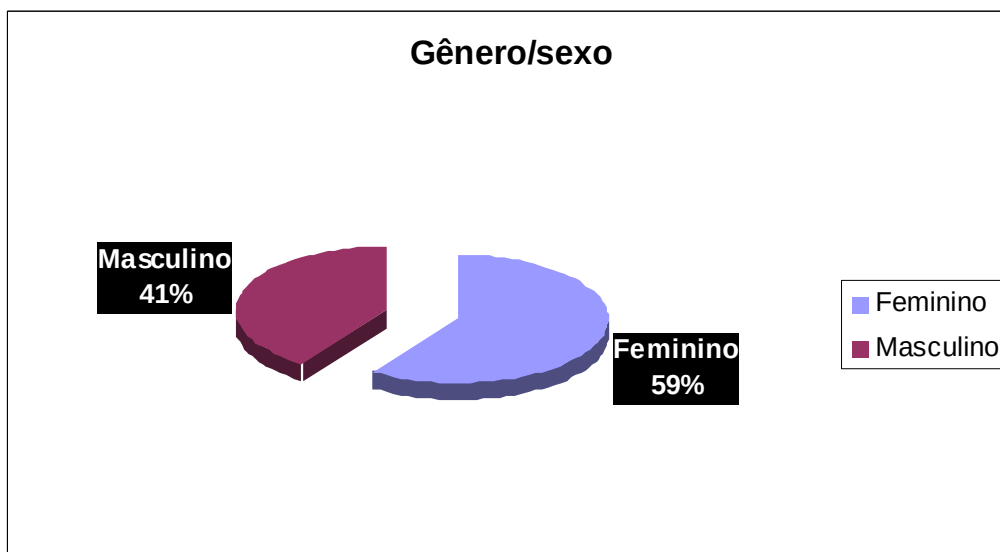


Gráfico 6: Percentual de gênero/sexo da amostra

Fonte: Dados levantados em Pesquisa de Campo da autora desta pesquisa em outubro de 2010

Quanta à renda média da amostra 18% têm a renda entre R\$ 510,00 e R\$ 1.000,00, 57% entre R\$ 1.001,00 a R\$4.000,00 e 24 % acima de R\$ 4.000,00, demonstrando que a renda média da amostra é alta.

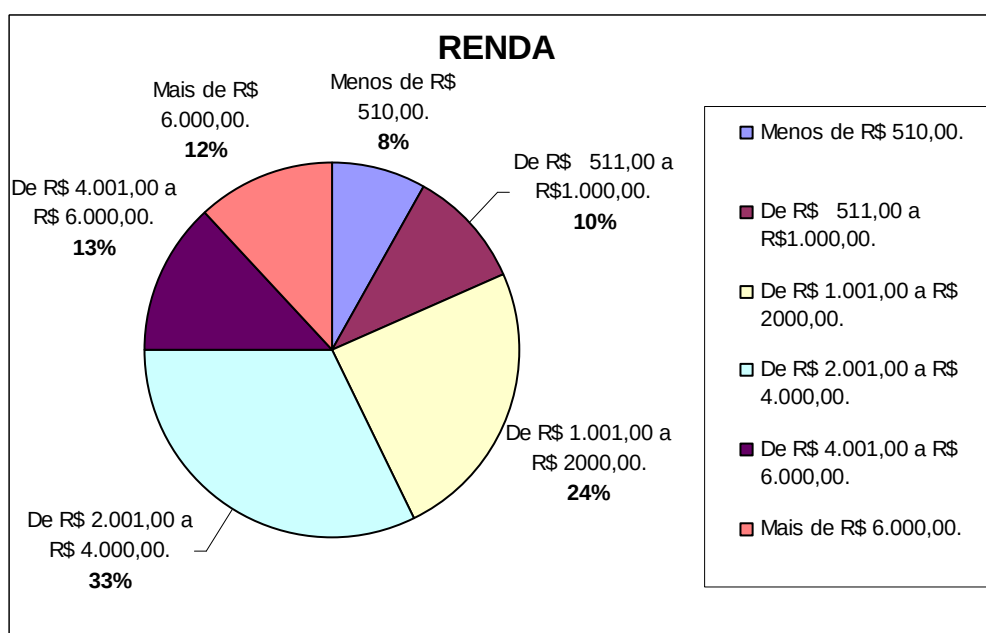


Gráfico 7: Percentual da renda da amostra questionada

Fonte: Dados levantados em Pesquisa de Campo da autora desta pesquisa em outubro de 2010

A escolaridade da amostra em questão não representa a realidade do município que apesar de ter um IDH alto, não tem na população esse nível de pós-graduados e graduados de 77,3%, mas para a minha pesquisa é positivo por questionar esta amostra que representa uma elite, tomando por base a renda e a escolaridade, portanto com uma perspectiva de qualidade



de vida superior, levando em conta os Indicadores de Desenvolvimento Humano utilizados pelo Pnud. Segundo Bobbio, com maior especialização, portanto maior condição de exercer a cidadania.

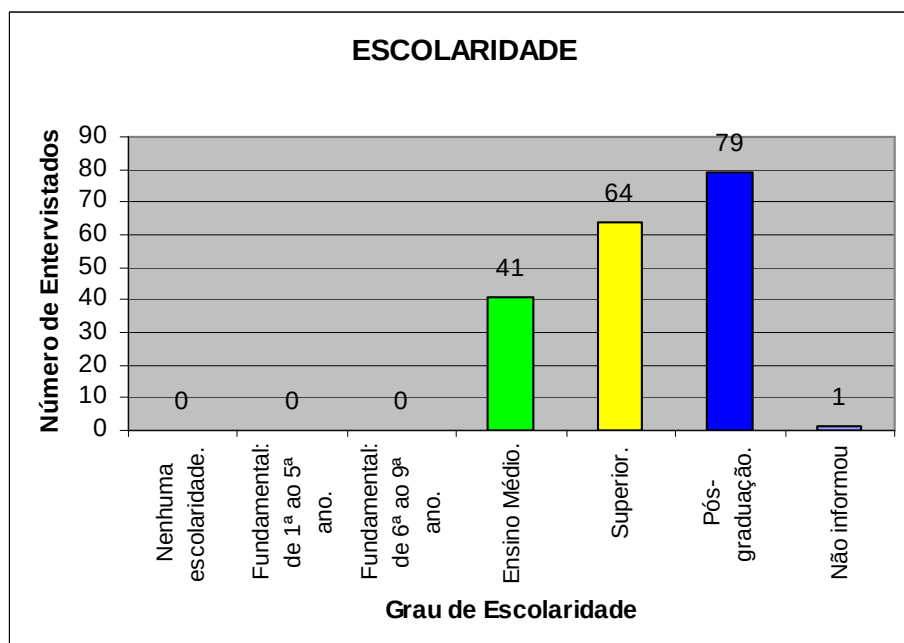


Gráfico 8: Escolaridade

Fonte: Dados levantados em Pesquisa de Campo da autora desta pesquisa em outubro de 2010

Em relação à atividade profissional a grande maioria da amostra trabalha e se concentra em empregados de empresa pública/funcionários públicos e empregados de empresa privada com 59,45% ou 110 pessoas. Outro número expressivo foi o de estudantes que ficou em 24,32%.

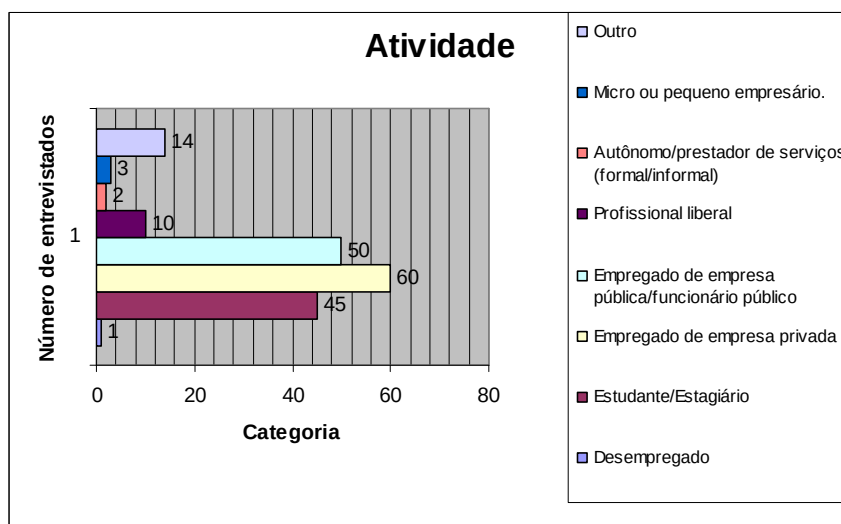


Gráfico 9: Atividade profissional da amostra

Fonte: Dados levantados em Pesquisa de Campo da autora desta pesquisa em outubro de 2010

Resumidamente, a amostra pesquisada é jovem, empregada, com formação educacional e salarial acima da média de Maringá, segundo dados do IBGE, provavelmente com possibilidade de avaliar e participar do controle social da comunidade com uma maior qualidade.

#### 4.2.2.2 Conhecimentos Sobre Educação Fiscal e Controle Social

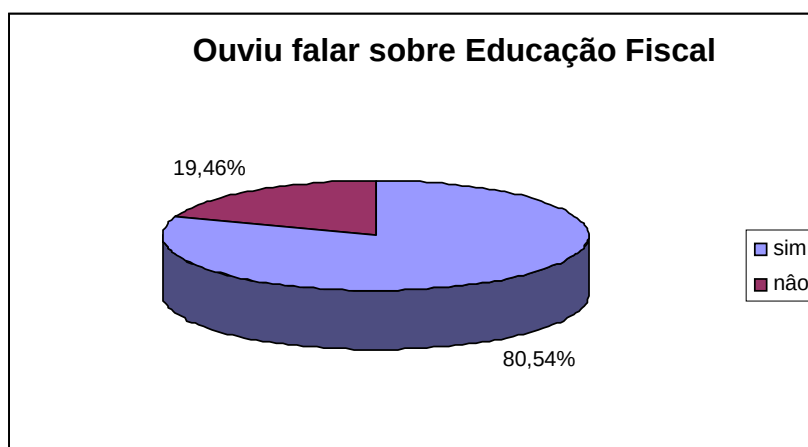


Gráfico 10: Percentual de questionados que ouviram falar de a Educação Fiscal  
Fonte: Dados levantados em Pesquisa de Campo da autora desta pesquisa em outubro de 2010

A amostra verificou que 80,54% já ouviram falar de Educação Fiscal e 19,46% não ouviu. Quando questionados sobre onde tiveram contato com o tema, foi constatado que em jornais, televisão e internet. Foi permitida mais de uma resposta.

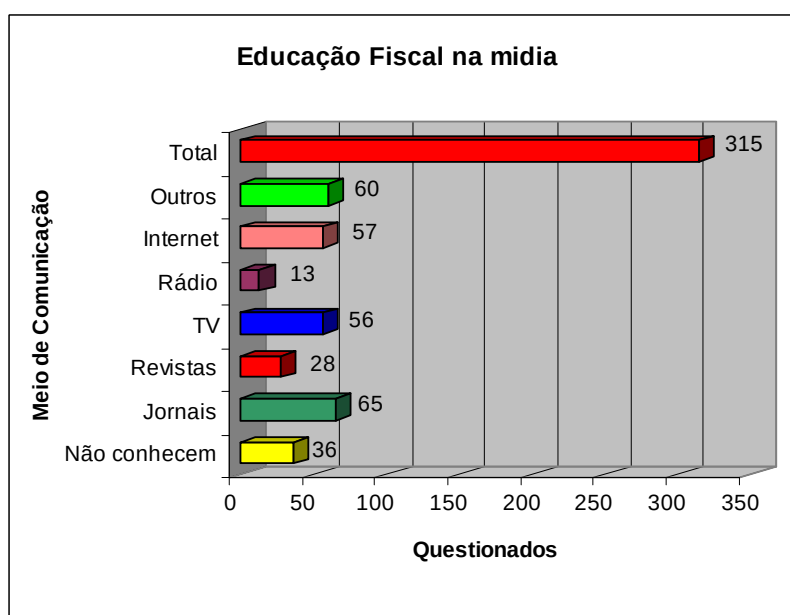


Gráfico 11: Educação Fiscal na mídia  
Fonte: Dados levantados em Pesquisa de Campo da autora desta pesquisa em outubro de 2010

Em relação à credibilidade da Educação Fiscal, 95,67% da amostra acredita que a Educação Fiscal pode despertar a sociedade para uma ação mais participativa no controle dos gastos públicos.

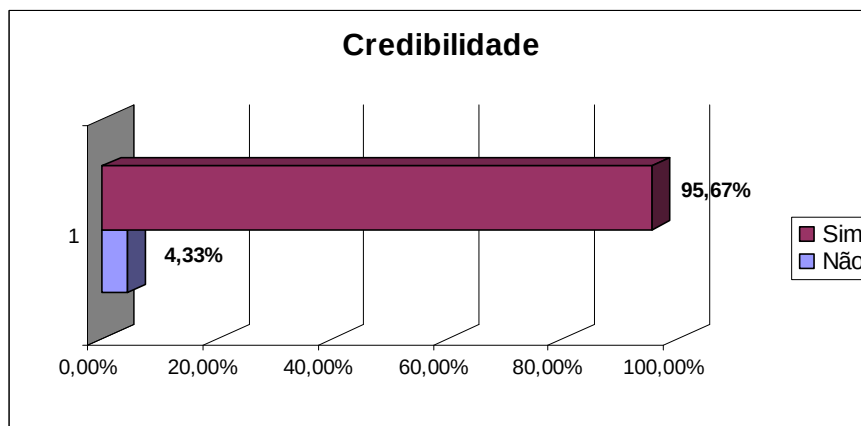


Gráfico 12: Credibilidade da Educação Fiscal como promotor de controle social  
Fonte: Dados levantados em Pesquisa de Campo da autora desta pesquisa em outubro de 2010

Quando cruzados os dados das respostas dos questionados com as entrevistas feitas com o Prefeito, o Presidente da Câmara e o Presidente do OSM, todos conhecem e acreditam na Educação Fiscal, mas há variações significativas no seu entendimento.

#### O Prefeito entende por Educação Fiscal:

A Preparação, orientação, informação para as pessoas sobre a importância que tem o imposto. Imposto como sendo a receita que o governo precisa para atender o interesse e as necessidades que são coletivas. É as pessoas entenderem que o imposto não é pago para outras pessoas, é investido na gente mesmo. (Informação verbal).

No caso do Prefeito seria importante ampliar o foco e a abrangência da Educação Fiscal, elevando a uma perspectiva mais solidária e menos egoísta, pois não é só para nós mesmos, mas para todos. O tributo é solidário e visa atender a quem mais precisa.

O Presidente da Câmara de Vereadores entende por Educação Fiscal como sendo a obrigatoriedade de se pagar ICMS e as campanhas de arrecadação, talvez por ser comerciante, como se pode perceber na sua resposta sobre o tema:

Educação Fiscal é a forma com que os fiscais da Receita Estadual incentivam o contribuinte, os lojistas, ou cada pessoa que compra algum produto em uma determinada loja a cobrar a emissão da nota fiscal. Se a empresa não emite a nota fiscal o que está acontecendo? - Está deixando de contribuir com os cofres públicos e indiretamente está contribuindo para que o dinheiro para a melhoria da comunidade deixe de ser pago. Por fim, cada uma das pessoas deve ter responsabilidade e cobrar a nota fiscal (Informação verbal).

#### O Presidente do OSM, Sr. Anselmo, entende por Educação Fiscal:

O processo de Educação Fiscal. é um processo amplo em que o indivíduo adquire a consciência de cidadão, ou seja, percebe que como cidadão ele é membro de um

estado e o estado precisa arrecadar tributos para oferecer responsabilidade social. Portanto, Educação Fiscal é a conscientização da importância social do tributo e da correta aplicação desse tributo. Se o cidadão entender que ele é um co-participante desse processo, ou seja, além de contribuir ele deve acompanhar a execução desse tributo, isso é Educação Fiscal. A participação do cidadão nesse processo é que vai proporcionar a ele, por exemplo, uma fiscalização junto ao comércio, fiscalização junto à sua família. Essa é a proposta que tentamos construir em Maringá a partir da Sociedade Eticamente Responsável - SER (Informação verbal).

O que mais se aproxima dos aspectos que o PNEF quer construir é o Presidente do OSM. A Educação Fiscal é um termo técnico, criado em 1998, pela Receita Federal do Brasil (RFB) em substituição feita ao termo Educação Tributária para fundamentar o hoje denominado Programa Nacional de Educação Fiscal (PNEF), criado em 2002. Segundo o sítio da RFB, Educação Fiscal é “um processo que visa à construção de uma consciência voltada ao exercício da cidadania, objetivando e propiciando a participação do cidadão no funcionamento e aperfeiçoamento dos instrumentos de controles social e fiscal do Estado.”

Observa-se que muitos praticam a Educação Fiscal e muitos aprovam as estratégias do OSM para implementar o controle social, como demonstrado nas respostas ao questionário e nas entrevistas, mas falta embasamento teórico sobre o que é Educação Fiscal.

Ela não é campanha arrecadatória e também não é apenas o controle social. Ela traz à tona os conceitos sobre o nosso sistema de arrecadação a fim de criar o processo de exercício da cidadania. Observa-se a importância da Educação Fiscal sempre alinhada às suas ferramentas, pois antes vem o entendimento do processo e depois o controle deste processo.

No tocante à participação da amostra em atividade associativa/voluntária regular em prol da sociedade (tais como ajudar em abrigos, orfanatos e ONGs em geral), apenas 31,35% da amostra afirmou participar.

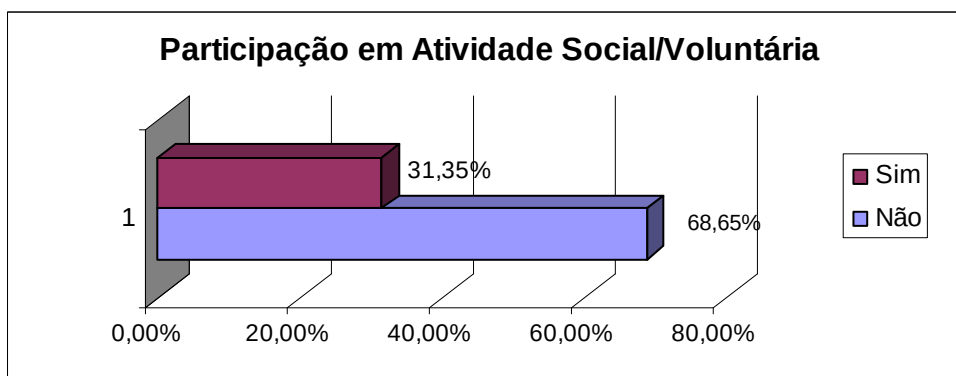


Gráfico 13: Percentual de participação em atividade social/voluntária regular  
Fonte: Dados levantados em Pesquisa de Campo da autora desta pesquisa em outubro de 2010

Da amostra 72% afirma conhecer o Observatório Social de Maringá (OSM). Fazendo uma correlação com a Educação Fiscal, que na pesquisa é assunto conhecido por

80,54%, observou-se o trabalho importante da SER para dar credibilidade às suas ações de educação que sustentam as ações do OSM.

Outro aspecto intrigante é apenas 80,54% conhecer Educação Fiscal e ao mesmo tempo, quando questionados sobre a credibilidade da Educação Fiscal como promotora do controle social, 95,67% acredita que a Educação Fiscal pode despertar a sociedade para uma ação mais participativa no controle dos gastos públicos.

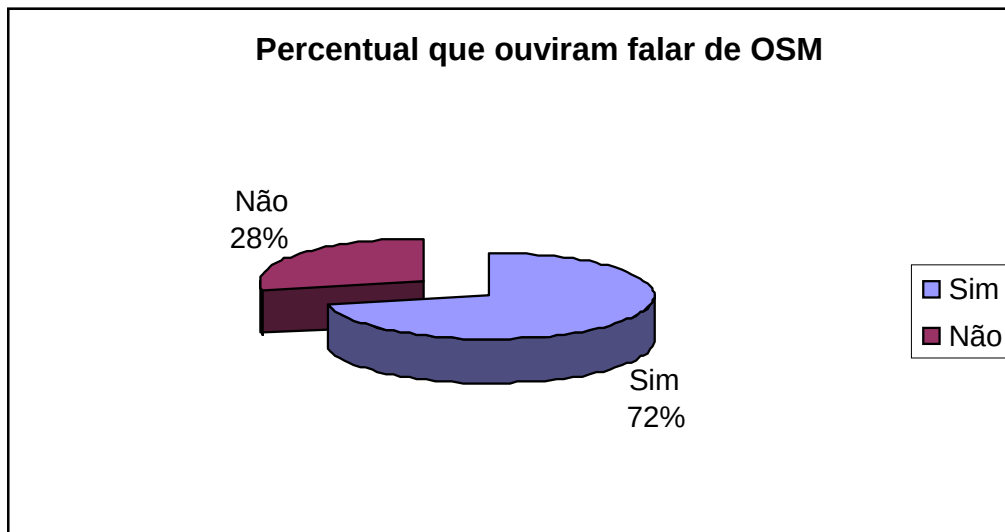


Gráfico 14: Percentual dos que ouviram falar o OSM

Fonte: Dados levantados em Pesquisa de Campo da autora desta pesquisa em outubro de 2010

A amostra, quando questionado sobre onde tiveram contato na mídia com o OSM foi constatado que em jornais, televisão e internet. Foi permitida mais de uma resposta.

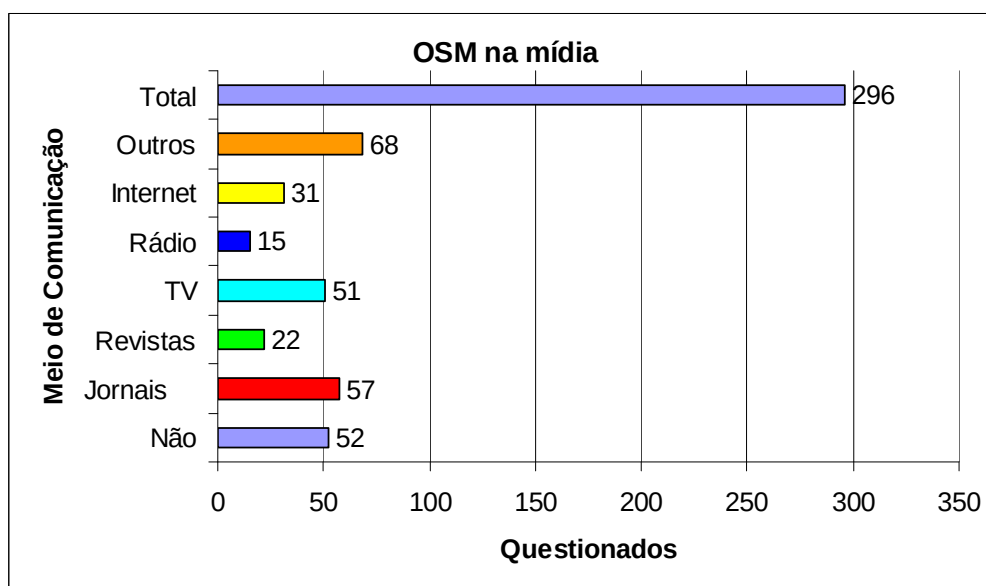


Gráfico 15: OSM na mídia

Fonte: Dados levantados em Pesquisa de Campo da autora desta pesquisa em outubro de 2010

O OSM tem três estratégias mais evidentes quando analisadas as informações disponibilizadas no sítio da SER na Internet. A fim de verificar a percepção da amostra sobre as estratégias foram desenvolvidas três questões.

Em relação a conhecer a atuação do OSM no Controle Social dos gastos da Prefeitura de Maringá através do acompanhamento das licitações em todas as etapas das compras públicas, 63,79% da amostra afirma conhecer, 16,75% não conhecer e 19,46% não conhecer o OSM.

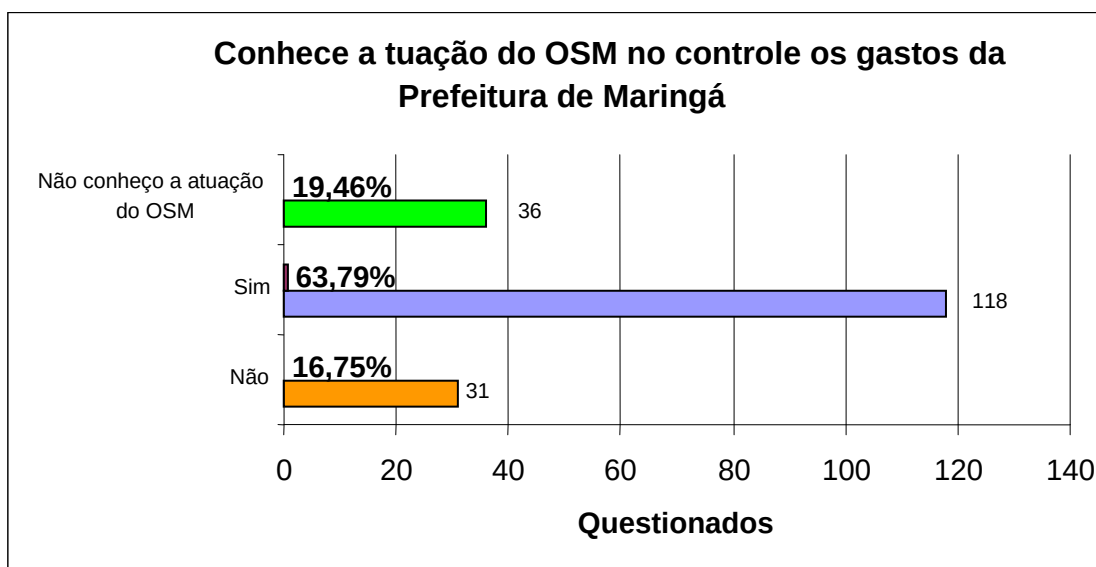


Gráfico 16: Conhece a atuação do OSM nos gastos da Prefeitura através do acompanhamento das licitações  
Fonte: Dados levantados em Pesquisa de Campo da autora desta pesquisa em outubro de 2010

Quanto à segunda estratégia de acompanhamento do OSM sobre a atuação da Câmara Municipal de Maringá analisando a relevância e o retorno de suas proposituras para a sociedade, 54,60% da amostra respondeu que conhece, 25,40% que não conhece e 20% que não conhece a atuação do Observatório.

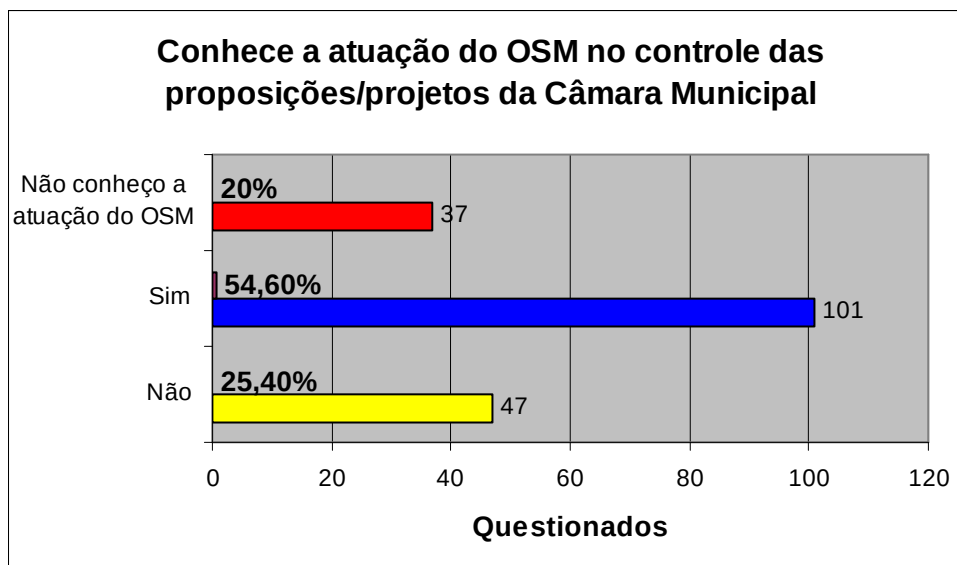


Gráfico 17: Conhecer a atuação do OSM na Câmara Municipal de Maringá analisando a relevância e o retorno de suas proposituras para a sociedade

Fonte: Dados levantados em Pesquisa de Campo da autora desta pesquisa em outubro de 2010

Na verificação da terceira estratégia, que trata da atuação do OSM no acompanhamento das contratações na Prefeitura e na Câmara Municipal de Maringá, foi observado que 55,15% conheciam esta estratégia, que 20,54%, não a conhecia e que 24,32% não conheciam a atuação do OSM. Nota-se, avaliando as três questões, que em torno de 20% não conhecem a atuação do OSM e que quanto menos se conhece a estratégia mais desconhecido é o OSM.

Quando cruzados os dados com o relatório de prestação de contas, observa-se que essa estratégia não é sempre medida. Em relação aos gastos internos destes órgãos a ação do Observatório é sazonal: hora se verifica contratação, hora diárias e passagens e gastos em geral.

A estratégia que sempre ocorre é a do acompanhamento das licitações. É portanto, a mais conhecida e com os melhores resultados, tanto quando se avalia o conhecimento e interesse da sociedade, como se verifica no resultado do questionário, quanto pela percepção dos entrevistados e do próprio OSM.

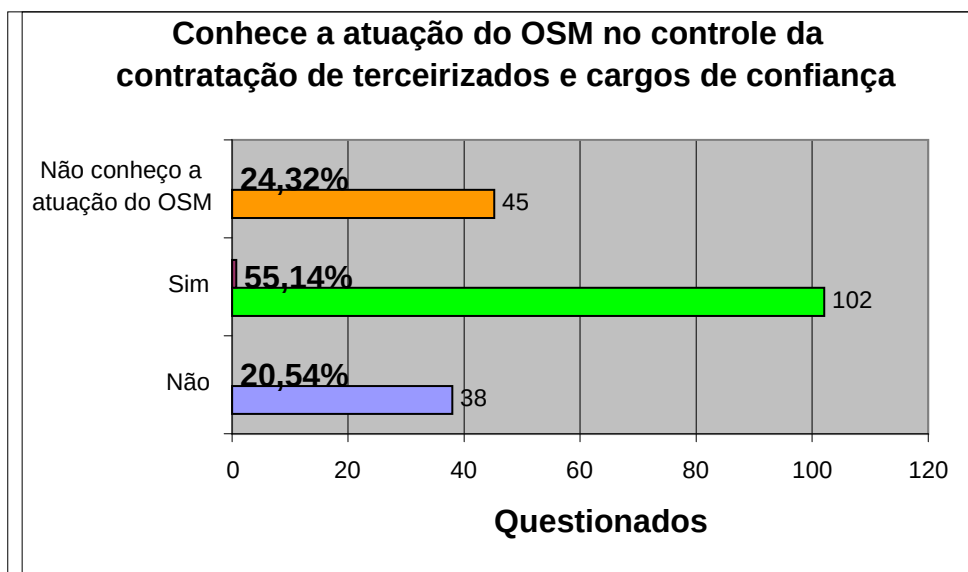


Gráfico 18: Conhece a atuação do OSM nas contratações de terceirizados e cargos de confiança na Prefeitura CMM  
 Fonte: Dados levantados em Pesquisa de Campo da autora desta pesquisa em outubro de 2010

Quando questionados sobre acreditar que a atuação do OSM tem contribuído para viabilizar a transparência e a correta aplicação dos recursos públicos no município de Maringá, 66% acredita que as ações do OSM viabilizam a transparência e 25,40% não conhece a atuação do OSM. Verifica-se que o Observatório cumpre sua missão de proporcionar à sociedade oportunidades que promovam a coesão social, por meio da transparência na gestão dos recursos públicos

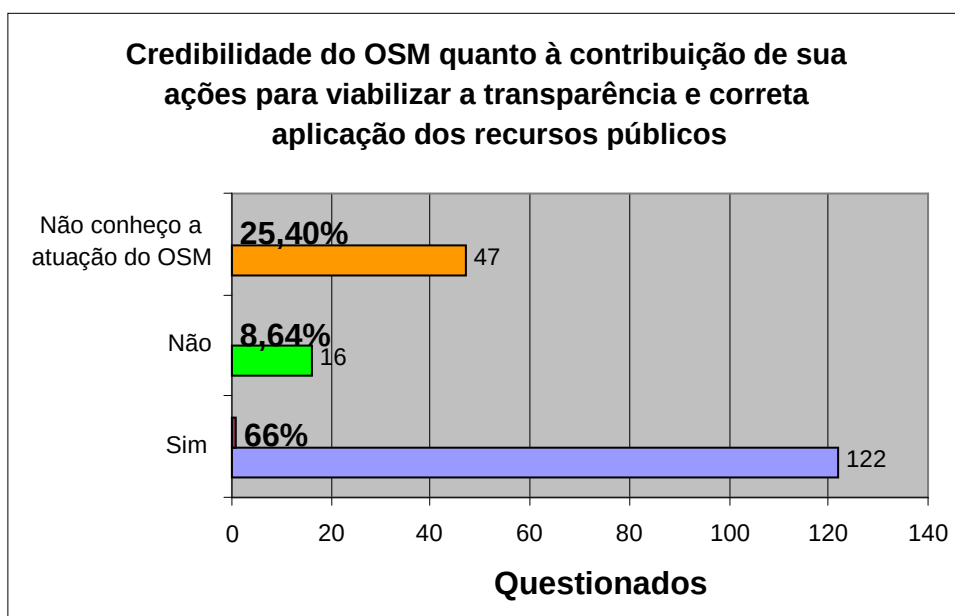


Gráfico 19: Acreditar que a atuação do OSM tem contribuído para viabilizar a transparência e a correta aplicação dos recursos públicos em Maringá.

Fonte: Dados levantados em Pesquisa de Campo da autora desta pesquisa em outubro de 2010



A grande maioria da amostra acredita que o que melhor representa a dificuldade de ser voluntário na atividade de fiscalizar os gastos do governo é a falta de transparência nos demonstrativos legais, e que teriam vontade de participar, mas não sabem como.

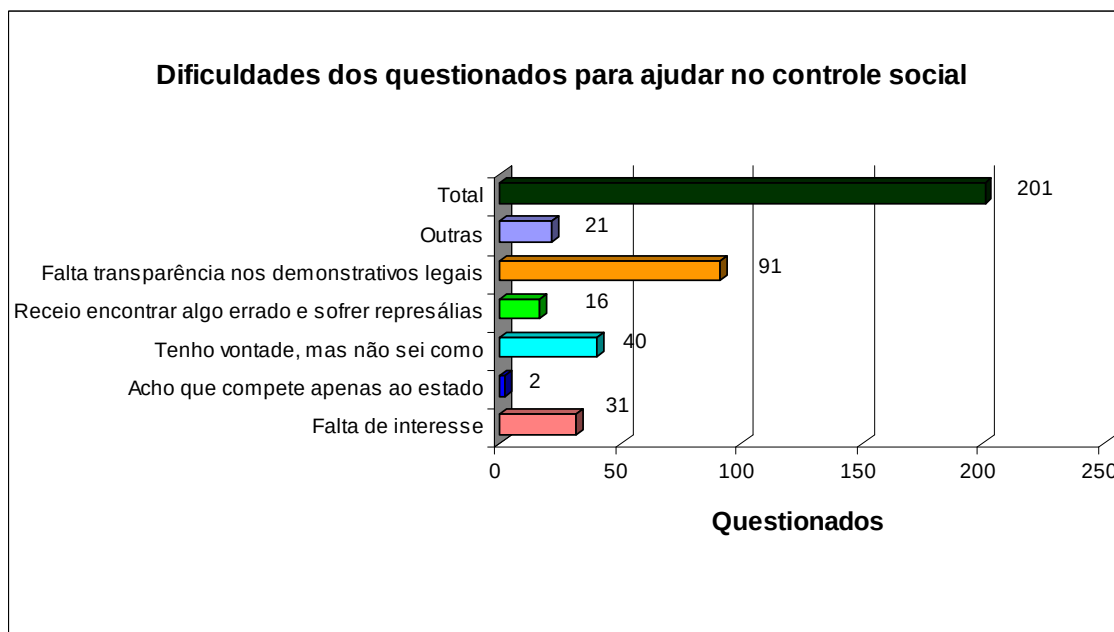


Gráfico 20: Dificuldades dos questionados para ajudar no controle social  
 Fonte: Dados levantados em Pesquisa de Campo da autora desta pesquisa em outubro de 2010

Observa-se que o grupo conhece Educação Fiscal e acredita que o tema pode despertar a sociedade para uma ação mais participativa no controle dos gastos públicos. Quando avaliadas as estratégias utilizadas pelo OSM por meio do questionário se constata que elas são conhecidas e aceitas pelo grupo, sendo que a mais conhecida é a metodologia de acompanhamento das licitações, por ser a que tem maior apelo na mídia, é avaliada e melhorada, tem indicadores confiáveis e é a mais antiga empregada pelo OSM. Em relação à participação do grupo como voluntários nota-se a necessidade de esclarecimentos sobre como participar do controle social e do voluntariado.

## 5 CONCLUSÃO

Este trabalho objetivou verificar se as estratégias que o OSM utiliza para viabilizar a transparência e o correto aproveitamento dos recursos públicos e se são viáveis como estratégias para a Educação Fiscal.

Para tanto, foi verificado se os objetivos do OSM se encontram alinhados com seus projetos e foi avaliada a percepção da sociedade sobre sua atuação. Também foram analisadas as estratégias que esse Observatório vem utilizando e avaliada a aplicabilidade dessas estratégias em outros contextos.

Os achados de pesquisa permitem observar que os objetivos da SER, no que se refere ao controle social, encontram-se alinhados à estratégia e às ações do OSM. Tomando como ponto de partida desta análise o objetivo da SER de estimular e apoiar o voluntariado, verifica-se a utilização em todas as ações do trabalho destes colaboradores, que são selecionados através de editais e capacitados para exercer as atividades das quais participam, além do desenvolvimento de uma dinâmica de participação para melhor aproveitamento de seu trabalho. O OSM e a SER ainda estimulam estudos e atividades voltados à promoção do desenvolvimento econômico e social, e do combate à pobreza, por meio da metodologia de acompanhamento das licitações, um trabalho premiado e com comprovada eficácia no combate à desigualdade e ao correto aproveitamento dos recursos públicos. Outros objetivos que são perfeitamente atendidos são: estimular e apoiar a defesa dos direitos individuais e coletivos; ações que visam à promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia, e de outros valores universais; e, por meio do controle social, estimular o Executivo e o Legislativo a cumprirem as leis e a respeitar os direitos adquiridos. Por fim, também estimulam e apoiam estudos e pesquisas, o desenvolvimento de tecnologias alternativas, a produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos, quando promovem concursos de monografias e artigos científicos e cobram do Executivo a utilização de novos programas que facilitem o controle dos gastos.

Quanto à forma como a atuação do OSM é percebida pela sociedade, pode-se dizer que a partir do questionário aplicado, a observação de campo e das entrevistas, que a maioria da população pesquisada, que mora em Maringá, aprova e acredita que ele cumpre a sua missão de proporcionar à sociedade oportunidades que promovam a coesão social e a harmonia pública por meio da transparência na gestão dos recursos públicos. Essa parcela entende e procura ajudar o Observatório, porém ainda existe uma parcela importante da

população de Maringá que não conhece as ações da SER e/ou não liga a SER ao OSM, evidenciando uma lacuna a ser trabalhada pela SER, principalmente na sua auto promoção e em relação à Educação Fiscal.

A análise das estratégias atualmente adotadas pelo OSM comprovou a existência de três ações bem definidas. A primeira é a metodologia de acompanhamento das licitações: sendo a principal ação desenvolvida pelo OSM, é a mais conhecida e aceita por ser mais visível e por permitir ao Executivo e Legislativo fazer os ajustes necessários para a adequação dos certames à norma legal, como observado nos relatórios apresentados e nas entrevistas com o Prefeito e o Presidente da Câmara. O próprio Prefeito salienta em entrevista que essa ação não é denunciativa e não tem o cunho político de estar contra a Prefeitura, mas o objetivo social de estar a favor da resolução de problemas com o gasto público, porque possibilita a correção desses problemas. A segunda é o acompanhamento das contratações de terceirizados e cargos de confiança na Câmara e na Prefeitura, uma ação sazonal, em que se faz o acompanhamento, e se observam os problemas, que são informados aos responsáveis para serem corrigidos. Em 2010 não foram feitos novos acompanhamentos por se julgar que já foram corrigidos. A terceira ação, que ocorre a cada dois anos, é a análise das proposições e dos gastos com diária e custeio do Legislativo local. Graças a ela, houve uma crescente melhora na qualidade das proposições e uma diminuição significativa nos gastos com diárias e despesas de custeio da Câmara.

Quanto à aplicabilidade dessas estratégias em outros contextos, cabe destacar que existem alguns problemas com essa replicação. O primeiro deles é a necessidade de se educar antes de controlar, ou ao menos educar ao mesmo tempo em que se controla. A SER ensinou a importância social do tributo como único recurso que financia o Estado, realizou palestras, peças de teatro, concursos, campanhas com temas correlatos ao exercício da cidadania, firmou parcerias, tudo antes de criar as metodologias para o controle social. Como observa o Presidente do OSM, Sr. Anselmo, ao explicar a ligação entre a SER e o OSM em entrevista à autora desta pesquisa:

[...] A SER começou como um trabalho de difusão da cultura de Responsabilidade Social e da Cidadania Fiscal, naturalmente vários trabalhos foram sendo desenvolvidos nesse sentido. Desde campanhas que buscavam mostrar que a mobilização do cidadão que transforma a sociedade, com palestras para mobilizar a manifestação dos estudantes do Ensino Fundamental ao Superior sobre a importância social do tributo, apresentando a Educação Fiscal. Investimos em concurso de redação, concurso de frases, sempre voltadas a temas de Educação Fiscal. Estávamos com uma ponta sendo trabalhada que era a ponta da importância social dos tributos. Daí surge um outro extremo dessa questão que é o acompanhamento da boa execução desses recursos. Para isso o OSM surge como uma vice-presidência da SER. Entendemos que se a fiscalização não vier acompanhada da Educação Fiscal ela será como uma balança desequilibrada. Sendo

assim, o OSM não tem personalidade jurídica, é uma vice-presidência de um “guarda-chuva” maior chamada SER, que faz desde campanhas em prol de ruas limpas, até campanhas sobre a importância social do tributo e o acompanhamento dos gastos públicos (Informação verbal).

Como salienta e reforça o Prefeito Sílvio de Barros II, em entrevista à autora desta pesquisa:

[...] A SER é a entidade, o Observatório é um dos trabalhos que a entidade realiza. Uma entidade que se dispôs primeiramente a desempenhar um trabalho importantíssimo na cidade, de ensinar as pessoas o quanto é importante pagar impostos, tem todo o direito de num determinado momento fiscalizar como esse imposto que ela está ajudando a ser arrecadado está sendo aplicado. O Observatório no nosso entendimento é uma ação, não é uma instituição. É uma ação da sociedade eticamente responsável, uma ação absolutamente legítima, um direito conquistado pelo trabalho que eles fazem de orientar o maringaense a pagar impostos (Informação verbal).

Não fica claro se apenas a ferramenta possa funcionar quando desassociada de uma ONG que a sustente e que crie alianças com o Executivo e Legislativo local. Na observação de campo feita pela autora em reunião com representantes dos OS espalhados pelo Brasil, verifica-se que eles estão tentando se estabelecer, mas percebeu-se nos comentários de alguns que há problemas na obtenção de recursos, na articulação com o Prefeito e o Presidente da Câmara para exigir a necessária transparência sobre as contas públicas, etc. Em outras palavras, apesar desta transparência ser um direito constitucional, verificou-se continuamente na imprensa o descumprimento das leis por parte de nossos representantes; e para que o controle social dos gastos públicos seja exercido, a população precisa estar mobilizada, pressionando o Executivo e o Legislativo com a ajuda e o apoio dos órgãos de controle Estaduais e Federais, e do Judiciário, como ocorre em Maringá

Assim, em resposta ao problema de pesquisa inicialmente proposto, pode-se concluir que o OSM pode ser viável como estratégias de controle social para a Educação Fiscal, desde que dentro de uma estrutura organizada que lhe dê apoio ideológico, logístico e financeiro: uma organização em que o Observatório é uma ação de controle implementada dentro de um programa maior, com outras ações precedentes que objetivem educar e despertar o cidadão para o exercício da cidadania.

Como esta pesquisa não teve como objetivo verificar se este processo de educação e cidadania está ocorrendo como forma de garantir a efetividade aos demais Observatórios implantados, sugere-se que os próximos trabalhos focados neste tema sejam para avaliar se a metodologia de implantação de Observatórios Sociais oferecidas pelo Observatório Social do Brasil é eficaz e replicável, ou seja, se seguem um processo de educação e comprometimento

da sociedade que antecedam a implementação da ferramenta de controle aqui denominada Observatório Social.

## REFERÊNCIAS

- AVRITZER, Leonardo. Modelos de Deliberação democrática: **uma análise do orçamento participativo no Brasil**. In: SANTOS, B. S. (org.). Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 562-597, 2003.
- BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto imagem e som: um manual prático**. Tradução Pedrinho A. Guareschi. 2. ed. Petrópolis/ RJ: Vozes, 2002. 516p.
- BENTO, Leonardo V. **Governança e governabilidade na reforma do estado**. São Paulo: Monole, 2003.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; GRAU, Nuria Cunill. **O Público não-estatal na reforma do estado**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999: 15-48.
- BOBBIO, Norberto. **O Futuro da Democracia**; Editora Paz e Terra, 1986.
- \_\_\_\_\_, Norberto. **Estado Governo Sociedade para uma teoria geral da política**. São Paulo: Editora Paz e Terra S/A, 2001.
- BRASIL. Programa Nacional de Educação Fiscal. **Educação Fiscal No contexto social**. 2. ed. Brasília, 2005.
- BUFFON, Marciano. **A tributação como instrumento de densificação do princípio da dignidade da pessoa humana**. São Leopoldo. Unisinos, 2007.
- CLAD (CENTRO LATINOAMERICANO DE ADMINISTRACIÓN PARA EL DESARROLLO). **La responsabilización en la nueva gestión pública latinoamericana**. Buenos Aires: Eudeba, 2000.
- COLOMBO, Renan. **Observatório Social vence prêmio da ONU**. Jornal de Maringá. <<http://portal.rpc.com.br/jm/online/conteudo.phtml?tl=1&id=944684&tit=Observatorio-Social-vence-premio-da-ONU>> Acesso em 18/07/2010
- CORRÊA, I.; RIBEIRO, V. **Apostila da disciplina prevenção da corrupção**. Controladoria-Geral da União, 2008.
- DALLARI, D.A. **Direitos Humanos e Cidadania**. São Paulo: Moderna, 1998.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia: entre facticidade e validade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.
- \_\_\_\_\_, Jürgen. Participação Política. In: CARDOSO, F. H. e MARTINS, C. E. (org.). **Política e Sociedade** (vol. 1). São Paulo: Nacional, 1979, p. 375-388.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 1995.

MIGUEL, Luis Felipe. **Teoria democrática atual**: esboço de mapeamento. Boletim Informativo BiblioGráfico da ANPOCS, n. 59, 1º semestre de 2005, p. 5-42.

MUSGRAVE, Richard A. e MUSGRAVE, Peggy B. **Finanças Públicas: Teoria e Prática**. São Paulo, CAMPUS, 1976.

NOVAES, Wladimir Martinez. **Princípios de Direito Previdenciário**. São Paulo: LTR, 3ª ed, 2001, p. 149.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla B. **História da Cidadania**. São Paulo, Ed. Contexto, 2003.

SANTOS, Boaventura de S. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social: para ampliar o cânone democrático**. São Paulo: Bom Tempo Editorial, 2007.

SCHEDLER, Andréas. "Conceptualizing accountability" In. Andreas Schedler, Larry Diamond, Marc F. Plattner (eds). **The self-Restraining State. Power and Accountability in new democracies**. Boulder and London, Lynne Rienner Publishers, 1999.

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984 [1942].

VENTURA, Deisy. **Monografia jurídica**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002.

Legislação:

BRASIL. Constituição, 1988.

BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

BRASIL. Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009.

Sítios:

Apostila-de-Direitos-Humanos

<[www.scribd.com/.../Apostila-de-Direitos-Humanos](http://www.scribd.com/.../Apostila-de-Direitos-Humanos)> acesso em 11/02/2011

Controladoria Geral da União - CGU

<<http://www.portaltransparencia.gov.br/controleSocial/>> acesso em 14/02/2011

Ministério do Desenvolvimento Social – MDS

<<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/controlesocial>> acesso em 18/02/2011

Receita Federal do Brasil - RFB

<<http://www.receita.fazenda.gov.br/educafiscal/default.htm>> acesso em 14/02/2011

Observatório da Equidade – Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social - CDES

<http://www.ibge.gov.br/observatoriодаequidade/#Acessado>> acesso em 18/02/2011

Observatório Social do Brasil - OSB

<<http://www.observatoriosocialdobrasil.org.br/dls>> acesso em 18/07/2010

< <http://www.observatoriosocialdobrasil.org.br/parceiras> > acesso em 18/07/2010

<<http://www.observatoriosocialdobrasil.org.br/downloads/32.pdf>> acesso em 18/07/2010

<<http://portal.rpc.com.br/jm/online/conteudo.phtml?tl=1&id=944684&tit=Observatorio-Social-vence-premio-da-ONU> > Acesso em 18/07/2010

Observatório Social de Maringá - OSM

<[http://www.sermaringa.org.br/atuacao/lista\\_atuacao.php?id=8](http://www.sermaringa.org.br/atuacao/lista_atuacao.php?id=8) > acesso em 14/02/2011.

Sociedade Eticamente Responsável - SER – Maringá

<<http://www.sermaringa.org.br/>> Acesso em 18/07/2010



## **APÊNDICE A**

### **ROTEIRO DE PERGUNTAS AO PREFEITO E AO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL**

1. O que é Educação fiscal para o senhor?
2. O que é controle social para o senhor?
3. O senhor acha importante a sociedade civil ajudando o estado no controle social?
4. Como o senhor avalia a atuação do SER na sensibilização em relação a Educação fiscal?
5. Explique o que é o SER para o senhor e qual o seu papel social?
6. Explique o que é o OSM, para o senhor e qual o seu papel?
7. Qual a relação entre as ações do SER e a ações do OSM?

#### **Comentários para contextualizar a pergunta 8:**

“O OSM atua mais efetivamente em 3 frentes estratégicas:

- Controle dos gastos da prefeitura no que se refere as suas aquisições(licitações)
- Acompanhamento das proposições do legislativo local e a sua relevância pública
- Acompanhamento das contratação de cargos em comissão e terceirizados”

8. Fale um pouco destas Estratégias definidas do OSM e o impacto social delas nas suas atividades e na sua atuação pública?

### **ROTEIRO DE PERGUNTAS AO PRESIDENTE DO SER e OSM**

1. Faça um breve histórico sobre o SER e como surgiu o OSM
2. O que é Educação fiscal para o senhor?
3. O que é controle social para o senhor?
4. O que levou o senhor a participar do SER?
5. Como o senhor avalia a atuação do SER na sensibilização em relação a Educação fiscal?
6. Explique o que é o SER, qual o seu papel?
7. Explique o que é o OSM, qual o seu papel?
8. Qual a relação entre as ações do SER e a ações do OSM?

#### **Comentários para contextualizar da pergunta 9:**

“O OSM atua mais efetivamente em 3 frentes estratégicas:

- Controle dos gastos da prefeitura no que se refere as suas aquisições (licitações)
- Acompanhamento das proposições do legislativo local e a sua relevância pública
- Acompanhamento das contratações de cargos em comissão e terceirizados”

9. Fale um pouco destas Estratégias definidas por vocês para atuação do OSM?

## APÊNDICE B

Este questionário dirigido aos cidadãos do município de Maringá/PR tem por objetivo a pesquisa para conclusão do curso de **Especialização em Educação Fiscal e Cidadania** cursado na Escola de Administração Fazendária –ESAF, em Brasília. O tema da pesquisa é um **estudo de caso sobre o Observatório Social de Maringá - OSM**, vinculado a **SER - Sociedade Eticamente Responsável de Maringá**. Sua resposta é fundamental para nós e o anonimato do respondente será assegurado. Por isso, não precisa se identificar.

### I - Identificação do perfil do Cidadão

|                                                                                                                                                                                                                                                                   |                                                                                                                                                                                                                                  |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>1 - Qual o seu bairro?</b><br><br>_____                                                                                                                                                                                                                        | <b>2 - Qual a sua idade?</b><br><br>_____                                                                                                                                                                                        | <b>3 - Sexo/Gênero:</b><br><br>(A) Feminino (B) Masculino (C) Outro                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
| <b>4 – Qual a sua faixa de renda mensal?</b><br><br>(A) Menos de R\$ 510,00.<br>(B) De R\$ 511,00 a R\$1.000,00.<br>(C) De R\$ 1.001,00 a R\$ 2000,00.<br>(D) De R\$ 2.001,00 a R\$ 4.000,00.<br>(E) De R\$ 4.001,00 a R\$ 6.000,00.<br>(F) Mais de R\$ 6.000,00. | <b>5 - Qual o seu grau de escolaridade?</b><br><br>(A) Nenhuma escolaridade.<br>(B) Ensino Fundamental: de 1ª ao 5ª ano.<br>(C) Ensino Fundamental: de 6ª ao 9ª ano.<br>(D) Ensino Médio.<br>(E) Superior.<br>(F) Pós-graduação. | <b>6 - Das opções abaixo, qual a que melhor define o seu trabalho/atividade atual:</b><br><br>(A) Desempregado.<br>(B) Estudante/Estagiário.<br>(C) Empregado de empresa privada.<br>(D) Empregado de empresa pública/funcionário público.<br>(F) Profissional liberal.<br>(G) Autônomo/prestador de serviços (formal/informal).<br>(H) Micro ou pequeno empresário.<br>(I) Outro _____ |

### II – Sobre Educação Fiscal e Controle Social

#### CONTEXTUALIZAÇÃO:

**"A EDUCAÇÃO FISCAL** surge como proposta de despertar o cidadão para o entendimento da necessidade e da função social do tributo, assim como dos aspectos relativos à administração dos recursos públicos.

Com o envolvimento do cidadão no acompanhamento da qualidade e da propriedade dos gastos públicos, estabelece-se **CONTROLE SOCIAL** sobre o desempenho dos administradores públicos do legislativo, do executivo e do judiciário e asseguram-se melhores resultados sociais.

O aumento da cumplicidade do cidadão em relação às finanças públicas torna mais harmônica sua relação com o Estado".

#### Refletindo sobre o texto acima responda:

|                                                                                                                                                                                                                                                                                          |                                                                                                                                                                                                                                                                                 |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>07 - Você já ouviu falar de Educação fiscal?</b><br><br>(A) Não.<br>(B) Sim.<br><br><b>08 - Se sim, a onde?</b><br><br>(A) Jornais. (D) Rádio.<br>(B) Revistas. (E) Internet.<br>(C) TV. (F) Outros _____                                                                             | <b>09 - Você acredita que a Educação Fiscal pode despertar a sociedade para uma ação mais participativa no controle dos gastos públicos?</b><br><br>(A) Não.<br>(B) Sim.                                                                                                        | <b>10 - Você participa de alguma atividade associativa/voluntária em prol da sociedade?</b><br><br>(Exemplo de associativa: Sindicatos, centros comunitários, Instituições filantrópicas, etc.);<br>(Exemplo de trabalho voluntário: em asilos, creches, orfanatos, escolas, ONG's) em prol da sociedade:<br><br>(A) Não participa.<br>(B) Participa. Qual (is)? _____ |
| <b>11 - Você Já ouviu falar do Observatório Social de Maringá - OSM?</b><br><br>(A) Não.<br>(B) Sim.<br><br><b>12 - Se sim, a onde?</b><br><br>(A) Jornais. (D) Rádio.<br>(B) Revistas. (E) Internet.<br>(C) TV. (F) Outros _____                                                        | <b>13 - Você sabia que o Observatório Social de Maringá - OSM atua no Controle Social dos gastos da Prefeitura de Maringá através do acompanhamento das licitações em todas as etapas das compras públicas?</b><br><br>(A) Não.<br>(B) Sim.<br>(C) Não conheço a atuação do OSM | <b>14 - Você sabia que o Observatório Social de Maringá - OSM atua no controle Social das proposições/projetos da Câmara Municipal de Maringá analisando a relevância para a sociedade destas proposições/projetos?</b><br><br>(A) Não.<br>(B) Sim.<br>(C) Não conheço a atuação do OSM                                                                                |
| <b>15 - Você sabia que o Observatório Social de Maringá - OSM atua no acompanhamento na Prefeitura e na Câmara Municipal de Maringá em relação ao abuso nas contratações de terceirizados e cargos de confiança?</b><br><br>(A) Não.<br>(B) Sim<br>(C) Não conheço a atuação do OSM<br>. | <b>16 - Você acredita que a atuação do Observatório Social de Maringá - OSM têm contribuído para viabilizar a transparência e a correta aplicação dos recursos públicos no município de Maringá?</b><br><br>(A) Sim.<br>(B) Não.<br>(C) Não conheço a atuação do OSM            | <b>17 - Das opções abaixo, qual a que melhor define a sua dificuldade em fiscalizar os gastos do governo:</b><br><br>(A) Falta de interesse.<br>(B) Acho que compete apenas ao estado.<br>(C) Tenho vontade, mas não sei como.<br>(D) Receio encontrar algo errado e sofrer represálias.<br>(E) Falta transparência nos demonstrativos legais.<br>(H) Outras _____     |

\* SUGESTÕES, COMENTÁRIOS SOBRE AS QUESTÕES E CRÍTICAS FAZER NO VERSO DESTE QUESTIONÁRIO.

## ANEXO A



### OBJETIVOS QUE SE BUSCA TORNAR EFETIVOS COM A APRESENTAÇÃO DESTE TRABALHO

- ✓ Atuar como organismo de apoio à comunidade para pesquisa, análise e divulgação de informações sobre o comportamento de entidades e órgãos públicos com relação à aplicação dos recursos arrecadados;
- ✓ Contribuir, diretamente, para que haja maior transparência na gestão dos recursos públicos;
- ✓ Estimular a participação da sociedade civil organizada no processo de avaliação da gestão dos recursos públicos, visando defender e reivindicar a austeridade necessária na sua aplicação, dentro de princípios éticos com vistas à paz e à justiça social.

### Números do Observatório Social de Maringá

| Janeiro a Junho de 2010 |                                                                                 |
|-------------------------|---------------------------------------------------------------------------------|
| 1.200                   | Horas disponibilizadas por voluntários                                          |
| 86%                     | Aumento no número de voluntários                                                |
| 14                      | Reuniões de trabalho                                                            |
| 12                      | Apresentações do OSM                                                            |
| 08                      | Reuniões do Comitê Gestor                                                       |
| 16                      | Ofícios - Projetos Indicadores CMM                                              |
| 18                      | Ofícios Administrativos                                                         |
| 385                     | Licitações no semestre                                                          |
| 111                     | Processos licitatórios acompanhados presencialmente                             |
| 42                      | Processos licitatórios com requerimento de providências (80% acatadas pela PMM) |
| 07 <sup>(*)</sup>       | Requerimentos encaminhados ao Ministério Público                                |
| 04                      | Treinamentos com as Secretarias da PMM (Saúde e Educação)                       |
| 03                      | Treinamentos para capacitação de novos voluntários                              |

(\*) Prevenção dos Venenos/Linha Ed. Globo/ O/Da TV Cultura/Repas de Vídeos/Anno: Semi Pronto/Damás Radiológico/Medicamentos



## 1. EVENTOS 2. ATIVIDADES DE ACOMPANHAMENTO



## ANEXO A

**Abril: Reunião de Trabalho com a Comitativa da CEPAL**  
(Comissão Econômica para América Latina e Caribe)  
Coletar informações para publicar um livro sobre o funcionamento do  
Observatório Social de Maringá



Observatório Social de Maringá



## DIFUSÃO DA METODOLOGIA PARA OUTROS PAÍSES



### Agenda

9 e 10 de Novembro – México

15 a 24 de Novembro – Califórnia (USA)

15 a 20 de Novembro – Reunião de trabalho  
com Eurosocial

Colômbia – Set/2010



Observatório Social de Maringá



## Treinamentos para voluntários



Observatório Social de Maringá



## Treinamentos para Servidores Municipais



Observatório Social de Maringá



## ALGUNS RESULTADOS OBTIDOS COM A SENSIBILIZAÇÃO DA MUNICIPALIDADE



Observatório Social de Maringá



Observatório Social de Maringá





## Almoxarifados

Início dos acompanhamentos do OSM



Observatório Social de Maringá



## Almoxarifado Central

Fase atual



Observatório Social de Maringá



### METODOLOGIA DO OBSERVATÓRIO NOS QUESTIONAMENTOS DOS PROCESSOS ACOMPANHADOS

1. Ofício à Secretaria de Controle Interno;
2. Análise da resposta, se insatisfatória novo ofício ao chefe do Poder Executivo;
3. Análise da resposta, se insatisfatória encaminhamento ao Poder Legislativo e Ministério Público.



Observatório Social de Maringá



Alguns levantamentos feitos pelo Observatório após acompanhamento detalhado de processos licitatórios



Observatório Social de Maringá



## Análise

Processo nº 460/10 – Pregão 061/10

36ª Prova Rústica Tiradentes de Maringá



Observatório Social de Maringá



## APOIO E PROMOÇÃO



Observatório Social de Maringá



## ANEXO A

### RESUMO DO CERTAME

|                     |                                       |
|---------------------|---------------------------------------|
| Data do certame     | 26/03/2010                            |
| Valor máximo        | R\$ 151.480,00                        |
| Valor Licitado      | R\$ 127.500,00                        |
| Nº de participantes | 05 empresas                           |
| Tipo da licitação   | Menor preço Global                    |
| Empresa Vencedora   | MMC Eventos – Nova Santa Bárbara - PR |
| Data do evento      | 21/04/2010                            |
| Quantidade de itens | 37 itens                              |

### DO OBJETO

Prestação de serviços: contratação de empresa especializada em eventos esportivos para **aquisição de materiais e contratação dos serviços** constantes no memorial descritivo.



Observatório Social de Maringá



Observatório Social de Maringá



### DO ORÇAMENTO DA CBAT e FPA

|    |     |      |                                                  |
|----|-----|------|--------------------------------------------------|
| 16 | 50  | Unid | Mesa quadrada plástica com toalhas brancas       |
| 17 | 350 | Unid | Cadeira plástica                                 |
| 23 | 06  | Unid | Aranjos florais dentro da área VIP, com 80 cm    |
| 24 | 01  | Unid | Jardinagem na área de premiação, com 4 m         |
| 25 | 01  | Unid | Jardinagem na linha de chegada, com 2 m          |
| 26 | 10  | Unid | Tiara para a coroação dos participantes com HERA |

#### ORÇAMENTOS:

| Qt | Unid | Especificação – Item 36                                                                                                                                                                         | Volpato  | Soares    | SBR Eventos | HR Eventos |
|----|------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------|-----------|-------------|------------|
| 1  | Unid | Oficialização da Prova perante a CBAT e FPA, incluindo marcação do percurso, participação de um delegado técnico para homologação da Prova e Exames anti-doping, e pagamento de todas as taxas. | 8.000,00 | 10.000,00 | 8.000,00    | -          |

#### PROPOSTAS:

| Qt | Unid | Especificação – Item 36                                                                                                                                                                         | MM        | Soares   | Avanti   | Via Som  | MS 48    |
|----|------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|----------|----------|----------|----------|
| 1  | Unid | Oficialização da Prova perante a CBAT e FPA, incluindo marcação do percurso, participação de um delegado técnico para homologação da Prova e Exames anti-doping, e pagamento de todas as taxas. | 15.000,00 | 7.000,00 | 3.000,00 | 8.000,00 | 8.000,00 |



Observatório Social de Maringá



Observatório Social de Maringá



### DO ORÇAMENTO DA CBAT e FPA

#### PESQUISA DE MERCADO:

| CBAT                                                                                                                                                                           | FPA                                                                                                                                                                                                                              |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>Contato: Sr. Aécio<br/>Cidade: Manaus<br/>Telefone: (92) 3182-3200</p> <p>Informações:<br/>Foram realizados 04 exames anti-doping e a presença do delegado R\$ 3.500,00</p> | <p>Contato: Sr. Bira<br/>Cidade: Curitiba<br/>Telefone: (41) 9975-5685 ou (41) 3019-3222</p> <p>Informações:<br/>O valor cobrado está no site da Federação, de acordo com as taxas estabelecidas para 2010.<br/>R\$ 2.000,00</p> |

**TOTAL DE R\$ 5.500,00**

### AUSÊNCIA DA PLANILHA DE PREÇOS APÓS A FASE DE LANCE

Obs. É obrigatório o preenchimento dos Valores unitários e totais do Memorial Descritivo dos Serviços e Materiais abaixo.



Observatório Social de Maringá



Observatório Social de Maringá





## ANEXO A

### DO ACOMPANHAMENTO DAS ENTREGAS



Foram entregues no dia 19/04/10  
4.050 unidades de Torrone "Montevergine"

Após solicitação de esclarecimento pelo OSM a Secretária de Esportes,  
providenciou a troca dos produtos.



Barra de Cereal da marca In Natura  
entregue aos atletas no dia 21/04/10

### Das Refeições

| Qt  | Especificação – Item 12                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
|-----|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 350 | Almoço e jantar, sem limitação de peso e de quantidade, de qualquer item do cardápio, incluindo refrigerante ou suco natural, com licores e sobremesas por conta da empresa contratada. Período: 19/04/10 a 22/04/10. Horário das refeições: almoço das 11:30 h às 14 h e jantar das 19:30 h às 22:30 h. <b>CARDÁPIO MÍNIMO DIÁRIO:</b> Arroz branco, Arroz temperado, feijão, macarrão, purê, 02 tipos de refogado, 02 tipos de carne (bife, frango, peixe e porco), 02 tipos de grill (bife, frango), 02 tipos de assado (bife, outros), 03 tipos de sobremesa, 01 refrigerante por refeição de no mínimo 350 ml (disponibilizar no mínimo 03 tipos diferentes de refrigerantes para livre escolha do cliente), devendo ser de 1ª Linha (Ex: Coca-Cola, Fanta, Guaraná Antarctica, Sada Limonada, Pápagá e Água Mineral), não sendo aceitos sucos elaborados com poliolefinas. |

**RESTAURANTE ALINANDA LTDA.**  
FONE: (44) 3224-5207  
RUA LUIZ GAMA, 772 - JONAS - CEP 87014-110 - MARINGÁ - PARANÁ  
CNPJ: 07.000.000/0001-00  
INSC. EST. PARANÁ: 000.000.000-00  
INSC. MUN. MARINGÁ: 000.000.000-00

**CONDIÇÕES:**  
Pagamento: À vista  
Forma de entrega: com entrega  
Banco de depósito: com prazo e nome:  
PRÉ-PROPOSTA: 02 tipos de carne ao molho???  
03 tipos de massas  
Arroz temperado???  
Pão???  
02 tipos de refogado???  
03 tipos de sobremesa???

### DO ACOMPANHAMENTO DAS 350 REFEIÇÕES – ITEM 12

|        | 19/04/10         | 20/04/10                  | 21/04/10                                                                                                                                  | 22/04/10         |
|--------|------------------|---------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------|
| Almoço | Nenhuma refeição | 30 refeições              | 127 refeições<br>06 marmix<br><br>Tiro de Guerra<br>200 lanches<br>200 refrigerantes<br>Auditório PMM<br>310 lanches<br>200 refrigerantes | 06 Refeições     |
| Jantar | Nenhuma refeição | 19 Refeições<br>01 marmix | 52 Refeições                                                                                                                              | Nenhuma refeição |

234 refeições servidas.  
Faltaram 116 refeições.

### DA DIVULGAÇÃO EM REVISTA ESPECIALIZADA

| Qt | Unid | Especificação – Item 30                                                                                                                                               | Orçamento | Proposta |
|----|------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|----------|
| 01 | Unid | Divulgação da Prova em revista de circulação nacional especializada em corridas de rua, em página inteira na edição de abril e resultados da Prova na edição de maio. | 6.000,00  | 4.000,00 |

No dia 26 de abril de 2010, a empresa  
MMC Eventos emitiu e apresentou à  
Prefeitura a Nota Fiscal nº 0230,  
no valor integral de R\$ 127.500,00



### DO PARECER DO PROGE



## ANEXO A



### Inexigibilidade 280/2010

Grande Prêmio Internacional Caixa (CEF) Maringá de Atletismo

1. Valor R\$ 450.000,00 pago à CBA 24 horas após o evento;
2. Evento realizado dia 30/05/2010 no Estádio Regional Willie Davids – Inauguração da pista;
3. Processo não permite aferir detalhamento de serviços contratados.
4. Ofício encaminhado à PMM com questionamentos. A resposta se apresentou pouco esclarecedora.



Observatório Social de Maringá



Observatório Social de Maringá



03) Como foi possível aferir o valor de 450 mil? Quais os documentos que balizam a formação do valor contratado?

R: O valor de R\$ 450.000,00 foi aferido para atender as seguintes necessidades do evento:

|                                                                                                                                                        |                |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------|
| A - Premiação de Atletas (estrangeros e brasileiros) – incluindo os encargos de honorários                                                             | R\$ 183.100,00 |
| B - Hospedagem e Alimentação                                                                                                                           | R\$ 164.500,00 |
| C - Pagamento da Arbitragem – incluindo os encargos                                                                                                    | R\$ 27.318,00  |
| D - Pagamento da Equipe de Apoio (Seguranças, intérpretes, sanitaristas e demais pessoas necessárias para a realização do evento) – incluindo encargos | R\$ 34.732,00  |
| E - Organização do evento (locação de estruturas, montagem de arena, locação de equipamentos, etc.)                                                    | R\$ 129.170,00 |
| F - Total                                                                                                                                              | R\$ 450.000,00 |

05) Considerando que o evento recebe o patrocínio da Caixa Econômica Federal, qual a participação da Caixa nesse evento?

R: Além de patrocínio a Caixa Econômica Federal participou na realização do evento sob o valor de R\$ 200.000,00.

### Pregão 190/10

Compra de kits educacionais

1. Valor R\$ 835.456,00
2. OSM solicitou a impugnação da licitação por não apresentar definição clara do objeto, limitando a participação de empresas interessadas

| Item                    | Cód. do Item | Quant | Unid | Especificação                           | Valor (R\$) unitário máximo | Valor (R\$) total máximo | Valor (R\$) unitário proposto | Valor (R\$) total proposto |
|-------------------------|--------------|-------|------|-----------------------------------------|-----------------------------|--------------------------|-------------------------------|----------------------------|
| 1                       | 109415       | 5     | Kit  | Kit Educacional Escola                  | 41.000,00                   | 205.000,00               |                               |                            |
| 2                       | 109420       | 3774  | Kit  | Kit Educacional Aluno (todos os níveis) | 144,00                      | 543.456,00               |                               |                            |
| 3                       | 65145        | 145   | Unid | Tratamento para educadores              | 600,00                      | 87.000,00                |                               |                            |
| VALOR TOTAL DA PROPOSTA |              |       |      |                                         |                             |                          | R\$                           |                            |

A Prefeitura acatou o pedido



Observatório Social de Maringá



Observatório Social de Maringá



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ – ESTADO DO PARANÁ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – DIRETORIA DE LICITAÇÕES  
Rua XV de Novembro, 701 – 2º Andar – Fones (41) 3221-1300 – Fax (41) 3221-1340  
e-mail: licitacao@maringa.pr.gov.br

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 190/10-PM

### NOTA DE ESCLARECIMENTO

O MUNICÍPIO DE MARINGÁ informa aos interessados em participar do procedimento licitatório denominado **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 190/10-PM** – PROCESSO Nº. 01069/10-PM, cujo objeto é a contratação de empresa para fornecimento de Computador Educacional Facilitado, para desenvolvimento cognitivo, social e emocional dos alunos da rede municipal de ensino deste Município, incluindo-se na aquisição a prestação de serviços de suporte pedagógico destinado aos professores e coordenadores da Secretaria Municipal de Educação de Maringá, conforme especificações relacionadas no memorial descritivo que, tendo em vista o nº 2010025156, nos enviados pela Secretaria Interessada, informando que o conteúdo do edital e do anexo serão alterados para correções de ordem técnica, esta licitação fica **SUSPESA** por prazo indeterminado, para que se proceda as correções necessárias e, assim tornadas todas as dúvidas, a mesma seja republicada com a nova data de abertura.

Maringá, 13 de julho de 2010.

VALDIR PIGNATA  
Diretor de Licitações



Observatório Social de Maringá



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ – ESTADO DO PARANÁ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – DIRETORIA DE LICITAÇÕES  
Rua XV de Novembro, 701 – 2º Andar – Fones (41) 3221-1300 – Fax (41) 3221-1340  
e-mail: licitacao@maringa.pr.gov.br

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 190/10-PM  
PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº. 280/2010-PM

### ATO DE DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Declaro inexigível a licitação, com fundamento no Artigo 25, inciso I, da Lei Federal nº. 8.666/93 e Parecer Jurídico nº. 2451/10-PROGE, constantes nas páginas 240 a 249, a contratação da empresa **MINDLAB DO BRASIL COMERCIO DE LIVROS LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº. 16.361.836/0001-18, situada na Rua Humberto I, nº. 220, CJ. 22, 2º Andar, Vila Mariana, na cidade de São Paulo/SP, no valor de R\$835.456,00 (Oitocentos e trinta e cinco mil e quinhentos e sessenta e seis reais), referente a aquisição de 3774 Kits Educacionais destinados aos alunos das Escolas Municipais de Ensino Fundamental Agnir dos Santos (427 alunos), Angéla Virginia Born (403 alunos), Alzavina Moreno (310 alunos), Paulo Freire (170 alunos), Renato Bernardi (450 alunos), Selma Natividade Lima (204 alunos), Mariana Viana Dias (447 alunos), Midia Viana (573 alunos), Olga Azeite Ferreira (352 alunos), Flávia Pires Moraes (451 alunos), Realização de Encontros Pedagógicos (curso de capacitação) e suporte on-line para os professores das Escolas: Angéla Virginia Born, Arizânia Moreno, Paulo Freire, Agnir dos Santos e Renato Bernardi e a aquisição de 05 Kits Educacionais Escolas destruídas as Escolas de Ensino Fundamental – Angéla Virginia Born, Alzavina Moreno, Paulo Freire, Agnir dos Santos e Renato Bernardi que tanto parte do Projeto Pedagógico, todo de conformidade com os documentos que instruem o **Processo nº. 190/10-PM**.

Fica ao disposto no art. 25, da Lei nº. 8.666/93, submetido o ato à autoridade superior para notificação e demais providências.

Maringá, 09 de setembro de 2010.

MÁRCIA DO ROCCIO B. SOCCREPPA  
Secretaria Municipal de Educação



Observatório Social de Maringá



Observatório Social de Maringá





## ANEXO A

### Kit educacional "Mente Inovadora"

1. Segundo a Secretaria de Controle Interno existem cinco escolas que possuem um material que serviu como deflagrador para tal compra.
2. O edital previa a aquisição de 5 kits, porém elencava 10 escolas beneficiadas, dentre elas as 5 que já possuem o material.



Observatório Social de Maringá



### Kit Educacional Escola

| ESCOLAS                  | KIT ESCOLA Nº DE<br>LOJOS (A) | APOSTILA<br>PROFESSOR (B) | TOTAL<br>(A + B) | VALOR PASSO<br>KIT ESCOLA |
|--------------------------|-------------------------------|---------------------------|------------------|---------------------------|
| 01 Benedita Natalia Lima | 347                           | 13                        | 360              | 35.000,00                 |
| 02 Mariana Viana Dias    | 458                           | 13                        | 471              |                           |
| 03 Olipa Ayub Ferreira   | 393                           | 13                        | 406              |                           |
| 04 Evelyn Klassi Moraes  | 458                           | 16                        | 474              |                           |
| 05 Mônica Vada           | 353                           | 20                        | 373              |                           |
| TOTAL/MEDIA              | 2074                          | 75                        | 2149             |                           |



Observatório Social de Maringá



### Kit Educacional Escola

| Produto entregue na escola | Pesquisa de mercado    |
|----------------------------|------------------------|
| <br>Marca Estrela          | <br>Lig 4 - R\$ 44,00  |
| <br>Domino                 | <br>Domino - R\$ 22,00 |



Observatório Social de Maringá



### Kit Educacional Escola

|                      |                            |
|----------------------|----------------------------|
| <br>Baralho e Cartas | <br>Baralho 101 - R\$ 8,40 |
| <br>Trilha           | <br>Trilha - R\$ 8,40      |



Observatório Social de Maringá



### Inexigibilidade 265/2009 Livros Infantis Ed. Globo – R\$ 280.884,00



#### Nov/2009: Aquisição por Inexigibilidade

Lei 8.666/93: "Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição".  
Há documentos no processo e o portal da Editora informa diversas livrarias para compra.

Dez/2009: Entrega dos livros e autorização do pagamento.

Dez/2009: OSM solicita cancelamento do processo.

Fev/2010: Sem cancelar o processo anterior foi aberto edital de licitação – Houve redução de 10% do valor, R\$ 29.234,00

Abr/2010: O fornecedor alega problemas e não entrega os livros

Jun/2010: Realiza-se o pagamento e a distribuição dos livros adquiridos originalmente em desconformidade com a previsão legal



Observatório Social de Maringá



### LIVROS DIDÁTICOS EDITORA GLOBO

Aquisição pela Secretaria da Educação de livros didáticos por INEXIGIBILIDADE  
DE LICITAÇÃO, no valor de R\$ 280.884,00



Observatório Social de Maringá



## ANEXO A

### LIVROS DIDÁTICOS ACERVO TV CULTURA

DVD entregue pela Editora Beazano  
R\$ 59,70

Site da gravadora ST2 - [www.st2.com.br](http://www.st2.com.br)  
Distribuidora dos produtos licenciados da TV Cultura  
R\$ 24,90



Foto do encarte/atividades anexo ao DVD



Observatório Social de Maringá



### LIVROS DIDÁTICOS ACERVO TV CULTURA

Vários títulos, várias capas porém  
com conteúdo impresso idêntico. R\$ 59,70/cada



DVD anexo ao BOOK

Conteúdo impresso idêntico  
para todos os exemplares

Pesquisa: Site Submarino R\$ 35,90



Observatório Social de Maringá



### LIVROS DIDÁTICOS ACERVO TV CULTURA

DVD entregue pela Editora Beazano  
R\$ 59,70

DVD entregue pela Editora Beazano  
R\$ 59,70



Diferença de  
253% nos preços



Site da gravadora ST2 -  
[www.st2.com.br](http://www.st2.com.br)  
Distribuidora dos  
produtos licenciados da  
TV Cultura -  
R\$ 18,80



Site da Livraria Saraiva -  
[www.livrariasaraiva.com.br](http://www.livrariasaraiva.com.br)  
R\$ 16,90

Site da Livraria Saraiva -  
[www.livrariasaraiva.com.br](http://www.livrariasaraiva.com.br)  
R\$ 16,90



Observatório Social de Maringá



### Americana - SP

COMPRA DE 7 MIL DVDS É ALVO DE INVESTIGAÇÃO

Uma compra em lote de 7 mil DVDs com conteúdo educativo por R\$ 427.500,00 pela Secretaria de Educação de Jundiaí, no Estado de São Paulo, abriu uma investigação da Promotoria dos Direitos Humanos e do Patrimônio Público e Social. O inquérito para apurar a prática de improbidade administrativa foi instaurado na última semana e acompanha investigações semelhantes que também aconteceram nas cidades de Maringá (PR), Curitiba, Pindamonhangaba e Araputuba, cujos prefeitos adquiriram produtos da mesma empresa. O caso lembra outro que resultou em uma ação de improbidade administrativa contra o ex-governador Edmundo Leão (PSD), em função da compra em lote de brinquedos Lego pela Secretaria da Educação, em 2006.

O promotor Sérgio Carlos Bonifácio instaurou o inquérito após receber informações de que a Secretaria de Educação de Jundiaí havia comprado 7 mil DVDs de conteúdo educativo por R\$ 427.500,00. O valor pago foi superior ao preço de mercado dos produtos, segundo o promotor.

O inquérito também investiga a possibilidade de fraude na aquisição dos produtos, que foram adquiridos por meio de uma licitação da empresa Americana de Produtos Culturais e Educacionais (Americana - SP).



Observatório Social de Maringá



### Acompanhamento de uniformes escolares

- ✓ Pregão 053/2008: Diagnóstico de imagens (R\$ 789 mil/ano)
  - Ausência de médico previsto para acompanhar exames;
  - Aditivos: Fragilidades em relação ao edital inicial.
- ✓ Pregão 223/2009: Medicamentos de A-Z (R\$ 870 mil)
  - Edital previa entrega do medicamento em no máximo 2 horas. Contudo, constatou-se atrasos de até 42 dias.



Bermudas – uniformes escolares do ano letivo de 2010:

1. Pregão 121/2010 - Data da licitação: 09/06/2010
2. Data máxima para entrega, conforme edital: 15/08/2010
3. Entrega parcial, até o momento.

Em diligência sobre a questão esse OSM foi informado de que livros e uniformes escolares não são registrados/computados no sistema que controla o estoque de materiais da PMM.



Observatório Social de Maringá



Observatório Social de Maringá





## CONCLUSOES

1. Houve avanços nas atividades
2. A Municipalidade, em muitas situações se sensibiliza com as solicitações;
3. Há a necessidade de um maior acompanhamento da sociedade e melhor capacitação dos funcionários.

## Indicadores da Câmara Municipal de Maringá

1º Semestre 2010

### Objetivo

Acompanhar o trabalho realizado pelos vereadores maringaenses que compõem a décima quarta legislatura, no período de 2009 a 2012, fornecendo parâmetros que ajudem o cidadão a avaliar a atuação de seus representantes no Poder Legislativo.



Observatório Social de Maringá



Observatório Social de Maringá



## Composição 14ª Legislatura CMM

Dados declarados ao TSE por ocasião da candidatura em 2008.

| Nome                                        | Idade 2008 | Instrução            | Ocupação                   | Patrimônio   | Qtd Votos | Votos Válidos |
|---------------------------------------------|------------|----------------------|----------------------------|--------------|-----------|---------------|
| Wellington Andrade Freitas                  | 28         | Ens.Médio Incompleto | Outros                     | n/d          | 4.862     | 2,70%         |
| Belino Bravin Riho                          | 62         | Ens.Médio            | Agricultor                 | n/d          | 4.265     | 2,37%         |
| Rafael Marcelo Gonçalves Vicente            | 38         | Superior Completo    | Professor de Ens. Superior | 44.306,95    | 4.250     | 2,36%         |
| Humberto José Henrique                      | 45         | Superior Completo    | Contador                   | 189.697,37   | 3.681     | 2,05%         |
| Heitor Santa Rosa Madera                    | 58         | Superior Completo    | Médico                     | 373.709,47   | 3.243     | 1,80%         |
| Evandro Buguiera de Freitas Oliveira Junior | 21         | Superior Incompleto  | Estudante                  | n/d          | 3.220     | 1,79%         |
| Mário Sérgio Venti                          | 43         | Ens.Médio            | Vereador                   | 36.902,14    | 3.077     | 1,71%         |
| Mário Messias Hossokawa                     | 62         | Ens.Médio            | Comerciante                | 355.159,59   | 3.002     | 1,67%         |
| Aparecido Domingos Regini                   | 49         | Ens.Médio            | Vereador                   | 124.500,00   | 2.921     | 1,63%         |
| Manoel Álvaro Sobrinho                      | 62         | Superior Completo    | Médico                     | 758.540,93   | 2.791     | 1,55%         |
| Mary Martin Silva                           | 49         | Superior Completo    | Advogada                   | 2.469.492,83 | 2.180     | 1,21%         |
| João Alves Correa                           | 47         | Superior Incompleto  | Vereador                   | 246.533,13   | 2.133     | 1,19%         |
| Carlos Eduardo Sabóia Gomes                 | 62         | Superior Completo    | Médico                     | 1.748.024,95 | 2.083     | 1,16%         |
| Luiz Carlos Clóvis                          | 50         | Ens.Médio            | Outros                     | 17.000,00    | 1.820     | 1,01%         |
| Paulo Soni                                  | 55         | Superior Completo    | Médico                     | 56.050,00    | 1.551     | 0,86%         |
| Alton Carlos Schiavone                      | 54         | Superior Completo    | Outros                     | n/d          | 1.485     | 0,84%         |



## GESTÃO DA CÂMARA

Mesa Diretora 2009-2010

| CARGO               | VEREADOR                                    |
|---------------------|---------------------------------------------|
| Presidente:         | Mário Messias Hossokawa                     |
| 1º Vice-Presidente: | Aparecido Domingos Regini                   |
| 2º Vice-Presidente: | Carlos Eduardo Sabóia Gomes                 |
| 1º Secretário:      | Heitor Santa Rosa Maciel                    |
| 2º Secretário:      | Evandro Buguiera de Freitas Oliveira Junior |
| 3º Secretário:      | Paulo Soni                                  |

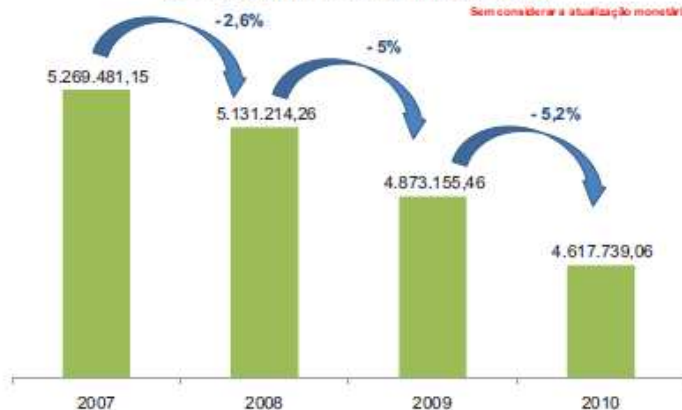


Observatório Social de Maringá



## Despesas Liquidadas de Janeiro a julho

Sem considerar a atualização monetária



Observatório Social de Maringá



## Redução de Despesas 2010

| Dotação                                          | 2009      | 2010      | Var. | 2010/2009    |
|--------------------------------------------------|-----------|-----------|------|--------------|
| Despesas Liquidadas de Janeiro a Junho           | 4.873.155 | 4.617.739 | -5%  | -R\$ 255.416 |
| Remuneração Efetivos, Comissionados e Vereadores | 3.545.316 | 3.386.057 | -4%  | -R\$ 159.258 |
| Comissionados - não efetivos                     | 1.839.603 | 1.652.025 | -10% | -R\$ 187.578 |
| Material de Consumo                              | 187.363   | 85.493    | -54% | -R\$ 101.870 |
| Serviços de Pessoa Jurídica                      | 379.671   | 339.556   | -11% | -R\$ 40.115  |
| Publicidade - Campanhas                          | 153.642   | 130.991   | -15% | -R\$ 22.652  |

Somente nessas dotações a economia alcançou R\$ 766.889,22



Observatório Social de Maringá



## Execução Orçamentária

|      | Janeiro-Junho | Orçamento     | Executado |
|------|---------------|---------------|-----------|
| 2007 | 5.269.481,15  | 10.438.556,00 | 50,5%     |
| 2008 | 5.131.214,26  | 11.599.415,00 | 44,2%     |
| 2009 | 4.873.155,46  | 12.957.677,00 | 37,6%     |
| 2010 | 4.617.739,06  | 12.406.977,00 | 37,2%     |

1. Orçamento 1º Semestre\*: R\$ 6.204.488,50
2. Liquidado de Janeiro a Junho: R\$ 4.617.739,06
3. Economia do período (1-2): R\$ 1.586.749,44
4. Projeção de economia para 2010: R\$ 3.173.498,88
5. Orçamento 2011 (Projeto): R\$ 13.433.324,00

\* Considerando programação financeira de 1/12 por mês

## Média diárias por mês



As justificativas estão disponíveis, para análise, em <http://www.cmm.pr.gov.br/?acao=requerimentos>

## Justificativa

Relatório apresentado em 08/04/2010

- ✓ Tratar do Título de Utilidade Pública
- ✓ Esgoto Roriano na DER ou SEL
- ✓ Esgoto Roriano na Sanepar
- ✓ Informação sobre o Contrato de
- ✓ Obter informações sobre a mud
- ✓ TCE-PR tratar assuntos mioran
- ✓ Câmara Municipal de Curitiba p
- ✓ Recapeamento da estrada que
- ✓ Posse do Orlando Passutini no G
- ✓ Visita na COPERSIL para obter
- ✓ Participar do Debate "Ciclo de V
- ✓ CODAU e DMAE: Subsídios para relatório da Comissão da água (2 vereadores)
- ✓ Participar da Conferência Internacional de Cidades Inovadoras
- ✓ Câmara Municipal de São Paulo obter informação sobre projeto de lei de segurança nos bancos
- ✓ Posse do Luciano Ducci (PSB) na Prefeitura de Curitiba
- ✓ Participar da posse OAB, tratar da Integração de Região Metropolitana na Câmara de Curitiba e de assuntos da Atuação parlamentar na Sec. Antidrogas.

## Produção Legislativa



## Produção Legislativa

- ✓ Em 2010 o primeiro período legislativo teve início no dia 02 fevereiro e finalizou dia 15 de julho.
- ✓ O Observatório acompanhou todas as sessões presencialmente e através da TV Câmara na internet, através do portal do Poder Legislativo.
- ✓ O vereador Wellington Andrade Freitas solicitou licença por 122 dias, contados a partir de 06/04/2010, quando seu suplente Ailton Carlos Schiavone assumiu a sua cadeira.



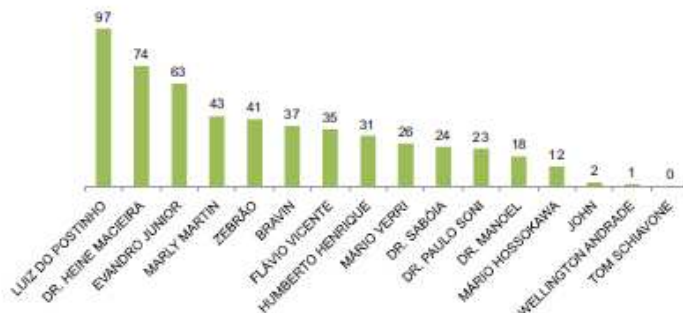
Sem resposta oficial



## Proposituras apresentadas de Janeiro a Junho de 2010

| Tipo propositura              | 2009       |             | 2010       |             |
|-------------------------------|------------|-------------|------------|-------------|
|                               | Qtde       | %           | Qtde       | %           |
| Indicação                     | 437        | 56,24%      | 199        | 37,76%      |
| Intervenção Setorial          | 27         | 3,47%       | 76         | 14,42%      |
| Homenagem                     | 35         | 4,50%       | 50         | 9,49%       |
| Requerimentos Administrativos | 86         | 11,07%      | 39         | 7,40%       |
| Autorizativo                  | 51         | 6,56%       | 38         | 7,21%       |
| Aspectos Internos             | 9          | 1,16%       | 12         | 2,28%       |
| Req. Cumprimento de Lei       | 13         | 1,67%       | 10         | 1,90%       |
| Segmento Institucional        | 25         | 3,22%       | 4          | 0,76%       |
| Outros Requerimentos          | 94         | 12,10%      | 99         | 18,79%      |
| <b>Total</b>                  | <b>777</b> | <b>100%</b> | <b>527</b> | <b>100%</b> |

## Proposituras apresentadas de Janeiro a Junho de 2010



Observatório Social de Maringá



Observatório Social de Maringá



## Indicação (199)

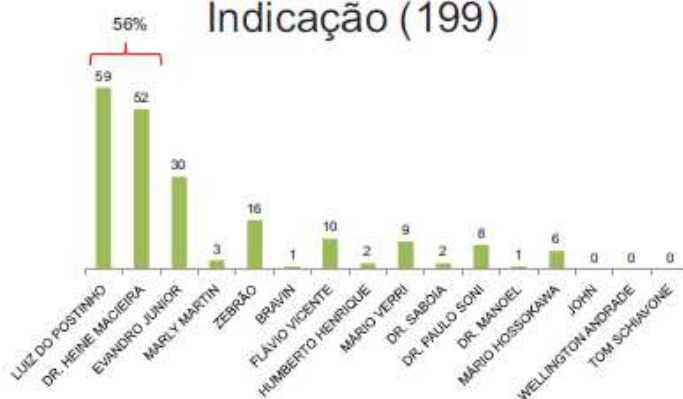
**Manual do vereador:** "A indicação é mera sugestão do Legislativo ao Executivo para a prática ou abstenção de atos administrativos da competência exclusiva do Prefeito, sobre questões de interesse público local, de alçada do Município.

Não obriga o Executivo nem compromete o Legislativo. É ato de colaboração, de ajuda espontânea de um poder a outro."

|                          | 2009 | 2010 |
|--------------------------|------|------|
| Apresentadas 1º Semestre | 437  | 199  |

Redução de 54,5%

## Indicação (199)



Observatório Social de Maringá



Observatório Social de Maringá

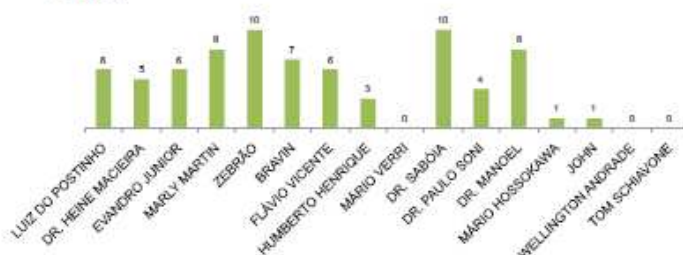


## Indicação (199)

- ✓ Poda e remoção de ÁRVORES:
  - 2009: 39 que representam 8,9%
  - 2010: 44 que representam 22%, sendo que 35 foram apresentadas por 2 vereadores (79,5%)
- ✓ LIMPEZA de bueiro e passeio público:
  - 2009: 25 que representam 5,7%
  - 2010: 29 que representam 15%, sendo que 22 foram apresentadas por 2 vereadores (75,8%)

## Intervenção Setorial (75)

Projetos que tratam sobre os setores da Administração Pública.



Observatório Social de Maringá



Observatório Social de Maringá



## Concentração de proposições sobre nutrição

| Data       | Projeto   | Descrição                                                                                                                                                                             |
|------------|-----------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 22/02/2010 | PLO 11508 | Dispõe sobre a implantação de campanha de nutrição para pessoas da terceira idade no município de Maringá e dá outras providências.                                                   |
| 04/03/2010 | PLO 11534 | Dispõe sobre a promoção de ações de educação nutricional voltadas à população carente e a implementação do acompanhamento nutricional de gestantes e crianças de até 6 anos de idade. |
| 13/04/2010 | PLO 11601 | Dispõe sobre a criação de programa visando a oferta de merenda escolar às gestantes carentes residentes no município.                                                                 |
| 28/04/2010 | PLO 11617 | Dispõe sobre a obrigatoriedade de oferta de arroz integral no cardápio dos hotéis, restaurantes e similares em funcionamento no município de Maringá.                                 |
| 05/05/2010 | PLO 11630 | Dispõe sobre a criação do programa alimentar-se bem na rede municipal de ensino.                                                                                                      |



Observatório Social de Maringá



## Mudança de eixo de comércio

83% do projetos aprovados foram vetados

| Projeto       | Descrição                                                                                                                               | Aprovado   | Vetado     |
|---------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|------------|
| PLC 1185 2009 | Transforma a rua Rô Jaguaribe em eixo de comércio e serviços "F" (ECS-F).                                                               | 11/03/2010 | 13/05/2010 |
| PLC 1186 2009 | Transforma a rua Luiz Gama em eixo de comércio e serviços "C" (ECS-C), em toda a sua extensão.                                          | 16/03/2010 | 04/05/2010 |
| PLC 1192 2009 | Transforma a rua Henrique Dias em eixo de comércio e serviços "F" (ECS-F), entre a avenida Paissandu e a rua Monte Cáceres, na zona 03. | 22/04/2010 | -          |
| PLC 1191 2009 | Transforma a rua Manoel Da Silveira em eixo de comércio e serviços "F" (ECS-F), em toda a sua extensão.                                 | 27/04/2010 | 17/06/2010 |
| PLC 1222 2010 | Transforma a rua pioneiro Dionísio Volpi Frediani em eixo de comércio e serviços "F" (ECS-F), em toda a sua extensão.                   | 20/05/2010 | 08/07/2010 |
| PLC 1219 2010 | Transforma a rua José Fregadolli, situada na zona 39, em eixo de comércio e serviços "F" (ECS-F), em toda a sua extensão.               | 27/05/2010 | 13/07/2010 |

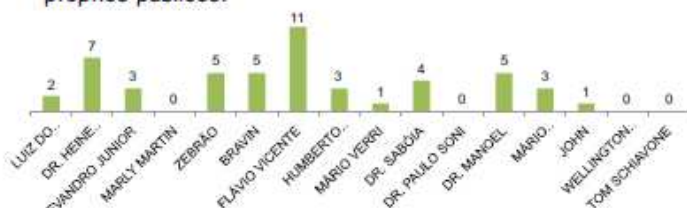


Observatório Social de Maringá



## Homenagens (50)

Homenagens de cidadão benemérito ou honorífico, que declarem de utilidade pública, que definam datas comemorativas ou que denominem logradouros ou próprios públicos.

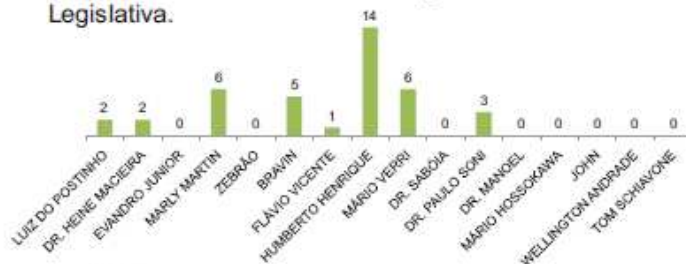


Observatório Social de Maringá



## Requerimento Administrativo (39)

Solicitação de esclarecimentos, dados e informações que permitam o exercício da função Fiscalizadora ou Legislativa.

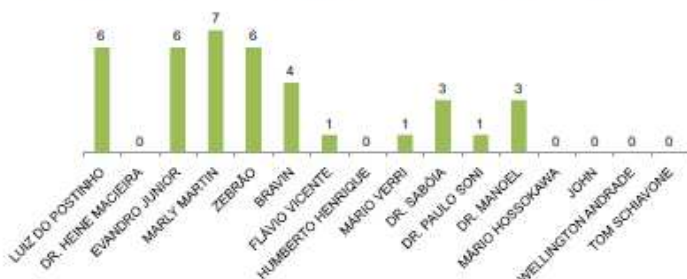


Observatório Social de Maringá



## Autorizativo (38)

Projetos que autorizam alguma ação do Poder Executivo.

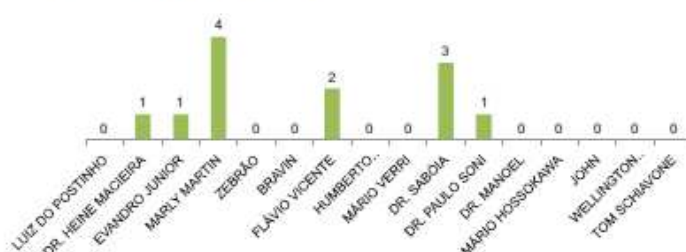


Observatório Social de Maringá



## Aspectos Internos (13)

Projetos relacionados a gestão ou o funcionamento interno da Câmara e da Prefeitura.



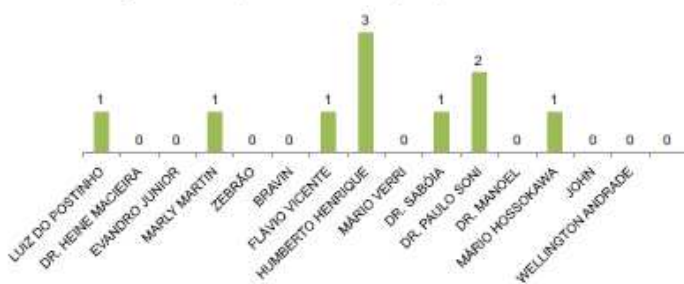
Observatório Social de Maringá





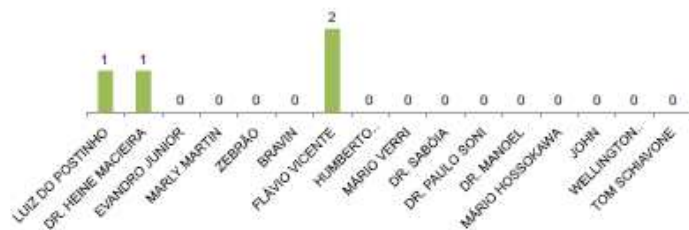
## Requerimento Cumprimento de Lei (10)

Solicitação de cumprimento de lei por parte do Executivo.



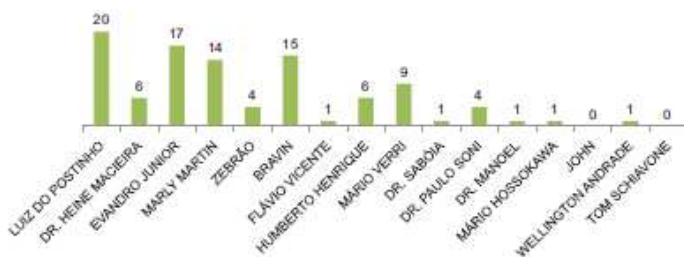
## Segmento Institucional (4)

Projetos que atendam especificamente determinados segmentos da sociedade (ex: associações, sindicatos, entidades)



## Outros Requerimentos (100)

Convites, "parabenização", e informações sobre previsão de obras.



## Proposituras por autor

| Vereador           | Aspectos Internos | Autorizativo | Homenagem | Intervenção Social | Segmento Institucional | Indicação  | Req. Cumprimento Lei | Req. Administrativo | Outros Req. | Total      |
|--------------------|-------------------|--------------|-----------|--------------------|------------------------|------------|----------------------|---------------------|-------------|------------|
| Luiz do Postinho   | 0                 | 6            | 2         | 6                  | 1                      | 59         | 1                    | 2                   | 20          | 97         |
| Dr. Heine Macielra | 1                 | 0            | 7         | 5                  | 1                      | 52         | 0                    | 2                   | 6           | 74         |
| Evandro Junior     | 1                 | 6            | 3         | 6                  | 0                      | 30         | 0                    | 0                   | 17          | 63         |
| Marly Martin       | 4                 | 7            | 0         | 8                  | 0                      | 3          | 1                    | 6                   | 14          | 43         |
| Zebirão            | 0                 | 6            | 5         | 10                 | 0                      | 16         | 0                    | 0                   | 4           | 41         |
| Bravin             | 0                 | 4            | 5         | 7                  | 0                      | 1          | 0                    | 5                   | 15          | 37         |
| Flávio Vicente     | 2                 | 1            | 11        | 6                  | 2                      | 10         | 1                    | 1                   | 1           | 35         |
| Humberto Henrique  | 0                 | 0            | 3         | 3                  | 0                      | 2          | 3                    | 14                  | 6           | 31         |
| Mário Verri        | 0                 | 1            | 1         | 0                  | 0                      | 9          | 0                    | 6                   | 9           | 26         |
| Dr. Sabóia         | 3                 | 3            | 4         | 10                 | 0                      | 2          | 1                    | 0                   | 1           | 24         |
| Dr. Paulo Soni     | 1                 | 1            | 0         | 4                  | 0                      | 8          | 2                    | 3                   | 4           | 23         |
| Dr. Manoel         | 0                 | 3            | 5         | 8                  | 0                      | 1          | 0                    | 0                   | 1           | 18         |
| Mário Hossokawa    | 0                 | 0            | 3         | 1                  | 0                      | 6          | 1                    | 0                   | 1           | 12         |
| John               | 0                 | 0            | 1         | 1                  | 0                      | 0          | 0                    | 0                   | 0           | 2          |
| Wellington Andrade | 0                 | 0            | 0         | 0                  | 0                      | 0          | 0                    | 0                   | 1           | 1          |
| Ton Schiavone      | 0                 | 0            | 0         | 0                  | 0                      | 0          | 0                    | 0                   | 0           | 0          |
| <b>Total</b>       | <b>13</b>         | <b>38</b>    | <b>50</b> | <b>75</b>          | <b>4</b>               | <b>199</b> | <b>10</b>            | <b>39</b>           | <b>100</b>  | <b>527</b> |

## Participação nas sessões e votações

| Vereador           | Fevereiro |      | Março |      | Abril |      | Maio  |      | Junho |      | Total  |       |
|--------------------|-----------|------|-------|------|-------|------|-------|------|-------|------|--------|-------|
|                    | Sess.     | Voto | Sess. | Voto | Sess. | Voto | Sess. | Voto | Sess. | Voto | Sess.  | Voto  |
| Bravin             | 0%        | 0%   | 78%   | 72%  | 88%   | 74%  | 100%  | 95%  | 100%  | 98%  | 75,0%  | 72,4% |
| Dr. Heine Macielra | 100%      | 99%  | 100%  | 98%  | 100%  | 100% | 100%  | 99%  | 63%   | 63%  | 92,6%  | 91,6% |
| Dr. Manoel         | 100%      | 99%  | 100%  | 81%  | 100%  | 100% | 100%  | 97%  | 100%  | 98%  | 100,0% | 94,6% |
| Dr. Paulo Soni     | 100%      | 97%  | 89%   | 79%  | 100%  | 96%  | 100%  | 98%  | 88%   | 84%  | 96,0%  | 90,4% |
| Dr. Sabóia         | 100%      | 96%  | 89%   | 99%  | 88%   | 86%  | 100%  | 98%  | 100%  | 99%  | 96,0%  | 95,8% |
| Evandro Junior     | 100%      | 75%  | 89%   | 56%  | 88%   | 56%  | 88%   | 61%  | 75%   | 67%  | 87,5%  | 62,0% |
| Flávio Vicente     | 100%      | 93%  | 78%   | 74%  | 100%  | 95%  | 88%   | 78%  | 100%  | 96%  | 92,5%  | 86,8% |
| Humberto Henrique  | 100%      | 100% | 100%  | 100% | 88%   | 87%  | 100%  | 99%  | 88%   | 86%  | 96,0%  | 94,2% |
| John               | 43%       | 34%  | 67%   | 31%  | 63%   | 39%  | 75%   | 62%  | 75%   | 52%  | 66,0%  | 44,1% |
| Luiz do Postinho   | 100%      | 97%  | 100%  | 99%  | 100%  | 98%  | 88%   | 85%  | 100%  | 99%  | 97,5%  | 95,6% |
| Mário Hossokawa    | 100%      | 86%  | 89%   | 87%  | 100%  | 97%  | 100%  | 96%  | 100%  | 94%  | 97,5%  | 92,5% |
| Mário Verri        | 86%       | 72%  | 89%   | 82%  | 75%   | 76%  | 88%   | 83%  | 88%   | 89%  | 85,0%  | 77,0% |
| Marly Martin       | 100%      | 92%  | 100%  | 92%  | 63%   | 50%  | 100%  | 86%  | 88%   | 78%  | 90,0%  | 79,1% |
| Ton Schiavone      | -         | -    | -     | -    | 100%  | 84%  | 100%  | 93%  | 100%  | 92%  | 100,0% | 89,6% |
| Wellington Andrade | 43%       | 34%  | 89%   | 59%  | -     | -    | -     | -    | -     | -    | 66,8%  | 49,5% |
| Zebirão            | 100%      | 86%  | 100%  | 81%  | 88%   | 78%  | 100%  | 92%  | 88%   | 79%  | 96,0%  | 82,9% |

## Alteração no Regimento Interno

| Antes                                                                                                                                                                                     | Agora                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Art. 104. Além de outros casos, considera-se motivo justo, para efeito de justificação de faltas às sessões da Câmara, o <u>desempenho de missões oficiais</u> da Câmara.                 | Art. 104. Além de outros casos, considera-se motivo justo, para efeito de justificação de faltas às sessões da Câmara, doença, luto e <u>desempenho de missões oficiais</u> da Câmara.                                                                                                                                 |
| <u>Parágrafo único.</u> Considera-se presente à sessão o Vereador que assinar o livro de presença até o início do período da Ordem do Dia e <u>participar efetivamente das votações</u> . | §1º. Considera-se presente à sessão o Vereador que assinar o livro de presença até o início do período da Ordem do Dia, permanecendo até o final da sessão.<br>§2º. Caso seja necessário, o Vereador poderá retirar-se da sessão, por motivo justo, com autorização do Presidente, (RR).                               |
| Art. 106. Os subsídios dos Vereadores serão fixados na forma dos artigos 56 e 57 da Lei Orgânica do Município, conforme iniciativa prevista no artigo 51, inciso VI, deste Regimento.     | § 1.º do Art. 106. Passa a vigor com o seguinte teor:<br>§ 1.º A retirada do Vereador durante a Ordem do Dia, quando não autorizada, ou sua falta injustificada à sessão implicarão em desconto, nas referidas subsídios, do valor correspondente a 1/30 (um trinta avos) por sessão em que se constatar a ocorrência. |

## ANEXO A

### Presença nas comissões

| REUNIÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA |        |      |      |      |                |      |
|-----------------------------------------------|--------|------|------|------|----------------|------|
|                                               | ZEBRÃO |      | JOHN |      | EVANDRO JUNIOR |      |
| PRESENCAS                                     | 22     | 92%  | 16   | 67%  | 13             | 54%  |
| AUSÊNCIAS                                     | 2      | 8%   | 8    | 33%  | 11             | 46%  |
| TOTAL                                         | 24     | 100% | 24   | 100% | 24             | 100% |

| REUNIÕES DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO |      |      |            |      |                     |      |
|----------------------------------------------|------|------|------------|------|---------------------|------|
|                                              | JOHN |      | PAULO SONI |      | WELLINGTON ANDRADE* |      |
| PRESENCAS                                    | 15   | 60%  | 14         | 56%  | 3                   | 30%  |
| AUSÊNCIAS                                    | 10   | 40%  | 11         | 44%  | 7                   | 70%  |
| TOTAL                                        | 25   | 100% | 25         | 100% | 10                  | 100% |

\* CONSIDERANDO AS REUNIÕES ATÉ DIA 05/03/10, POR APÓS ESTA DATA O VEREADOR TEVE LICENÇA DE 120 DIAS

| REUNIÕES DA COMISSÃO DE POLÍTICAS GERAIS |       |      |            |      |                  |      |
|------------------------------------------|-------|------|------------|------|------------------|------|
|                                          | BRAYN |      | DR. SABOIA |      | LUIZ DO POSTINHO |      |
| PRESENCAS                                | 14    | 61%  | 18         | 78%  | 17               | 74%  |
| AUSÊNCIAS                                | 9     | 39%  | 5          | 22%  | 6                | 26%  |
| TOTAL                                    | 23    | 100% | 23         | 100% | 23               | 100% |

### Respostas aos questionamentos do OSM

| Assunto                                                                                                                   | BRA | HOS | MAN  | PAU | SAB | EVA | FLA | HEN | JOH | LUI | HOS | VER | MAI | REL | ZEB |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|-----|------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
| Solicitar que nos seja informado o resultado obtido em cada proposição apresentada durante o período legislativo de 2009. | -   | -   | 1    | -   | -   | -   | -   | -   | -   | -   | -   | -   | -   | -   | -   |
|                                                                                                                           | 1   | 0   | 0    | 1   | 0   | 0   | 0   | 0   | 0   | 0   | 0   | 0   | 0   | 0   | 0   |
|                                                                                                                           | 0%  | 0%  | 100% | 0%  | 0%  | 0%  | 0%  | 0%  | 0%  | 0%  | 0%  | 0%  | 0%  | 0%  | 0%  |



Observatório Social de Maringá



Observatório Social de Maringá



### Parceiros



### Apoio



Observatório Social de Maringá





## ANEXO B



## TERMO DE ADESÃO AO SERVIÇO VOLUNTÁRIO

Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_

AVENIDA BRASIL, 4312 – SL. 601 – ED. TRANSAMÉRICA – CENTRO – MARINGÁ – PR  
 TEL.: (44)3031-5868 – contato@sermaringa.org.br – WWW.sermaringa.org.br

## DADOS PESSOAIS

## Informações Pessoais

|                   |      |       |                                          |                               |                    |                    |     |
|-------------------|------|-------|------------------------------------------|-------------------------------|--------------------|--------------------|-----|
| Nome              |      |       | Sexo                                     | 1 – Feminino<br>2 – Masculino | Nascimento         | RG                 | CPF |
| Título de Eleitor | Zona | Seção | Estado Civil                             |                               | Nacionalidade      | Profissão/Ocupação |     |
| Nome do Pai       |      |       | Filiação partidária – Sim (S) ou Não (N) |                               | Profissão/Ocupação |                    |     |
| Nome da Mãe       |      |       | Filiação partidária – Sim (S) ou Não (N) |                               | Profissão/Ocupação |                    |     |

## Formação

|                         |             |
|-------------------------|-------------|
| Formação/Especialização | Instituição |
|-------------------------|-------------|

## Informações de Contato

|             |         |                            |        |                           |     |
|-------------|---------|----------------------------|--------|---------------------------|-----|
| Endereço    |         | Bairro                     | Cidade | UF                        | CEP |
| Residencial | Celular | E-mail Pessoal - Principal |        | E-mail Pessoal - Opcional |     |

## DADOS PROFISSIONAIS

## Informações Profissionais

|                    |                    |
|--------------------|--------------------|
| Profissão/Ocupação | Empresa de Atuação |
|--------------------|--------------------|

## Informações de Contato

|           |            |                                 |        |    |     |
|-----------|------------|---------------------------------|--------|----|-----|
| Endereço  |            | Bairro                          | Cidade | UF | CEP |
| Principal | Secundário | E-mail Profissional; Secundário |        |    |     |

## TERMO DE ADESÃO

## Perfil do(a) Voluntário(a)

|                   |                                                     |                                  |                                       |                 |
|-------------------|-----------------------------------------------------|----------------------------------|---------------------------------------|-----------------|
| Categoria         | 1 – Fundador<br>2 – Efetivo                         | 3 – Voluntário<br>4 – Benemérito | 5 – Patrocinador<br>6 – Institucional | Área de Atuação |
| Tarefa Específica |                                                     |                                  |                                       |                 |
| Outras Atividades |                                                     |                                  |                                       |                 |
| Duração           | Dia(s)/Período(s)                                   |                                  |                                       |                 |
| Prazo de Adesão   | Autorizo a divulgação de meu cadastro a outras ONGs |                                  | 1 – Sim<br>2 – Não                    |                 |

Eu, acima identificado, confirmo a intenção em aderir ao Quadro de Voluntários desta entidade, me comprometendo a acatar as deliberações do Conselho de Administração e cumprir todas as Obrigações previstas no Estatuto Social.

Assinatura

Maringá, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2011 .

## ANEXO B



### TERMO DE ADESÃO AO SERVIÇO VOLUNTÁRIO

Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_

AVENIDA BRASIL, 4312 – SL. 601 – ED. TRANSAMÉRICA – CENTRO – MARINGÁ – PR  
TEL.: (44)3031-5868 – contato@sermaringa.org.br – WWW.sermaringa.org.br

#### DIREITOS E DEVERES DO VOLUNTÁRIO

O serviço voluntário a ser desempenhado junto a esta instituição, de acordo com a Lei nº 9.608 de 18/02/98, é atividade não remunerada, com finalidades assistenciais e cívicas, e não gera vínculo empregatício nem funcional, ou quaisquer obrigações trabalhistas, previdenciárias e afins. As atividades desenvolvidas e a carga horária serão descritas em documento próprio.

##### *São Direitos do Voluntário:*

- I - Frequentar a sede da Associação;
- II - Usufruir os serviços oferecidos pela Associação;
- III - Participar das Assembleias;
- IV - Manifestar-se sobre os atos, decisões e atividades da Associação

##### *São Deveres do Voluntário:*

- I - Acatar as decisões da Assembleia;
- II - Atender aos objetivos da Associação;
- III - Zelar pelo nome da Associação;
- IV - Participar das atividades da Associação.

Para fins do disposto no item V, o Voluntário deve apresentar projeto escrito que aborde os objetivos de sua proposta, o público alvo, a área de abrangência, as despesas e demais informações que julgar relevantes para o desenvolvimento da atividade ou estudo pretendido.

Voluntário fundador ou efetivo pode pleitear cargo eletivo, desde que esteja em pleno gozo dos seus direitos sociais.

Para desenvolver atividades ou ações vinculadas a SER - Maringá, os Voluntários, mediante aprovação da maioria dos membros do Conselho de Administração, podem formar grupos de trabalho independentemente da estrutura administrativa, para desenvolver atividades como:

- I - Serviços de Voluntariado;*
- II - Realização de Eventos;*
- III - Grupos de estudos e pesquisas;*

- IV - Demais atividades de interesse da Associação;*
- V - Contribuir com a apresentação de propostas.*

#### VOLUNTÁRIOS

I – Voluntário fundador - a pessoa física presente na assembleia de constituição, ou que venha associar no prazo máximo de trinta (30) dias corridos após a assembleia de constituição.

II – Voluntário efetivo - pessoa física não prevista no inciso I que participe das atividades da Associação.

III – Voluntário - pessoa física que participe de serviços de voluntariado da Associação, no desenvolvimento de suas atividades.

IV – Voluntário benemérito - pessoa física que tenha prestado serviços relevantes à Associação, quer seja por atividade voluntária, quer por doações e contribuições.

#### LEI DO VOLUNTARIADO

##### LEI Nº 9.608 de 18 DE FEVEREIRO DE 1998

*Dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências.*

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1. Considera-se serviço voluntário, para fins desta Lei, a atividade não remunerada, prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza ou instituição privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive, mutualidade.

Parágrafo único. O serviço voluntário não gera vínculo empregatício nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim.

Art. 2. O serviço voluntário será exercido mediante a celebração de termo de adesão entre a entidade, pública ou privada, e o prestador do serviço voluntário, dele devendo constar o objeto e as condições do seu exercício.

Art. 3. O prestador do serviço voluntário poderá ser ressarcido pelas despesas que comprovadamente realizar no desempenho das atividades voluntárias.

Parágrafo único. As despesas a serem ressarcidas deverão estar expressamente autorizadas pela entidade a que for prestado o serviço voluntário.

Art. 4. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Declaro estar ciente de todos os Direitos, Deveres e Lei do Voluntariado acima descritas, me comprometendo a acatar as deliberações do Conselho de Administração e cumprir todas as Obrigações previstas no Estatuto Social.**

Assinatura

## ANEXO C



### EDITAL ABERTURA DE VAGAS

O presente edital tem por objetivo anunciar a abertura de vagas destinadas a pessoas voluntárias para atuação em ONG com serviços voltados à cidadania.

| VAGAS PARA VOLUNTÁRIOS    |                                                                                                                                                                                                          |
|---------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>TOTAL DE VAGAS:</b>    | 08 – Maringá/PR                                                                                                                                                                                          |
| <b>DESCRIÇÃO:</b>         | Acompanhamento presencial dos certames que se referem aos processos licitatórios de compra, aquisição ou concessão de bens/serviços da Prefeitura Municipal de Maringá, visando representar a sociedade. |
| <b>PERFIL NECESSÁRIO:</b> | Pessoa que deseja exercer sua Cidadania atuando no acompanhamento dos recursos públicos.                                                                                                                 |
| <b>DISPONIBILIDADE:</b>   | Meio período, uma vez por semana (segunda à sexta), sendo manhã ou tarde.                                                                                                                                |
| <b>PÚBLICO:</b>           | Jovem, Adulto e Terceira Idade                                                                                                                                                                           |
| <b>CAUSA:</b>             | Acompanhamento de Recursos Públicos Municipais                                                                                                                                                           |

| VAGAS PARA VOLUNTÁRIOS    |                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
|---------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>TOTAL DE VAGAS:</b>    | 02 – Maringá/PR                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
| <b>DESCRIÇÃO:</b>         | Colaborar no projeto “Indicadores da Câmara Municipal de Maringá” por meio do acompanhamento das sessões ordinárias, observando o horário de início e término da sessão, o horário de chegada e saída dos vereadores e principalmente, a votação de cada vereador em cada item da ordem do dia. |
| <b>PERFIL NECESSÁRIO:</b> | -----                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
| <b>DISPONIBILIDADE:</b>   | Terças e Quintas, entre 16:00 e 18:00 horas.                                                                                                                                                                                                                                                    |
| <b>PÚBLICO:</b>           | Jovem, Adulto e Terceira Idade                                                                                                                                                                                                                                                                  |
| <b>CAUSA:</b>             | Acompanhamento dos Trabalhos Legislativos Municipais                                                                                                                                                                                                                                            |

Publicado em:

**Maringá, 22 de Abril de 2009.**